

(DES)POLITIZAÇÃO, AGROTÓXICOS E SAÚDE: disputas hegemônicas entre o governo Bolsonaro e as Bruxas Sem Terra



Agatha de Souza Azevedo

**Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social
Belo Horizonte | UFMG | 2021**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

AGATHA DE SOUZA AZEVEDO

(DES)POLITIZAÇÃO, AGROTÓXICOS E SAÚDE:
disputas hegemônicas entre o governo Bolsonaro e as Bruxas Sem Terra

BELO HORIZONTE

2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

AGATHA DE SOUZA AZEVEDO

**(DES)POLITIZAÇÃO, AGROTÓXICOS E SAÚDE:
disputas hegemônicas entre o governo Bolsonaro e as Bruxas Sem Terra**

Versão Final

Orientadora: Profa. Dra. Ana Carolina Soares Costa
Vimieiro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação
em Comunicação Social da Universidade Federal de
Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título
de Mestre em Comunicação Social

BELO HORIZONTE

2021

301.16 Azevedo, Agatha de Souza.
A994d (Des)politização, agrotóxicos e saúde [manuscrito] :
2021 disputas hegemônicas entre o governo Bolsonaro e as
Bruxas Sem Terra / Agatha de Souza Azevedo. - 2021.
128 f.
Orientadora: Ana Carolina Soares Costa Vimieiro .

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Inclui bibliografia.

1.Comunicação - Teses. 2.Movimentos sociais - Teses.
3.Politização - Teses. 4. Hegemonia - Teses. I. Vimieiro,
Ana Carolina. II. Universidade Federal de Minas Gerais.
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

FOLHA DE APROVAÇÃO

**"(DES)POLITIZAÇÃO, AGROTÓXICOS E SAÚDE: disputas hegemônicas entre o governo
Bolsonaro e as Bruxas Sem Terra"**

Ágatha de Souza Azevedo

Dissertação aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:

Prof^a Ana Carolina Soares Costa Vimieiro - Orientadora
UFMG

Prof^a Liziane Soares Guazina
UnB

Prof^a Janine de Kássia Rocha Bargas
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Belo Horizonte, 29 de setembro de 2021.

Documento assinado eletronicamente por **Ana Carolina Soares Costa Vimieiro, Professora do**



Magistério Superior, em 30/09/2021, às 10:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Janine de Kássia Rocha Bargas, Usuário Externo**, em 09/10/2021, às 16:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Liziane Soares Guazina, Usuário Externo**, em 18/10/2021, às 16:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0989727** e o código CRC **4158299B**.

*Para todas as mulheres da classe trabalhadora,
em especial as bruxas sem terra, que ousam lutar
e ser livres todos os dias.*

AGRADECIMENTOS

Essa dissertação é um ato de rebeldia e resistência. Agradeço, primeiramente, à fé que cultivo na vida, no universo e nas pessoas e às boas vibrações que me mantiveram firme para prosseguir na construção de uma carreira acadêmica em um cenário político, social e sanitário tão adverso.

Em segundo lugar, agradeço à minha primeira professora, mestre e inspiração. Àquela que me deu a vida, o amor e as ferramentas necessárias para conquistar qualquer objetivo: minha mãe, Jacqueline de Souza.

Agradeço também a toda minha família, por serem todos os dias a raiz que me fortalece diante de qualquer tempestade: Marina, Ana, Magda, Jaques filho, Christiane, Heitor, Miguel, Maria, Jaques e Érika.

Agradeço aos meus amigos, em especial às minhas irmãs de alma Betania Teixeira, Clara Costa e Giulia Buttros, e aos amigos que se fizeram presentes ao longo da minha trajetória do mestrado, escrevendo, revisando textos e elaborando academicamente juntos: Caio Santos, Mateus Frizzone, Gáudio Bassoli.

Reconheço também as trocas com os colegas do PPGCOM-UFMG e do Grupo de Pesquisa Lado B, em especial às Profas. Dras. Regiane Garcêz e Vanessa Veiga. Agradeço também à Ana Beatriz e ao Gean pelas contribuições nas transcrições das entrevistas deste mestrado, à Tamires Caldeira pelas revisões e sugestões, e ao Guto Palermo, por ceder suas ilustrações para o presente trabalho.

Agradeço e reconheço todas as instituições públicas que me formaram socialmente e academicamente: Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal de Santa Maria e Universidade Nacional de La Plata. Agradeço também aos professores e professoras que contribuíram com a minha formação, em especial ao Prof. Dr. Carlos D'Andrea e à Profa. Ângela Salgueiro Marques, que gentilmente me orientaram durante a graduação.

Agradeço imensamente as contribuições, as trocas de conhecimento, a confiança acadêmica e o apoio, imprescindível e sempre muito paciente, da Profa. Dra. Ana Carolina Soares Costa Vimieiro, orientadora deste trabalho.

Agradeço à militância social por ter contribuído com minha formação humana, e ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em especial às regionais Sul de Minas e Vale do Rio Doce por terem acolhido a minha pesquisa. Por fim, agradeço às bruxas sem terra e a todas as mulheres da classe trabalhadora que, em sua luta diária, constroem as transformações sociais com seus corpos e rebeldias.

SE UM DIA AS MULHERES ENFURECESSEM

*Em fúria não permitiriam que a televisão pautasse sua beleza.
Em fúria faliriam todas as clínicas de estéticas.
Jamais transariam sem vontade.
Se um dia as mulheres se enfurecessem
Não aceitariam que o Estado regesse seu corpo.
Em fúria decidiriam se queriam ou não, ter filhos.
Em fúria não usariam roupas desconfortáveis em nome da aparência.
Em fúria usariam apenas a que lhes dessem vontade.
Em fúria não permitiriam que a outra apanhasse.
Em fúria revidariam os tapas na cara, os chutes e os ponta pés.
Em fúria não seriam escravas em sua própria casa.
Se um dia as mulheres se enfurecessem,
calariam a boca dos padres e dos pastores que pregam o dever da submissão.
Em fúria denunciariam todos os abusos cometidos nas igrejas,
no trabalho, nas delegacias, nos hospitais e aqueles cometidos dentro das suas casas.
Em fúria, ensinariam as filhas a se defenderem e os filhos a não estuprarem.
Ah! Se um dia as mulheres se enfurecessem,
escrachariam todos os companheiros de luta, dos partidos e movimentos sociais,
colocariam a nu seu machismo disfarçado no discurso revolucionário.
Em fúria ocupariam os jornais, as redes de televisão contra a misoginia e o racismo.
Um dia, irmanadas numa grande fúria, todas elas,
de todos os lugares, de todas as etnias, esmagariam todas as correntes de sua opressão.
Esmagariam o Estado, a Igreja e o Patriarcado.*

Adriana Novais

RESUMO

Esta dissertação analisa as dinâmicas de despolitização e politização da saúde, com foco nas discussões em torno dos agrotóxicos e do campo brasileiro, durante o primeiro ano do governo Bolsonaro. O intuito é identificar os fluxos despolitizantes que marcam as políticas e os discursos do governo no que tange aos agrotóxicos e explorar detidamente as táticas de resistência a esses movimentos empreendidas, particularmente, pelo Setor de Saúde do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para desnaturalizar o modelo do agronegócio e o uso indiscriminado de agrotóxicos como único caminho viável de produção. Especialmente, nosso foco recai sobre as práticas das “Bruxas sem Terra”, modo como as mulheres do Setor de Saúde do MST se autorreferenciam em relação direta com as mulheres curandeiras da Idade Média, e buscam propor a agroecologia e a alimentação saudável como formas politizadas de se pensar o campo e a produção agrícola brasileira. Nesse sentido, nossa análise é atravessada por discussões de variadas naturezas, como as crises democráticas e a relação com o projeto neoliberal e as questões de gênero e cuidado como entradas, então, para se pensar a dimensão política da saúde proposta nas ações politizadoras do MST. Em termos metodológicos, o trabalho faz dois movimentos: 1) análise das políticas e discursos do governo Bolsonaro no que tange à liberação recorde de agrotóxicos em seu primeiro ano; 2) investigação dos discursos e práticas do MST, no mesmo período, através da análise do site do Movimento e de entrevistas com militantes do setor de saúde no Sul de Minas e Vale do Rio Doce. O trabalho empreende também um esforço metodológico de propor estratégias para a análise dos processos de despolitização e politização a partir de um olhar comunicacional.

PALAVRAS-CHAVE: MST, saúde coletiva, agrotóxicos, politização, Bolsonaro

ABSTRACT

This dissertation analyzes the dynamics of depoliticization and politicization of health, focusing on discussions around pesticides and the Brazilian countryside, during the first year of the Bolsonaro government. The aim is to identify the depoliticizing flows that mark the government's policies and speeches regarding pesticides and carefully explore the tactics of resistance to these movements undertaken, particularly, by the Health Sector of the Landless Rural Workers Movement (MST) to denaturalize the agribusiness model and the indiscriminate use of pesticides as the only viable production path. In particular, our focus is on the practices of the “Landless Witches”, the way women from the MST Health Sector refer to themselves in direct relation with the women healers from the Middle Ages, and seek to propose agroecology and healthy eating as politicized forms of thinking about the Brazilian countryside and agricultural production. In this sense, our analysis is crossed by discussions of various natures, such as the democratic crises and the relationship with the neoliberal project and the issues of gender and care as inputs, then, to think about the political dimension of health proposed by the politicizing actions of the MST. In methodological terms, the work makes two moves: 1) analysis of the Bolsonaro government's policies and speeches regarding the record release of pesticides in its first year; 2) investigation of the discourses and practices of the MST, in the same period, through the analysis of the Movement's website and interviews with activists in the health sector in Sul de Minas and Vale do Rio Doce. The work also undertakes a methodological effort to propose strategies for analyzing the processes of depoliticization and politicization from a communicational perspective.

KEY-WORDS: MST, collective health, pesticides, politicization, Bolsonaro

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Linha do Tempo Questão Agrária	21
FIGURA 2: Ocupação da Fazenda Annoni, em 1985	33
FIGURA 3: Linha do Tempo Setor de Saúde	38
FIGURA 4: Ação Rompendo o Silêncio	43
FIGURA 5: Linha do Tempo Mulheres Sem Terra	45
FIGURA 6: Jornada de Luta das Mulheres Sem Terra, Sarzedo em 2019	46
FIGURA 7: Legalização de novos agrotóxicos no Brasil	58
FIGURA 8: Ações do Governo Federal em Saúde 2012-2019	59
FIGURA 9: Representação visual (des)politização	65
FIGURA 10: Nuvem de palavras - citações diretas do Governo Bolsonaro	81
FIGURA 11: Novo Marco Regulatório dos Agrotóxicos	83
FIGURA 12: Setor de Saúde MST VRD e SDM	96
FIGURA 13: Nuvem de palavras - entrevista mulheres Setor de Saúde MST	97

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: MST e o direito à saúde	43
QUADRO 2: Operadores Analíticos	78
QUADRO 3: Quadro metodológico	79
QUADRO 4: Disputa de termos	84
QUADRO 5: Enquadramento Causas Bolsonaro	86
QUADRO 6: Enquadramento Soluções Bolsonaro	87
QUADRO 7: Julgamentos morais Bolsonaro	88
QUADRO 8: (Des)politização Posições Bolsonaro	88
QUADRO 9: (Des)politização Posições Interlocação Bolsonaro	89
QUADRO 10: (Des)politização Estratégias de legitimação Bolsonaro	90
QUADRO 11: Definição de Bruxa MST	98
QUADRO 12: Definição de Cuidado 1 MST	99
QUADRO 13: Definição de Cuidado 2 MST	100
QUADRO 14: Definição de Cotidiano	100
QUADRO 15: Definição de Agroecologia MST	101
QUADRO 16: Ação Política MST	102
QUADRO 17: Enquadramento Causas MST	103
QUADRO 18: Enquadramento Soluções MST	105
QUADRO 19: Politização Posições MST	106
QUADRO 20: Politização Posições Interlocação MST	107
QUADRO 21: Politização Estratégias de mudança MST	109
QUADRO 22: Politização Visão de futuro MST	109
QUADRO 23: Dinâmicas MST e Bolsonaro	114
QUADRO 24: Causas e Soluções MST e Bolsonaro	116
QUADRO 25: Posições e estratégias MST e Bolsonaro	117

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
CJA	Climate Justice Action
CNU	Conferência das Nações Unidas
COFA	Comitê Orientador do Fundo Amazônia
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
FLM	Field Liberation Movement
FPA	Frente Parlamentar Agropecuária
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OGM	Organismo Geneticamente Modificado
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
SIOP	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SUS	Sistema Único de Saúde
TCU	Tribunal de Contas da União

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. MARCOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS	21
1.1 – Questão agrária brasileira	21
1.2 – O MST e as faces da luta pela terra	31
1.3 – O Setor de Saúde e a questão de gênero no MST	35
1.4 – Compreendendo o Feminismo Camponês Popular	44
1.5 – Jair Bolsonaro e as controvérsias de sua construção política	50
1.6 – Os retrocessos sociais, ambientais e de saúde e Bolsonaro	55
2. DINÂMICAS DE (DES)POLITIZAÇÃO: DISPUTAS, TENSIONAMENTOS E ENTRELACES	61
2.1 – (Des)politização, comunicação e hegemonia	67
2.2 – A (des)politização como um operador teórico-metodológico	72
2.2.1 – Corpus	74
2.2.2 – Métodos de análise	75
3. DINÂMICAS DE (DES)POLITIZAÇÃO: ANALISANDO GOVERNO E MST	81
3.1 – Análise dos dados: o governo e a aprovação massiva de agrotóxicos	81
3.2 – Disputa de nomenclaturas	82
3.2.1 – O novo marco regulatório de classificação dos agrotóxicos	82
3.3 – O governo Bolsonaro e a disputa entre os termos ‘agrotóxico’ e ‘defensivo agrícola’	84
3.3.1 – Enquadramento	85
3.3.2 – Posições e estratégias de legitimação	88
3.4 – Discussão: (des)politização, agrotóxicos e discursos de governo	91
3.4.1 – Não problema	91
3.4.2 – Responsabilização individual	92
3.4.3 – Demonização da diferença	94
3.5 – Análise dos dados: o MST, a saúde e o combate estrutural aos agrotóxicos	95
3.5.1 – As mulheres do MST e o termo 'Bruxa'	97
3.5.1.1 – Gênero e cuidado	99
3.5.1.2 – Cotidiano	100

3.5.1.3 – Agroecologia.....	101
3.5.1.4 – Ação Política.....	102
3.5.2 – Enquadramento	102
3.5.3 – Posições, estratégias de mudança e visão de futuro.....	105
3.6 – Discussão: (des)politização, agrotóxicos, práticas e discursos do MST.....	110
3.6.1 – Implicação.....	110
3.6.2 – Questão estrutural	111
3.6.3 – Viés educativo	113
4. CONSIDERAÇÕES PARA PENSAR A (DES)POLITIZAÇÃO E SUAS INTERSEÇÕES.....	114
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	120
ANEXO 1 – Roteiro de perguntas entrevista semiestruturada MST	124

INTRODUÇÃO

*"A Liberdade da Terra não é assunto de lavradores.
A Liberdade da Terra é assunto de todos quantos
se alimentam dos frutos da Terra." - Pedro Tierra*

Para discutir a saúde, é preciso observar a produção de alimentos no campo, pois a comida é o primeiro remédio que o corpo tem acesso. O pai da medicina moderna, Hipócrates, já alertava que o maior paradigma da saúde é “que seu remédio seja seu alimento, e que seu alimento seja seu remédio”. Historicamente, o campo brasileiro é um local de confronto político, e os modelos de produção do agronegócio¹ e da agricultura familiar e camponesa são antagonistas nessa disputa. Além de corroborar para a consolidação e expansão do modelo do agronegócio, com forte presença dos agrotóxicos e da monocultura, o atual cenário político do Brasil faz com que os conflitos em relação à questão agrária sejam parte de uma plataforma de governo defendida pelos atuais Ministros do Meio Ambiente e da Agricultura, e pela presidência².

Esse trabalho parte da construção histórica da questão agrária brasileira, em suas interseções com gênero, raça e classe, para pensar como o Setor de Saúde do MST e o governo Bolsonaro politizam ou despolitizam o debate acerca dos agrotóxicos. Para isso, é preciso compreender o cenário político e suas influências. Os conflitos atuais em relação ao tema vêm sendo construídos há algum tempo e não podem ser pensados de maneira isolada.

Ainda que o final da década de 1990 e início dos anos 2000 tenham sido marcados pela eleição de Hugo Chávez na Venezuela, Evo Morales na Bolívia, Fernando Lugo no Paraguai, Mauricio Funes em El Salvador e Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil, o neoliberalismo e o neoconservadorismo continuaram se estruturando. As pautas sociais econômicas, resultado da crise do início dos anos 1980, avançaram, mas o passado colonial, os períodos prolongados de governos autoritários e o período de reestruturação econômica continuaram gerando desigualdades que não foram sanadas com as chamadas Left Turns – viradas políticas que resultam na eleição de líderes de esquerda – na América Latina (MURRAY ET AL, 2010).

No período recente, a disputa eleitoral brasileira mobilizou movimentos sociais a se posicionar contra a candidatura de Jair Bolsonaro e outras figuras de extrema direita após o

1 O agronegócio pode ser definido como a configuração da modernização e do capitalismo no campo, que surge entre os anos 1960 e 1970. Essa discussão será melhor elaborada no primeiro capítulo.

2 Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-04/bolsonaro-diz-que-nao-quer-atrapalhar-quem-produz>. Acesso em 08/07/2020.

golpe³ constitucional que retirou em 2016 a Presidenta Dilma Rousseff do poder. O MST, por exemplo realizou a Marcha Nacional Lula Livre⁴ em agosto de 2018, construiu Vigília Lula Livre em Curitiba, e dedicou a Jornada de Lutas do Abril Vermelho⁵ à Lula. No mesmo período, Donald Trump é eleito presidente nos Estados Unidos, e no Brasil Michel Temer inicia reformas impopulares e congela o teto dos gastos do governo por 20 anos através da PEC 55, fazendo com que áreas como saúde e educação deixem de receber investimentos.

Enquanto os governos de 2016 em diante retiravam direitos, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) fez ações de solidariedade⁶ aos caminhoneiros em greve com mutirões de distribuição de alimentos, mesmo com as políticas de reforma agrária paralisadas e o sucateamento do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Em meio a esse cenário, a saúde se insere na vida das pessoas, tanto na produção de alimentos, como na efetivação de políticas de Estado referentes ao tema, e é atravessada por conceitos como pós-democracia, pós-política e (des)politização, foco deste trabalho. Apesar de relacionados, estes não são sinônimos.

Segundo Ballestrin (2018), pode-se dizer que o Brasil pós-democrático se instaura com a saída da Presidente Dilma em 2016, e tem raízes na própria construção que alinha autoritarismo, liberalismo e Estado na América Latina: “O sequestro do estado e da democracia pelas dinâmicas coloniais, imperiais e capitalistas, em suma, é velha dinâmica pelas bandas latino-americanas (p.157)”. Apesar do esvaziamento da democracia brasileira e da crise política brasileira atual, característica de períodos de transição, a corrupção tão negada por Bolsonaro persiste:

O Brasil pode ser considerado um caso no qual o suposto combate à corrupção com a interferência desses atores e instituições não surtiu o efeito esperado para o fortalecimento da democracia. Pelo contrário, tratou-se da agenda que conduziu o Brasil à pós-democracia. Ainda que obviamente existam outros conjuntos heterogêneos de atores, instituições e personagens responsáveis e interessados no golpe constitucional consumado em 2016, o complexo jurídico-econômico institucional disparado para a aceleração desse processo indica que a expansão global do poder judiciário via judicialização da política coincide com a ascensão das pós-democracias nos anos 1990

3 Essa discussão é recente, existem dois caminhos de entendimento: considerar o processo político um golpe ou impeachment. Parto da premissa de que essa é uma disputa discursiva, e por isso considero o acontecimento um golpe, ainda que dentro da legalidade. (MUNIZ, 2016)

4 Marcha Nacional Lula Livre: por terra, trabalho e moradia. Disponível em: <https://mst.org.br/2018/08/14/marcha-nacional-lula-livre-reune-movimentos-sociais-de-todo-o-pais-em-brasilia/> . Acesso em: 07/10/2020

5 O Abril Vermelho relembra o Massacre de Eldorado dos Carajás (17 de abril de 1996/Pará) e é um período onde o MST faz Jornadas de Luta em memória aos massacres sofridos e às Ligas Camponesas, organização do campo que combateu a Ditadura Militar no Brasil, da qual o MST se referencia.

6 Disponível em: <https://revistaforum.com.br/movimentos/licao-de-solidariedade-mst-faz-comida-para-caminhoneiros-na-dutra/> . Acesso em: 07/10/2020

– a despeito da inexistência de nexos e causalidades entre ambos fenômenos. (Ballestrin, 2018, p.159-160)

A expressão pós-democracia apareceu pela primeira vez nos anos 1990, um pouco depois da consolidação do agronegócio no Brasil, e tem a ver com a destituição do sentido do termo ‘democracia’ a partir do avanço neoliberal, autoritário e conservador. Em paralelo, politização pode ser entendida também como um enfrentamento à pós-democracia. Wood (2015) aponta que o triunfo da ideologia neoliberal traz o desafio subsequente de pensar a repolitização⁷ de várias questões negligenciadas. É possível pensar politização e despolitização como campo teórico, empírico e analítico, e o ponto de convergência entre os diversos estudos é justamente a análise crítica da dinâmica do neoliberalismo como paradigma do pensamento político e como esse paradigma supostamente leva ao surgimento da ‘anti-política’.

Em outras palavras, o neoliberalismo e a pós-democracia levam ao sentimento de anti-política, e este sentimento gera um cenário favorável para o fechamento dos espaços de contingência, ou seja, à despolitização. O cerne da despolitização está na ausência da política, que se instaura nas contradições do capitalismo, do neoliberalismo e da pós-democracia. Como afirmam Wood e Flinders (2014), politização, nesse sentido, é o ato radical de reconhecer “o político”, a abertura de brechas para que a sociedade possa ser compreendida para além do fatalismo e da negação que os anos 1990 e o início dos anos 2000 trouxeram⁸.

Contudo, ainda hoje poucos trabalhos exploram as dinâmicas de despolitização e politização relacionando-as, e esse trabalho pretende contribuir para a compreensão desses fluxos complexos e conectados que compõem as lutas hegemônicas contemporâneas. Além disso, esses conceitos são pouco utilizados para estudar fenômenos da comunicação política brasileira, mas parecem frutíferos visto que há sinais dessas dinâmicas historicamente e de um possível recrudescimento e adaptação desses processos ao cenário contemporâneo.

Esta articulação conceitual serve também para pensar a aliança das agendas neoliberal e neoconservadora em torno de candidatos que, como Bolsonaro, são potencialmente neofascistas, apesar de terem sido eleitos e manterem governos de aparência democrática. A

7 Ainda que alguns autores optem por utilizar ‘repolitização’, não há diferenciação conceitual precisa entre o termo e ‘politização’. Neste trabalho, opto por utilizar ‘politização’ por entendê-la como um processo contínuo que acontece em simultaneidade com a ‘despolitização’..

8 Se o contexto sócio-histórico apontava para a dominância de políticas neoliberais no mundo, a emergência das desregulações e privatizações exigia a ampliação do arcabouço teórico da política. Wood (2015) aponta que a crise financeira de 2008, a Primavera Árabe e movimentos como o Occupy Wall Street nos EUA serviram para que os processos de (re)politização tivessem um maior fôlego de discussão.

potência desses conceitos, entretanto, está justamente em relacionar as dinâmicas políticas (incluindo aqui as conexões entre hegemonia e comunicação) para compreender fenômenos da realidade brasileira, como os descritos anteriormente, que vão desde a destituição de Dilma Rousseff da Presidência da República em 2016, à eleição de Jair Bolsonaro como presidente em 2018.

Este projeto busca, então, analisar as dinâmicas de despolitização e politização da saúde, com foco nas discussões em torno dos agrotóxicos e do campo brasileiro, durante o primeiro ano do governo Bolsonaro, considerando o cenário neoliberal. O intuito é identificar os fluxos despolitizantes que marcam as políticas e discursos de governo no que tange aos agrotóxicos e explorar detidamente as táticas de resistência a esses movimentos empreendidas, particularmente, pelo setor de saúde do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para desnaturalizar o modelo do agronegócio e o uso indiscriminado de agrotóxicos como único caminho viável de produção.

O MST é um dos principais representantes da luta por reforma agrária no mundo, e sua pauta atualmente é o combate ao agronegócio e todo o aparato político, social e econômico que ele mobiliza. Este trabalho relaciona meio ambiente, saúde e produção com as práticas do Setor de Saúde do MST, que melhor condensa essas questões, ainda que o Movimento atue de maneira intersetorial. Como a saúde coletiva aqui está sendo considerada a partir do campo, do meio ambiente e da alimentação saudável, utilizo o tema dos agrotóxicos como uma porta de entrada para a discussão que permeia as dinâmicas (des)politizantes entre MST e governo Bolsonaro.

Em geral, as pesquisas em comunicação que tratam do MST estão voltadas a entender como os meios de comunicação do Movimento atuam, e seu resgate histórico e importância, ou relato de experiência (DELIBERADOR E VIEIRA, 2006; NUNES E MENEZES, 2009), ou como o MST enquanto corpo político é abordado nos veículos de comunicação tradicionais (DA CRUZ, 2006; AYOUB, 2007). Nos estudos sobre o setor de saúde, houve avanços no resgate histórico do mesmo, na sua relação com a questão de gênero e no debate político (RÜCKERT, 2012; BATISTA E ALBUQUERQUE, 2014; DE FARIAS, 2016), contudo há uma lacuna nas abordagens na perspectiva interacional da comunicação, de análise de construções em diálogo, que visem entender esses processos políticos interpelados por relações e atos comunicativos.

Pensando em combater o agronegócio por meio da alimentação saudável e da agroecologia em prol da saúde coletiva, uma das hipóteses é que as temáticas centrais do Setor de Saúde conseguem se aproximar da sociedade com mais facilidade do que outras formas de luta do MST e conseguir mais apoio, pois estas utilizam a estratégia de que o agronegócio

adoece as pessoas, e falam diretamente da vida humana. Busco responder, então, às seguintes questões: quais as estratégias do governo Bolsonaro para despolitizar a temática dos agrotóxicos? Quais as táticas utilizadas pelo Setor de Saúde do MST para desnaturalizar o modelo do agronegócio e o uso indiscriminado de agrotóxicos como único caminho viável de produção?

Com o objetivo de contribuir na ampliação do entendimento da comunicação a partir da perspectiva dialógica e interacional, pretendo estabelecer relações entre comunicação e política para pensar o papel da saúde coletiva – relacionada à alimentação saudável, ao combate aos agrotóxicos e a relações de produção no meio rural – na construção de diálogos no cenário brasileiro atual de crise democrática. Politizar este debate a partir da comunicação significa dizer que as ações (discursos e interações) dos sujeitos que constroem o setor de saúde do Movimento – com protagonismo das mulheres — estão no centro do debate político sobre a saúde nesse cenário de crise democrática, ambiental e política. Despolitizar a questão de saúde seria ocultá-la como um potencial de luta, minimizando as possibilidades de debate e construção coletiva acerca de suas pautas, práticas vistas no governo Bolsonaro.

Conforme será discutido, é através dos mecanismos de politização e despolitização que o MST e Bolsonaro estabelecem sua relação com a sociedade e entre si para trazer ou ocultar do campo político a discussão sobre a saúde coletiva. Especialmente, nosso foco recai sobre as práticas das “Bruxas sem Terra”, modo como as mulheres do setor de saúde do MST se autoreferenciam em referência direta às mulheres curandeiras da Idade Média, e que buscam propor a agroecologia e a alimentação saudável como formas politizadas de se pensar o campo e a produção agrícola brasileira. Nesse sentido, nossa análise é atravessada por discussões de variadas naturezas, como as crises democráticas e a relação com o projeto neoliberal e as questões de gênero e cuidado como entradas, então, para se pensar a dimensão política da saúde proposta nas ações politizadoras do MST.

Em termos metodológicos, o trabalho faz dois movimentos: 1) análise das políticas e discursos do governo Bolsonaro, sobretudo no que tange à liberação recorde de agrotóxicos em seu primeiro ano; 2) investigação dos discursos e práticas do MST, no mesmo período, através da análise do site do Movimento e de entrevistas com militantes do setor de saúde no Sul de Minas e Vale do Rio Doce. O trabalho empreende também um esforço metodológico de propor estratégias para a análise dos processos de despolitização e politização a partir de um olhar comunicacional.

No primeiro capítulo, relaciono a saúde coletiva a partir da contextualização da questão agrária brasileira e suas relações com o meio ambiente e com a desigualdade social; do MST,

conceitos e questões de gênero vinculadas ao Setor de Saúde; e do governo Bolsonaro, conectando a trajetória política do presidente, a atuação dos ministérios e os retrocessos sociais do primeiro ano no poder. No segundo capítulo, discuto o arcabouço teórico de (des)politização como operador teórico-metodológico e apresento o corpus e os métodos de pesquisa. No terceiro capítulo, apresento os dados de pesquisa e analiso MST e governo a partir da (des)politização e seus atravessamentos. Para fazer essas análises, utilizo de métodos qualitativos e quantitativos, sendo eles 7 entrevistas semiestruturadas, 60 notícias com citações do governo e 28 notícias do site do MST. Finalizo a dissertação no capítulo quatro, com apontamentos para pensar teoricamente a (des)politização a partir dos achados de pesquisa apresentados anteriormente.

1. MARCOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS

*“A ordem é ninguém passar fome
Progresso é o povo feliz
A Reforma Agrária é a volta
Do agricultor à raiz” - Beth Carvalho*

1.1 – Questão agrária brasileira

Este capítulo busca historicizar o campo brasileiro considerando o histórico de colonização da América Latina, e as relações entre o período escravocrata e a questão racial, bem como a questão cultural, ambiental e de gênero que permeiam o sistema de privilégios e opressões do país, e interferem diretamente em quem tem acesso à terra. Para fazer esse movimento, muitas vezes contraditório e não linear, recorro ao histórico das lutas ambientais e agrárias, ora mescladas, ora separadas, e trago as relações entre a forma como o capitalismo se desenvolveu no campo e suas implicações para a luta pela terra e pelo meio ambiente.

O latifúndio é uma das principais marcas do Brasil. A formação social e territorial brasileira, atravessada por um clima 93% tropical, uma colonização de exploração de recursos naturais em 1530, e por um estado-nação que se originou da expansão mercantil-colonial europeia do século XVI, é bastante favorável para que lutas por questões básicas de caráter econômico, como a reforma agrária, sejam fundamentais. Proponho, então, uma análise histórica a partir de uma breve linha do tempo, com foco nos marcos que nos auxiliam a compreender essas relações:

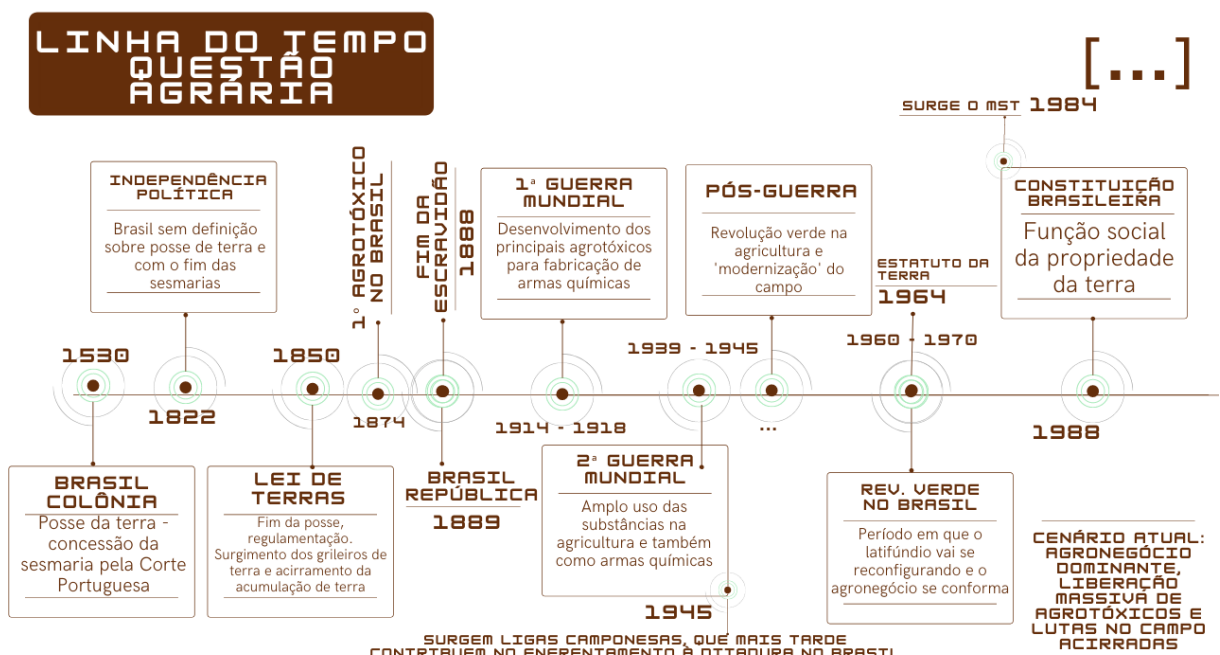


FIGURA 1: Linha do Tempo Questão Agrária Fonte: A autora, 2021.

As terras brasileiras foram doadas pelo Estado a portugueses, a fim de embranquecer a população do país. Estes exploram as capitanias hereditárias até os tempos atuais, já que as terras continuaram concentradas nas mãos de poucas pessoas e as famílias do período colonial seguem sendo proprietárias de grandes pedaços de terra no Brasil. Partindo da compreensão de que o pensamento colonial refletiu e ainda se faz presente no campo brasileiro e na forma como o latifúndio e posteriormente o agronegócio se desenvolveram, conceituo essa relação:

Enquanto um padrão de poder mundial, a colonialidade é caracterizada como um sistema interconectado de formas de controle, alocadas nas mãos de um grupo de instituições que são interdependentes, em que a empresa capitalista está no controle do trabalho, a família burguesa no controle do sexo, o estado-nação no controle da autoridade e o eurocentrismo no controle da intersubjetividade. Cada uma dessas formas existe em relação de interdependência com as outras e, por isso, o padrão de poder está configurado como um sistema. (KEMPF E WEDIG, 2019, p.2)

Segundo Gonçalves (1995), a fase colonial, que segue presente em algumas práticas do governo, deixou como heranças a apropriação concentrada da terra, o extermínio dos povos indígenas e a desigualdade na distribuição geográfica da população pelo território, por conta da acumulação do capital. Até 1850, a terra foi distribuída para famílias da elite portuguesa e, neste ano, com a abolição da escravatura em curso, surgiu a Lei de Terras, que impediu que escravizados⁹ tivessem acesso à terra. Gonçalves (1995) aponta a Lei de Terras como o início da mercantilização do campo brasileiro:

Em 1850 foi instituída a chamada Lei de Terras que acabou com o sistema de simples doação e estabeleceu que a propriedade territorial só poderia ser obtida mediante procedimentos de compra e venda. A terra, de simples recurso natural, tornou-se mercadoria. Observemos que nesse momento os homens também eram mercadorias, propriedade absoluta dos latifundiários, posto que reinava o regime de escravidão. Na verdade, a Lei de Terras marca a transição de um regime em que os homens eram cativos para um regime em que os homens são livres, mas a terra é cativa, na brilhante formulação de José de Souza Martins (1979). (GONÇALVES, 1995, p.314)

No século XVI, a agricultura era baseada na monocultura, na mão de obra escravizada e nos latifúndios, e restrita à cana-de-açúcar e ao cultivo para subsistência. A partir do século XVIII, inicia-se o ciclo do ouro com o avanço da mineração e o desenvolvimento da agricultura cafeeira. No século XIX, o café se tornou o foco da exportação brasileira, movido pelo declínio da mineração, a mudança na mão de obra e o início do período republicano. Wanderley (2014)

9

O uso do termo 'escravizado' se faz presente porque denota a condição de violência imposta aos seres humanos para que estes se tornassem 'escravos'. Não sendo algo natural ou definido por raça, gênero, classe, ser escravizado implica a ação do outro de imposição de uma dominação através da força.

aponta que de maneira geral, o período colonial deixa para o Brasil uma forma de estruturação da agricultura, que mesmo com o enfrentamento do campesinato, se constitui através dos senhores de terra e dos latifúndios. A figura do camponês se fazia presente através da ocupação desordenada de territórios, da agricultura de subsistência e da resistência às grilagens de terra e aos latifúndios, conformando outro modelo de campo:

Numa perspectiva geral, o campesinato corresponde a uma forma social de produção, cujos fundamentos se encontram no caráter familiar, tanto dos objetivos da atividade produtiva – voltados para as necessidades da família – quanto do modo de organização do trabalho, que supõe a cooperação entre os seus membros. A ele corresponde, portanto, uma forma de viver e de trabalhar no campo que, mais do que uma simples forma de produzir, corresponde a um modo de vida e a uma cultura (WANDERLEY, 2014, p.2)

Contudo, essa forma de vida do campesinato brasileiro não se enquadrava com os processos de exploração da terra propostos pela lógica latifundiária. As contradições que se acirram com a escravidão através da mão de obra não assalariada, se intensificam com a Lei de Terras que impediu ainda mais o acesso livre à terra. Após a abolição da escravidão, a desigualdade no campo se perpetuou, já que os sujeitos libertos acabavam por não conseguir adquirir propriedades de terra e se viam em sistemas de trabalho similares aos do Brasil Colônia.

Com isso, foram constituindo-se os problemas que conhecemos na atualidade, como a urbanização e o êxodo rural, os problemas ambientais, a precarização do trabalho, a questão demográfica nas cidades, e a destruição do cerrado e da amazônia para obtenção de lucros. Para continuar avançando na agricultura, os latifúndios precisavam conter as pragas que se alastravam nas lavouras de monocultura, e antes mesmo da 1ª Guerra Mundial, em 1874, Othomar Zeidler desenvolveu o primeiro agrotóxico, a partir da síntese do composto orgânico DDT. Contudo, sua aplicação como um tipo de inseticida aconteceu somente em 1939.

O fim da 2ª Guerra Mundial fez com que o discurso da modernização do campo ganhasse ainda mais espaço na sociedade já que com o fim da disputa de modelos políticos no mundo, o capitalismo se configurava junto com a ideia de democracia liberal em diversos países. Contudo, ainda que o cenário pós-guerra trouxesse um discurso em favor da reforma agrária, para o campo, o período significou a implementação dos agrotóxicos, resquícios de armas químicas de guerra, e a instauração de um modelo capitalista de produção que visa o lucro acima do meio ambiente e da alimentação saudável das pessoas. A modernização estratégica do agronegócio, sem reforma de nenhum tipo, vence a disputa política (DELGADO, 2005).

Segundo Chã (2018), esse período foi marcado pela presença de propagandas que propunham certos valores socio-políticos, já que era necessário convencer que os insumos agrícolas, resquícios do pós-guerra, poderiam ser incorporados ao campo brasileiro, ignorando

seus danos ambientais e de saúde. A chamada “Revolução Verde” ou “Pacote Verde”¹⁰ trouxe para o campo uma mudança tecnológica, mas também social, já que o trabalho dos maquinários substituía a mão de obra, e o monocultivo se instalava como um modo de produção mais economicamente rentável. Com isso, a produção se voltou para a exportação de soja, milho, trigo, e outras commodities¹¹, não priorizando a produção de alimento para abastecimento interno. É importante reforçar que para além da propaganda, esse processo também se deu nas instituições públicas, tornando o agronegócio uma plataforma de governo para a agricultura.

O agronegócio também remodela a forma como a mídia aborda o campo brasileiro. Segundo Chã (2018), as representações simbólicas em novelas, ações publicitárias¹², filmes e nos veículos de comunicação de modo geral tratam o modelo do agronegócio como o único possível e existente no campo, e o trabalhador rural muitas vezes representa o “atraso” e é estereotipado. O marketing cultural serve para reforçar a hegemonia do agronegócio, que será utilizada para pensar os mecanismos de (des)politização. Com os novos sentidos de campo construídos, cria-se uma falsa superioridade do modo de vida urbano em relação ao modo de vida rural. O agronegócio pode ser entendido, então, como:

uma nova forma de territorialização do capital no campo, forjada num contexto de políticas neoliberais e de intensificação dos processos de concentração e centralização do capital em múltiplas escalas, especialmente mundial (Campos; Campos, 2007 APUD Chã, 2018, p.37).

O surgimento da Rede Globo também tem relação com o avanço do agronegócio nos anos 1960 e 1970. Chã (2018) aponta que a invisibilização do trabalho rural tem a ver com a construção do que a autora chama de “estética de sucesso do agronegócio”, que desconsidera as suas contradições e mazelas. O documento Consenso do Agronegócio (2014) aponta para essa construção simbólica:

O grande desafio é aproximar do cotidiano das pessoas fora do campo a atividade agropecuária, intensificando esforços para que se faça clara a relação existente entre alimento e bens de consumo com o agronegócio. (Consenso do Agronegócio, 2014, p.38 APUD Chã, 2018, p.68)

10 Com o fim da 2ª Guerra Mundial, os agrotóxicos criados para fins militares ficaram sem utilidade, e passaram a ser aplicados na agricultura para produção em larga escala. Esse processo foi chamado de “Pacote Verde” ou “Revolução Verde”.

11 Commodities são produtos duráveis e de qualidade uniforme cujo preço é determinado pela oferta e procura no mercado internacional, já que estes não são perecíveis e não tem condições climáticas ou de produção que os diferenciem. Essa relação advém do período colonial, em que o Brasil exportava matéria-prima.

12 Agronegócio é valorizado em campanha da Rede Globo. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/noticia/2016/10/agronegocio-e-valorizado-em-campanha-da-rede-globo.html> . Acesso em: 26/06/2020.

Chã (2018) também reforça que a forma como o campo entra nas novelas tem mais a ver com o retorno financeiro desse tipo de produção, e conseqüentemente com o interesse do público, do que com a pretensão de ‘inclusão’ por parte da Rede Globo. Essa representação é carregada de estereótipos da ideia de não-conflito:

O tema do “rural” entra assim na pauta da ficção também como um tema que pode atrair audiências. Cansado das novelas sobre a realidade urbana, cuja dureza já é vivida pela maioria da população no dia a dia, o público tende a preferir tramas que o remetam para um espaço para o qual ainda sonham poder um dia retornar, mesmo que apenas para descansar da loucura da vida citadina. Mesmo tomado pelas grandes plantações, o campo das novelas sempre tem comida em cima do fogão a lenha, rede na área e ar puro que se acredita respirar através das memórias de um tempo passado próximo, mas distante, que era sofrido, mas que se acredita ter sido de muita felicidade. É ainda um sintoma de país que não há muito tempo deixou de ser um país agrário para se tornar um país com uma população vivendo majoritariamente nos centros urbanos. (Chã, 2018, p.57)

Essas não-contradições entre agronegócio e as representações do campo brasileiro também tem implicações nas lutas sociais. O Estatuto da Terra de 1964 foi uma resposta institucional para a questão fundiária no país, servindo para que as grandes propriedades se modernizassem e iniciassem a “Revolução Verde” com novas pesquisas, insumos e implementos agrícolas e para que o campo brasileiro fosse cada vez mais reduzido ao agronegócio.

Além do agronegócio, o período pós 2ª guerra mundial também alavancou o debate sobre o ecodesenvolvimento. Era preciso pensar a economia e a produção de alimentos de modo a aproveitar o potencial ecológico de cada região, satisfazer necessidades básicas e aspirações culturais das populações locais, proporcionar auto-gestão das comunidades de seus recursos ambientais e redefinir meios tecnológicos e processos políticos para construir uma racionalidade social e produtiva alternativa.

Contudo, segundo Leff (1994), a construção da nova consciência ambiental na América Latina se criava em paralelo ao aumento dos problemas ambientais, que se tornaram problemáticas sociais generalizadas, em que o discurso da globalidade avança por cima da soberania nacional, e o consumismo se sobrepõe ao desenvolvimento sustentável, igualitário e duradouro. A marginalização das questões ambientais, e as temáticas globais e complexas não permitiram a consolidação de um corpo político sólido em torno da pauta, por mais que as estratégias de ecodesenvolvimento tivessem esse objetivo.

A perspectiva latino-americana é bastante similar ao que Gonçalves (1995) contextualiza sobre os problemas socio-ambientais e socio-históricos do Brasil e as relações de poder existentes no território. O autor aponta que a construção do país se deu a partir da

expansão mercantil-colonial europeia, e os resquícios da colonização de exploração dos recursos naturais servem para explicar os grandes problemas de desigualdade social, distribuição de terra e recursos, genocídio indígena e degradação ambiental. Segundo o autor, não é possível pensar o meio ambiente brasileiro sem entender que a exploração dos países do chamado “terceiro mundo” é necessária para manter o estilo de vida dos países “desenvolvidos”, caso contrário haveria um caos no planeta. Por isso, é preciso pensar o meio ambiente e o campo de maneira sistêmica, considerando aspectos da questão industrial, urbana, agrária e demográfica:

A organização territorial de uma sociedade, neste sentido, remete de maneira quase imediata a duas dimensões da reprodução social: as relações sociais e as relações entre sociedade e natureza que as práticas sociais vigentes engendram. As relações sociais vigentes, neste sentido, regem não apenas as relações entre os diferentes grupos e indivíduos de uma sociedade, mas também as relações que estes, enquanto sociedade organizada, estabelecem com a natureza [originária ou transformada pela própria ação humana]. Entender o sentido e a natureza da organização territorial de nossa sociedade pressupõe, pois, desvendar os modos historicamente determinados através dos quais esta sociedade produz e se reproduz. (GONÇALVES, 1995, p.312-313)

Em consonância com a democratização, a institucionalização da questão ambiental caminha junto com o aumento das discussões políticas dos movimentos sociais, e seu envolvimento direto com o estado no período entre os anos 1960 e 1990, segundo Leff (1994), Viola e Leis (1992) e Paula et al (1998). No final dos anos 1990, sustentabilidade e desenvolvimento passam a ser pautas de discussão após um período de negação científica sobre o uso dos agrotóxicos e de não entendimento político sobre a necessidade de preservação ambiental. Se no Brasil os movimentos sociais se viam muito mais próximos das pautas de governo nesse período de pré-eleição do Lula, a exploração dos países do norte global em relação aos países do sul se escancarava no debate público por conta dos desastres ambientais¹³ que ocorriam em paralelo ao desenvolvimento econômico.

Era necessário refletir sobre o meio ambiente e pensar políticas públicas em relação ao tema, e os movimentos ambientais começavam a se organizar para fazer reivindicações. Sobre a América Latina, Leff (1994) aponta que o fim do ciclo de combate a ditaduras e início das democracias corroborou para que o pensamento ambiental avançasse, principalmente por parte do Estado e suas estruturas, como as escolas, universidades, o sistema jurídico e os meios de

13

Foram inúmeros casos no mundo. Só no Brasil, nos anos 1980 houve a contaminação do solo e da água no polo petroquímico de Cubatão (SP). O local ficou conhecido como Vale da Morte. Em 1984, no mesmo local, a Petrobras espalhou 700mil litros de gasolina na Vila Socó, causando um incêndio e quase 100 mortes. Em 1987 houve o caso de exposição ao material radioativo Césio 137 em Goiânia (GO).

comunicação. A sociedade civil da época se reconfigurava a partir de novos estilos de vida, relações de poder e modos de produção:

A consciência sobre a crise ambiental e os limites ecológicos do crescimento econômico se fez manifesta desde os anos sessenta, difundindo-se internacionalmente com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, celebrada em Estocolmo em 1972. As estratégias do ecodesenvolvimento se inscrevem, assim, na perspectiva das mudanças democráticas e de uma nova ordem econômica mundial. A questão ambiental surgiu como sintoma de uma crise de civilização, mostrando a necessidade de transformar a racionalidade produtiva que gerou a destruição da base de recursos, biodiversidade e heterogeneidade cultural do planeta, assim como de gerar um saber interdisciplinar e de estabelecer uma administração pública transectorial, para compreender e enfrentar as mudanças globais do nosso tempo. (LEFF, 1994, p. 336)

As contradições entre agronegócio e meio ambiente caminharam historicamente no mesmo sentido. O período histórico entre 1971 e 1991 serviu para pensar a evolução das políticas ambientais no Brasil. A questão, para Viola e Leis (1992), está na diferença entre o bissetorialismo preservacionista que construiu a questão ambiental a partir das transformações na ordem internacional; e na emergência do movimento ambientalista global cuja problemática seria o desenvolvimento sustentável. Com o objetivo de solucionar a problemática ambiental, ONGs e Estado se agrupavam, conformando uma dialética sociedade-estado. A partir de 1986, multissetores começam a ter interesse no debate ambientalista, principalmente com foco no desenvolvimento sustentável.

Com a entrada de movimentos sociais de pautas amplas, associações e grupos comunitários, agências estatais, instituições científicas e até um reduzido grupo empresarial interessado em pensar a pauta ambiental a partir do consumo e do lucro, a pauta sofreu transformações, e se configurou como um ambientalismo multissetorial, que instituiu transformações no modelo brasileiro de desenvolvimento, a fim de alcançar princípios sustentáveis, apesar da defasagem entre os níveis do discurso, os comportamentos individuais e institucionais, e a construção de políticas públicas.

O agronegócio continuou a avançar, e hegemoniza o modelo de produção brasileiro. Ainda que a reforma agrária tenha tido algum prestígio nos anos 1990 por conta das reivindicações e a possibilidade de mudança positiva no campo brasileiro, o que de alguma forma obrigava os veículos de comunicação e entretenimento a incluir o debate em suas produções, a forma como a Rede Globo aborda a questão reforça estereótipos e causa uma falsa sensação de ‘paz’ e até mesmo ‘passividade’. Segundo Chã (2018)

Foi também um sucesso de público a reprise, mesmo sendo no horário da tarde, de “O Rei do Gado”, novela “onde a luta pela reforma agrária foi o mote do inverossímil enredo dramático que teve na trama um romance entre uma sem terra e um latifundiário”

(VILLAS BÔAS, 2008, p.02). Quando foi exibida pela primeira vez em 1996, a novela também teve uma grande audiência e “por mais dramática e manipulada que fosse aquela trama, ela cumpriu o papel de divulgar amplamente a luta pela reforma agrária e os movimentos sociais que levantam essa bandeira, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)” (VILLAS BÔAS, 2008, p.02), indo assim no sentido oposto à ideologia defendida pela emissora. Parece que, em 2015, dar novamente espaço para a bandeira da reforma agrária na ficção, não constitui mais um problema. A emissora que, nos últimos anos, do ponto de vista jornalístico sistematicamente omite as ações dos movimentos sociais, em especial do MST, parece ter querido deixar uma mensagem: de que a luta pela reforma agrária, mesmo que ainda “aqueça corações”, é definitivamente coisa do passado, embora o campo seja coisa do presente. Qual campo? (Chã, 2018, p.58)

O avanço do neoliberalismo e do uso de agrotóxicos, segundo Miranda et al (2007), também se relaciona com a crise na soberania alimentar. Segundo os autores, com o comércio internacional crescente a partir dos anos 1990, o Brasil deixa de ter como foco a exportação de produtos agrícolas in natura, como nos anos 1970, para investir em produtos agroindustrializados. Com esse novo mercado, a competitividade se torna um problema ainda maior, e a falta de distribuição de terras, acrescida das facilidades de crédito para o agronegócio, gera relações desproporcionais em relação à agricultura familiar e camponesa. Portanto, passa-se a usar ainda mais agrotóxicos para conseguir competir em preço e quantidade de produção, e com isso a policultura tradicional do campesinato brasileiro perde espaço, a terra se torna cada vez mais mercadoria, e com o excedente de mão de obra, as pessoas do campo se veem obrigadas a vender seus lotes e migrar para as cidades. O campo passa, então, a ser entendido apenas em seu aspecto de lazer, natureza e descanso.

Além de se apropriar dos frutos da terra, no final do século XX e início do século XXI, as empresas do agronegócio, na condição de “agricultura moderna”, começam a ir além dos insumos (agrotóxicos) e da agropecuária, e começam a atuar na comida, na bebida, nas roupas e até mesmo no plástico e na energia. Segundo Cardoso, de Sousa e Reis (2019), essa incorporação dos negócios agropecuários, da indústria e do comércio de insumos, fertilizantes, agrotóxicos e maquinários, juntamente com os negócios a jusante, como o beneficiamento, o transporte e a venda para o consumidor por parte do agronegócio, homogeneiza toda a cadeia de produção, processamento, armazenamento e distribuição de produtos e alimentos.

Sobre o desenvolvimento das economias mundiais, Sachs (2000) aponta que os países dominantes minaram o avanço tecnológico dos outros países, especialmente na virada do século XXI. Essa relação diz de uma nova problemática ambiental insurgente, em que o neoliberalismo se sobrepõe nos territórios do sul global forçando uma relação dependente das indústrias do norte – reforçando a lógica colonialista –, e uma responsabilidade ambiental compartilhada

ainda que os detentores da hegemonia econômica mundial sejam os responsáveis pelas catástrofes que o planeta tem vivido.

Segundo Bryant e Bailey (1997), os usos desiguais dos bens de consumo, como energia e outros, escancara uma contradição: quem busca as soluções para as questões ambientais são justamente os países explorados cujo consumo é baixo. Ou seja, os causadores do problema – que se inicia com a colonização – não se responsabilizam por ele, e criam a ideia de que a questão ambiental é do reino do fato, natural, comum e não algo criado pela intervenção humana e ganância de consumo.

Nesse cenário de modernização e despreocupação moral e ética em relação aos agrotóxicos e à degradação ambiental, advinda do processo de redemocratização brasileira, nega-se a saúde da população em prol dos lucros do setor, e começa-se a construção por vias institucionais e simbólicas de que esta seria a única forma de produção em larga escala. Segundo Cristiane Silveira e Jalcione Almeida (2005), ainda que os estudos de biotecnologias modernas e políticas de biossegurança tenham comprovado os impactos negativos do uso de agrotóxicos no intuito de regulamentá-los, o avanço foi frágil, especialmente nos anos 1980, período em que a população e a comunidade científica pouco sabia sobre seus efeitos colaterais.

Apenas em 1995, com a Lei de Biossegurança Nacional, que tratava dos Organismos Geneticamente Modificados, que a sociedade começou a participar efetivamente do debate. Porém, as normas de responsabilidade e transparência estabelecidas não impediram que o agronegócio se fortalecesse no Brasil. Com a Lei de 2005¹⁴, que substitui a de 1995, houve uma abertura ainda maior para a circulação de transgênicos, e de sementes e insumos de grandes indústrias do setor. Além das questões de saúde, essa prática também afetou economicamente os pequenos produtores, pois a semente geneticamente alterada é infértil, e, portanto, precisa ser comprada a cada nova safra.

Em termos de relações governamentais, Cardoso, de Sousa e Reis (2019) afirmam que os lucros trazidos pelo capitalismo no campo são vistos em questões como o perdão das dívidas dos ruralistas pelo Governo; a tramitação do projeto de lei nº 4576/16 que visa proibir a venda de produtos orgânicos em supermercado, restringindo-os a feiras livres e propriedades particulares; e a liberação dos agrotóxicos nocivos à vida humana através do PL do Veneno 6299/2002, que visa flexibilizar o uso e o registro de agrotóxicos no Brasil, desconsiderando impactos na saúde, economia e meio ambiente.

Harvey (1996) faz a crítica da valorização da natureza enquanto bem comercializável, característico da apropriação capitalista do meio ambiente. Esse entendimento de que a natureza se tornaria simples mercadoria na acumulação capitalista baseada em sua dominação vem da separação entre o ser humano e o meio ambiente, e só pode gerar degradação – ambiental, laboral e humana. Para o autor, é importante a retomada da relação entre as pessoas e os territórios em que elas vivem para que se estabeleça uma relação mais saudável com os recursos naturais.

Paula et al (1998) apontam que o modelo de desenvolvimento capitalista baseado na globalização e na dinâmica de divisão internacional do trabalho que explora os países do sul global para criar mercadorias voltadas para os consumidores centrais – os países do norte – serve para aumentar ainda mais o abismo de desenvolvimento e consumo entre esses países.

O aumento da demanda por matéria prima estimula que as indústrias poluidoras produzam ainda mais nos territórios do sul global para sustentar o estilo de vida dos países que vivem sob o novo modelo de expansão capitalista. Nesse sentido, o “subdesenvolvimento” nada mais é do que uma necessidade social para a manutenção de privilégios. É preciso entender a preservação do meio ambiente a partir dessa chave política, em que explorados passam a pensar usos sustentáveis de seus territórios, sem se pautar pela lógica desenvolvimentista do capitalismo, mas também sem desconsiderar especificidades dos territórios, utilizando os recursos naturais de maneira responsiva.

Acsehrad (2001) coloca a necessidade de pensar o meio ambiente nas lutas democráticas. O autor afirma que é preciso enfrentar a capacidade restrita de influência da sociedade civil nas políticas ambientais, a redução da capacidade institucional do Estado de fazer política ambiental e a delegação das funções ambientais para ONGs a partir dos Conselhos e seu consequente enfraquecimento político.

Além desses aspectos, a falta de representações legítimas com as bases e a falta de lutas contra-hegemônicas para ir além de visões redutoras do meio ambiente como “conservação do verde” marcam as disputas ambientais. O objetivo seria construir um meio ambiente politizado, que se pensasse enquanto base material e simbólica das condições de vida e trabalho das populações. Segundo o autor, a solução para esta questão se dá no combate direto aos avanços capitalistas que representam retrocessos, como hidrelétricas, aumento de fronteiras agrícolas, entre outros.

No berço das contradições da forma como o capital trata o meio ambiente, existem os riscos que as populações sofrem de perder seus territórios em prol de grandes construções que visam beneficiar empresas e não comunidades locais. Valêncio (2010) fala dos removíveis

através da violência, por grandes empreendimentos como sujeitos que perdem a sociabilidade natural e passam por deslocamentos que forçam relações culturais e sociais, e se encontram sem suas redes de proteção. Há ainda a dificuldade de indenização e reconhecimento do dano em muitos casos. Marandola Junior e Hogan (2009) falam sobre a espacialização do risco. Esse sentido de afetação impacta principalmente os países do sul global e as populações marginalizadas. A afetação é política, tem características de raça, classe e gênero, e deve ser entendida para além dos fenômenos naturais, já que existem lugares e sujeitos mais vulneráveis que outros.

O monocultivo e o uso de agrotóxicos afetam diretamente a saúde coletiva, tornando a questão agrária brasileira um problema para toda a população. Porto (2018) argumenta que o agronegócio não alimenta a população, e por isso a agricultura familiar é fundamental para o abastecimento interno do país. Para o autor, combater a Lei dos Agrotóxicos (PL nº 6.299/2002) ou o “Pacote do Veneno”, conforme descreve o dossiê de 2018 do Congresso Nacional pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) e da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), é uma questão de sobrevivência e soberania alimentar:

As monoculturas são insustentáveis sob vários aspectos: além dos problemas de contaminação humana e ambiental pelos agrotóxicos, que geram desmatamento, queimadas e perda de biodiversidade, as monoculturas tendem a concentrar renda; reduzem empregos – principalmente se comparado com os empregos gerados na agricultura familiar –; intensificam as desigualdades sociais e contribuem para o êxodo rural e os problemas de saneamento urbano; e afetam a segurança alimentar por reduzir a qualidade e quantidade da produção agrícola familiar voltada à produção de alimentos. (PORTO, 2007, p. 18)

A partir de um breve entendimento da questão agrária brasileira atrelada às questões socio-culturais e ambientais, parto dos elementos aqui descritos para pensar o MST e o governo Bolsonaro como atores sociais que se afetam na disputa de sentidos para a saúde. Como parte da dinâmica de politização e despolitização em que a saúde da população brasileira está no centro, a questão agrária é fundamental para que se compreendam as estratégias (des)politizantes destes atores sociais. Como ponto de partida, descrevo a trajetória do MST e do governo Bolsonaro a partir das interseções com a saúde.

1.2 – O MST e as faces da luta pela terra

Entre os movimentos sociais do campo de maior destaque, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)¹⁵ é o maior produtor de arroz orgânico da América

15

"Nossa Produção - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST". Disponível em: <http://www.mst.org.br/nossa-producao/>. Acesso em 12/09/2020.

Latina e possui 100 cooperativas, 96 agroindústrias, 1,9 mil associações de produtores, e 350 mil famílias assentadas e um número imensurável de famílias acampadas. Conforme explicitado acima, temas como saúde, educação e lutas sociais e de minorias políticas estão entre as principais controvérsias do atual Governo Federal do Brasil. Sendo assim, o MST se converte em alvo de Bolsonaro, tanto por sua relação com a terra e a produção de alimentos saudáveis e sua estratégia agroecológica de produção, que afeta diretamente o capital financeiro no campo¹⁶, quanto por seu projeto ideológico, que dentre outras pautas, se coloca contra a propriedade privada da terra, e planeja alimentar a população de maneira saudável a preços populares.

Desde sua fundação, o MST tem três principais objetivos: lutar por terra, reforma agrária e por transformações sociais. Contudo, apenas ocupar terras improdutivas era insuficiente para alcançar esses objetivos, que se ampliam para a reflexão sobre como as famílias do campo deveriam viver em suas terras e em qual produção o MST se ancoraria. É preciso entender o MST dentro de um contexto político e social. Oficialmente fundado em janeiro de 1984, em Cascavel, no Paraná, durante o 1º Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, com 80 representantes de 13 Estados, o MST é a consequência de várias ocupações de terra no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul na primeira metade da década de 1980. Segundo Comparato (2001), a consolidação do Movimento tem bastante relação com o período pós-Ditadura:

Naturalmente, o MST não é o primeiro movimento de luta pela terra. Na história do Brasil há vários relatos de revoltas camponesas. Todos os movimentos anteriores, contudo, permaneceram limitados à região em que surgiram. A ação das Ligas Camponesas, nos anos 60 concentrou-se no Estado de Pernambuco e adjacências. O mesmo aconteceu com Canudos, no final do século XIX, e com o Contestado, no começo do século XX, que ficaram restritos ao nordeste da Bahia e ao oeste catarinense. (COMPARATO, 2001, p.106)

Antes da constituição do MST enquanto um movimento social organizado, as contradições do modelo agrícola brasileiro forçaram ações diretas de enfrentamento no campo. Em 1979, agricultores ocuparam as granjas Macali e Brilhante, no Rio Grande do Sul, e em 1981 surge na Encruzilhada Natalino um novo acampamento¹⁷, que se tornou símbolo da luta pela terra e enfrentamento à ditadura. Em 29 de outubro de 1985, constituiu-se a primeira ocupação do MST, na Fazenda Annoni, e em 1993, o local se tornou assentamento.

16 “Agroecologia como instrumento da luta de classe – estratégias para segurança e soberania alimentar”. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2019/03/27/agroecologia-como-instrumento-da-luta-de-classe.html> Acesso em 12/09/2020.

17 Disponível em: <https://mst.org.br/2014/06/18/a-luta-do-acampamento-encruzilhada-natalino/>. Acesso em: 11/10/2020



FIGURA 2: Ocupação da Fazenda Annoni, em 1985. Crédito: Arquivo MST.

Segundo De Almeida e Sánchez (1998), o período ditatorial brasileiro serviu para que os movimentos camponeses se adaptassem, adquirindo novas formas de luta a partir da ação direta, em que um grande número de famílias ocupa terras de maneira organizada. Em síntese, os autores apontam o MST como a expressão de três processos:

Um deles foi a modernização capitalista de fortes traços conservadores que dominou a agricultura brasileira nas décadas de 60 e 70 e aguçou os conflitos agrários, principalmente nos estados de São Paulo e no Sul do país, onde surgiu o embrião do movimento. Em segundo lugar, merece destaque a ação pastoral dos cristãos ligados à Teologia da Libertação e sua convergência, na conjuntura brasileira, com o ideário de setores da esquerda marxista. A origem do MST está estreitamente vinculada à emergência do “novo sindicalismo”, dos movimentos sociais urbanos das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), bem como do próprio PT no final da década de 70. O terceiro processo remonta ao conjunto de experiências organizativas acumuladas pelos trabalhadores rurais nas décadas que precederam o golpe de 64 e que não foram, ou foram incorporadas (total ou parcialmente) pela organização sindical que emergiu depois. Embora tenham sido derrotadas pela ditadura militar, as experiências das Ligas Camponesas, da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultabss) são referências frequentemente destacadas pelos próprios dirigentes do MST. (DE ALMEIDA E SÁNCHEZ, 1998, p.80)

O MST conquista a inclusão dos artigos 184 e 186 na Constituição Brasileira de 1988, que se referem à questão agrária e à função social da terra e da propriedade rural, considerando o aproveitamento racional e adequado do espaço, a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais, as relações de trabalho dignas, e o bem-estar. Apesar da repressão do Governo

Collor, a reforma agrária se populariza, mas somente em 1993, com a aprovação da Lei Agrária (Lei 8.629) é que foi possível regulamentar as desapropriações de terra para fins de reforma agrária. No mesmo ano, é criada a Via Campesina, articulação internacional dos movimentos sociais do campo.

Para Rebecca Abers, Lizandra Serafim e Luciana Tatagiba (2014), a eleição de Lula e o período político de alta participação da sociedade nas práticas e rotinas governamentais, bem como a abertura à escuta, foram fundamentais para consolidação de políticas públicas para a reforma agrária, ainda que as ações diretas do MST, iniciadas antes de 2003, período em que Lula assume o poder, tenham permanecido nesse período. A visibilidade do MST nos anos 1990 era significativa, e o momento favorável dos governos de esquerda na América Latina foram responsáveis por pressionar a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, em resposta ao Massacre de Eldorado dos Carajás¹⁸, ocorrido no dia 17 de abril de 1996 no Pará. Um ano após o Massacre, em fevereiro de 1997, 1.300 Sem Terra realizam a Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária.

Sobre as políticas públicas que o MST teve participação, destaca-se a criação do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), ainda que os próprios movimentos sociais tenham sido responsáveis pela maioria dos aspectos técnicos, e os governos petistas tentassem constantemente flertar com movimentos sociais e com os setores da burguesia agrária e do agronegócio, conciliando interesses (ABERS, SERAFIM, TATAGIBA, 2014).

Atualmente, o MST se engaja em ações políticas para além da reforma agrária. São elas: a educação e o acesso à cultura; o combate à violência de gênero; a democratização da comunicação; a saúde pública e a defesa do SUS; o desenvolvimento da economia de forma mais justa e solidária; a diversidade étnica e cultural; o sistema político a partir da democracia popular participativa; e a soberania nacional e popular. Além disso, o MST também organiza congressos e marchas nacionais¹⁹, e se articula nacionalmente e internacionalmente, fazendo parte de Fóruns e campanhas permanentes ou conjunturais e se organizando a partir da Via Campesina, articulação que agrega os movimentos sociais do campo dos cinco continentes.

Ao longo de sua história, o MST se deu conta de que apenas organizar as famílias para combater inicialmente o latifúndio, e depois o agronegócio e o capitalismo no campo também

18 Nesta data, 19 trabalhadores sem terra foram assassinados pela Polícia Militar do Pará. Em homenagem aos mortos, o MST realiza o Abril Vermelho todos os anos. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/588453-17-de-abril-as-marcas-de-um-massacre> . Acesso em: 11/10/2020

19 História do MST. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/>. Acesso em: 30/09/2020

não bastava. Sendo assim, o Movimento começa a pensar a Reforma Agrária Popular, que passa pela construção de forças vivas e territórios de resistência em áreas de acampamento desde o começo da ocupação, projetando escola, áreas de lazer e de plantio, cultura, saúde e vida nos espaços de disputa política antes da regulamentação das fazendas enquanto área de assentamento da reforma agrária. Essa nova proposta de reforma agrária está alinhada também com a ausência de políticas públicas de reforma agrária e o desmantelamento do INCRA, e com o público urbano que retorna ao campo, após viver as contradições nas periferias das cidades.

O MST tem hoje consolidados 9 setores, são eles: frente de massas, comunicação, cultura, gênero, produção, saúde, educação, formação e finanças. Além destes setores, existem também o coletivo de juventude e o coletivo de relações internacionais. Todos os setores e coletivos traçam estratégias políticas que seguem os objetivos centrais e comuns do MST, e atuam de maneira coletiva e integrada a partir de um projeto de reforma agrária popular para o país²⁰, servindo apenas como uma forma de estruturar a divisão do trabalho.

1.3 – O Setor de Saúde e a questão de gênero no MST

Conforme descrito anteriormente, a desigualdade social engloba também questões de saúde. O problema da não divisão de terras é um dos fatores que geram mais desigualdades no Brasil e na América Latina. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) utiliza-se de dados da Oxfam, do relatório “Terra, Poder e Desigualdade na América Latina” de 2016 para afirmar que a América Latina e o Caribe, juntos, são as regiões com maior desigualdade na distribuição de terras no mundo. Segundo o relatório²¹, 1% das unidades produtivas da América Latina concentram mais da metade das terras agrícolas. Apontado, junto a Argentina e Paraguai, como recordista no desmatamento para o monocultivo de soja, cana-de-açúcar e óleo de palma, o Brasil se compara à Colômbia, onde 82% das terras produtivas do país está nas mãos de 10% dos proprietários, e com a Guatemala, em que 2% dos produtores comerciais usam 57% da terra, e 92% dos produtores da agricultura familiar utilizam 22% das terras.

O relatório indica ainda que menos de 1% dos proprietários agrícolas detém 45% das áreas rurais brasileiras. O acúmulo também está no campo financeiro, já que as fazendas com

20 Programa Agrário do MST. Disponível em: <https://pt.calameo.com/read/005970346870512c7d3d0> . Acesso em: 30/09/2020

21 Relatório Executivo disponível em: https://oxfam.org.br/publicacao/desterrados-tierra-poder-y-desigualdad-en-america-latina/?_ga=2.166201469.2108635623.1575292447-930711286.1575292447 . Acesso em: 01/09/2020

mais de mil hectares concentram 45% dos créditos agrícolas, ainda que os pequenos produtores sejam responsáveis por 70% da produção de alimentos no país. Schwarcz (2019) aponta no conflito agrário a chave para uma das lutas centrais do MST, a concentração fundiária. Segundo a autora, essas desigualdades sociais – cujos indicadores seriam saúde, educação e saneamento básico – impactam profundamente no funcionamento da democracia brasileira e são caminhos para entender a herança do autoritarismo:

Desigualdade não é uma contingência ou um acidente qualquer. Tampouco é uma decorrência “natural” e “imutável” de um processo que não nos diz respeito. Ao contrário, ela é consequência de nossas escolhas — sociais, educacionais, políticas, culturais e institucionais —, que têm resultado numa clara e recorrente concentração dos benefícios públicos para uma camada diminuta da população. (SCHWARCZ, 2019, n.p.)

Cândice Lisbôa Alves (2013) relaciona diretamente o direito à saúde ao direito à vida, e afirma que a saúde deve ser entendida como um direito humano por suas características de inalienabilidade, imutabilidade e perenidade, além da pretensão de ser universal e absoluta. A autora faz um histórico sobre os direitos humanos, que obtiveram status internacional e substituem a ideia de direitos naturais, com forte caráter moral até a segunda metade do século XVII. Alves (2013) ressalta que nenhum direito pode ser considerado perpétuo ou absoluto, pois as necessidades se modificam com o tempo, e a cada período histórico será necessária uma justificação para garantir determinado direito, ou para relativizar os mesmos na construção das leis e normas:

É importante assentar que os direitos fundamentais – e consequentemente todo e qualquer direito – são a representação da ideologia dominante em dado momento histórico, e que essa não necessariamente representa a ordem real das necessidades humanas, mas, em muitos casos, representa as demandas daqueles que detém o poder político. (ALVES, 2013, p. 31)

O MST discute o conceito de saúde coletiva para politizar a negação do acesso à saúde e para construir um fazer próprio, que supre uma demanda que deveria ser contemplada nas políticas públicas. O setor de saúde surge a partir da necessidade do Movimento em construir uma saúde não comercial e pautada em valores democráticos desde as primeiras ocupações de 1984, já que as pessoas que moravam nos acampamentos não tinham acesso aos sistemas de saúde governamentais de maneira justa. Somente em 1998 o setor é oficializado, e segue em processo de construção teórica e enraizamento de suas práticas para a valorização destes saberes, que fazem relação direta entre democracia, acessos e saúde. Até os dias atuais, o setor só teve

um grande encontro nacional e massivo, em junho de 2018²², data da comemoração de seus 20 anos.

Para o MST, saúde está relacionada a condições de vida, trabalho e alimentação adequadas, e implica na luta pela garantia de políticas públicas, mas também em ações concretas de promoção de saúde a partir das bases e dos saberes tradicionais. A partir da valorização e politização desses conhecimentos e práticas, é possível fortalecer politicamente o setor de saúde do MST, pensando a saúde coletiva dentro de organizações da sociedade civil e movimentos sociais como central para a disputa de modelo de cuidado, produção, sociedade e vida. Segundo o site do MST, essas condições dignas de vida se devem ao conceito ampliado de direito e reforma agrária, que também traz benefícios aos municípios:

O impacto da criação de um assentamento marca a vida de um município, tanto do ponto de vista social como econômico. Em primeiro lugar, a terra ganha uma função social. Em segundo lugar, um conjunto de famílias ganha instrumentos para a sua sobrevivência. Depois de um período, constroem a casa, conquistam a escola e começam a produzir. A produção garante o abastecimento de alimentos aos moradores das pequenas cidades e gera renda às famílias assentadas. (Nossa produção, site do MST)

Além da luta pela terra, o MST também defende a saúde pública, bem como a cultura, o combate à violência de gênero, a democratização da comunicação, um novo modelo de desenvolvimento, a diversidade étnica, mudanças no sistema político e soberania nacional e popular. Esses temas serviriam para construir o que o Movimento tem chamado de a reforma agrária popular, que é a possibilidade de vida digna no campo para além das políticas públicas de reforma agrária, garantindo que as famílias possam acessar seus direitos desde o início das ocupações de terra, e não apenas com a conquista e titulação via INCRA. Segundo o site do Movimento²³, o setor de saúde está, primeiro, comprometido com a reivindicação de um direito já estabelecido, porém não praticado, e segundo, atrelado à luta para que questões ligadas a soberania alimentar – que passa por como e o que se planta e se come – sejam consideradas e proporcionem a construção de uma vida digna:

Uma das preocupações do Movimento é garantir que o Estado cumpra com seu dever em possibilitar o acesso à saúde básica. Trata-se de um direito de todo povo brasileiro, apesar de ser negado à maioria da população, especialmente no campo. Por isso, o Setor de Saúde tem o papel de pressionar o Estado para este cumpra com sua função nas áreas de assentamentos e acampamentos, e que implemente políticas públicas de soberania,

22

MST realiza Encontro Nacional do Setor de Saúde. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2018/06/22/medicos-populares-e-militantes-reunem-se-no-1-encontro-nacional-do-setor-de-saude-do-mst.html>. Acesso em: 02/09/2020.

23

Quem somos. Disponível em: <https://mst.org.br/quem-somos/> . Acesso em: 01/10/2020

segurança alimentar, de condições de vida dignas, como medidas preventivas às doenças. (Quem Somos, site do MST)

Mesmo depois de assentadas, as famílias do MST permanecem organizadas, pois a conquista da terra vai além da Reforma Agrária, mas envolve uma série de direitos. Para compreender como essa construção da reforma agrária se dá no Setor de Saúde do MST e é modificada conforme o contexto de lutas sociais vividas no Brasil, faço um resgate histórico dos Cadernos de Saúde 1, 2, 4 e 5, dos Boletins do Setor Nacional de Saúde de 2007 e de 2020 e da Cartilha sobre o Setor em Minas Gerais e as questões de gênero e agroecologia, a partir dos materiais que foram disponibilizados pelo Setor de Saúde para a pesquisa:

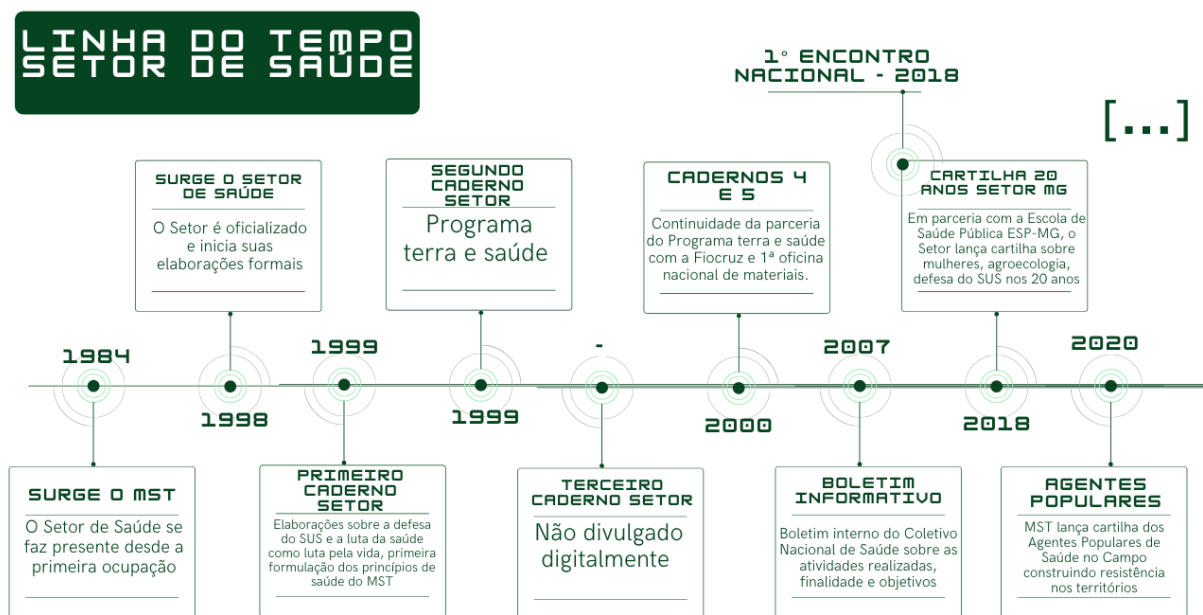


FIGURA 3: Linha do Tempo Setor de Saúde. Fonte: A autora, 2021.

Segundo o Boletim do Coletivo Nacional de Saúde (2007), “saúde é condição de vida para toda sociedade, por isso sua discussão é um elemento que organiza, mobiliza e articula o MST”. Com a bandeira central da saúde popular, o setor de saúde discute a educação popular em saúde, o papel dos cuidadores e cuidadoras, e a alimentação saudável para pensar suas práticas de cuidado. Além disso, o setor traz a discussão de que alimentar-se também é um ato político e de saúde, e que a produção orgânica e agroecológica faz parte desse projeto. Priorizando a luta pela saúde no campo em seu conceito ampliado, o setor aponta como finalidades:

Lutar pela saúde como direito humano, contribuindo na construção de um projeto popular de saúde da classe trabalhadora; Construir a saúde na perspectiva da integralidade e equidade, refletindo sobre as causas das doenças individuais e coletivas, estimuladas pelo projeto capitalista e imperialista no Brasil e no mundo; Contribuir na consolidação do Sistema Único de Saúde, com controle público, gestão participativa,

serviços com qualidade, garantindo o protagonismo da classe trabalhadora dentro de um projeto popular para o Brasil; Resignificar saúde para além da prestação de serviços e assistência às doenças, construindo a saúde numa dimensão ética, política, social, econômica e cultural. (Boletim Col. Nac. de Saúde, 2007)

Desde o Caderno de Saúde Nº 1 (1999), o MST afirma que “Lutar por saúde é lutar pela vida”, e que saúde é justiça, solidariedade, dignidade, produção de alimentos saudáveis e vida digna no campo. Nesse caderno, há um resgate da criação do SUS na 8ª Conferência Nacional de Saúde de 1986, em que o MST participou diretamente. Nesse período, o objetivo do Caderno era informar sobre como acessar o SUS e defender seus princípios de universalidade, equidade e integralidade, e os princípios do Setor estavam em debate, mas giravam em torno da valorização da vida, acesso ao conhecimento e à informação, saúde como dever do Estado, defesa do SUS, prioridade à prevenção em saúde, respeito às diferenças culturais, fortalecimento de práticas não convencionais em saúde e a saúde como uma questão de luta popular, afinal “com um povo doente e enfraquecido jamais chegaremos à verdadeira reforma agrária” (Idem, p.14).

A segunda publicação do Setor Nacional de Saúde do MST é a Cartilha do Programa Terra e Saúde (1999). No material, é visível o início do reconhecimento das tarefas do MST para além da combatividade e das ocupações de terra, mas pela construção de medidas simples para solucionar problemas essenciais na vida das pessoas, mobilizando-as assim contra o neoliberalismo. Há também o início da mudança da perspectiva da saúde no MST, que no lugar de apostar apenas no SUS, cria uma nova forma de pensar a saúde, popular e feita pelo povo, baseada em como o Estado brasileiro não aplica dinheiro na saúde conforme previsto na implementação do SUS. Com o objetivo de educar para a saúde a fim de evitar doenças e construir defesas, a Cartilha retoma questões de gênero ao falar do planejamento familiar, da vida social do assentamento, mas fala de um todo da reforma agrária, e não deixa de pautar a importância de construir e lutar pelo SUS.

Nesse período, o MST se aproximava da Fiocruz, e o Caderno de Saúde de Nº4 (2000) também falava do Programa Terra e Saúde, com o objetivo de servir de material didático para o cultivo de plantas medicinais. O Caderno de Saúde Nº 5 (2000) é fruto da 1ª Oficina de Produção de Materiais Educativos do Setor de Saúde do MST, ocorrida no mesmo ano, e tem como objetivo construir o conceito de saúde do MST. Temas como saneamento básico, higiene, consumo de água contaminada, falta de atendimento médico e uso de agrotóxicos eram abordados como parte das questões de falta de saúde cotidianas da população, geradas a partir

da desigualdade. Uma das primeiras formulações do setor definia saúde como parte da construção da vida social em uma sociedade justa e saudável:

Uma sociedade com saúde é onde os homens e mulheres vivem com liberdade para participar e ter seus direitos respeitados. Onde a renda e a riqueza sejam distribuídas com igualdade. Com terra, trabalho, moradia, alimentação, educação, lazer, saneamento básico, transporte, saúde pública, cultura, meios de comunicação, energia elétrica - onde haja justiça, igualdade, participação e organização. (Idem, 2000, p.12)

A ideia de que saúde tem a ver com suprir necessidades e carências da vida humana, como viver, morar, comer e trabalhar, também traz aspectos da luta social e das contradições da indústria farmacêutica e da mercantilização da vida e do cuidado. Após um longo período sem publicações, o Setor de Saúde traz a Cartilha “Mulheres, agroecologia e as lutas por saúde” (2018), em que as relações entre o setor e a questão de gênero se tornam mais nítidas:

O setor é a porta de acolhimento para as mulheres, trabalhadoras Sem Terra que assumem o protagonismo das lutas pelo direito à saúde e a um ambiente saudável para os povos do campo e pelo Sistema Único de Saúde (SUS) (Idem, 2018, p.9)

O Setor de Saúde segue pautando a defesa do SUS e o combate aos agrotóxicos e ao agronegócio como fundamentais para pensar a vida digna. Entendendo que “a saúde não é um campo neutro, mas de disputas políticas” (Idem, p. 16), o Setor traz as práticas populares de cuidado e fortalecimento da saúde como direito à vida para o centro da sua estratégia política, pois o Setor de Saúde percebeu a partir de suas práticas que “o cuidado é apenas uma das dimensões da saúde e que a saúde está vinculada às questões que dizem respeito ao modo de produzir a vida, ou seja, é determinada pelas condições socioeconômicas, políticas e culturais da sociedade (Idem, p. 16)”

Na Cartilha, os 20 anos do Setor de Saúde de MG e os 30 anos do SUS são destaque, e o Setor propõe pensar a saúde para além da doença, entendendo-a como o conjunto de elementos essenciais à vida, que passam inclusive pela sensibilidade e subjetividade de cuidar do outro. A publicação fala sobre o papel das mulheres do Setor de Saúde do MST no início dos acampamentos para organizar a vida, e aponta o Setor como responsável pela inserção orgânica das mulheres na militância e na vida política do Movimento:

Nos assentamentos e acampamentos da reforma agrária do MST é comum que as mulheres se insiram, inicialmente, nos espaços mais voltados para a dimensão do zelo e cuidado, como o Setor de Saúde e Educação. Observamos, nas áreas de Minas Gerais, que as mulheres iniciam sua vida política por meio do Setor de Saúde por verem nesse setor a possibilidade de cuidar do outro. (...) Participar do setor fortalece, ensina e prepara a mulher para atuar em qualquer setor do Movimento (Idem, p. 25)

A dimensão política e mística das bruxas, referência direta às mulheres curandeiras da Idade Média, que morreram queimadas em fogueiras sob acusação de bruxaria, aparece ao falar

sobre o conhecimento das plantas medicinais e de um saber do universo por parte das mulheres, que relacionam saúde, natureza e corpo. Nessa relação entre o feminino e a saúde, surge a perspectiva da agroecologia como o resgate do saber agrícola da mulher:

Sob um ponto de vista sociocultural, a Agroecologia vem resgatar o espaço que a mulher possui na produção agrícola. Para além disso, vem resgatar o ‘Sagrado Feminino’ daquela que é provedora da vida: a sua relação com a natureza, com os saberes de seus ancestrais, o seu cuidado com o próximo, sua sensibilidade, sua consciência sobre si mesma. (Idem, p. 47)

Enquanto prática, a agroecologia valoriza os conhecimentos tradicionais, promove diversidade de espécies e sementes, produz alimento saudável, protege a natureza, combate os agrotóxicos, promove a fertilidade natural da terra, protegendo água, rios e florestas, preocupa-se com o ambiente e a saúde do trabalhador no campo e de quem consome os alimentos, e aponta para a soberania alimentar dos povos. A Cartilha (2018) aponta que o Brasil é um dos maiores consumidores mundiais de agrotóxicos, e há uma dificuldade em identificar os casos de intoxicação de trabalhadores. A agroecologia, como oposição a esse modelo, não tem alcance midiático por não ter o mesmo apelo econômico e empresarial, e lutar por uma produção agroecológica é lutar pela natureza, pela vida e pela saúde. O modelo do agronegócio é entendido pelo Setor de Saúde do MST como o oposto:

O Agronegócio tem uma expressiva participação na economia do país mas, em contrapartida, ele é o principal causador da destruição e envenenamento da natureza, com uma atividade econômica altamente dependente do capital estrangeiro e uma política de industrialização do campo, que ocorre por meio da alta mecanização da produção e artificialização da natureza. Sua proposta é acabar com a fome, mas no Brasil, quem produz 70% dos alimentos que chegam à mesa do povo é a agricultura familiar. Além disso, agronegócio é um modelo fortemente hierarquizado e masculino (Idem, p. 33)

O setor de saúde de Minas Gerais é liderado por mulheres, e em todos os estados as mulheres cumprem forte papel de formação política e avanço do debate organizativo interno, protagonizando a luta principalmente nas discussões relacionadas ao conceito de saúde coletiva, que são a alimentação saudável, a agroecologia, o cuidado, a medicina alternativa, entre outros. Conforme já descrito, a presença de mulheres é massiva no setor de saúde, e as autorreferenciadas ‘Bruxas Sem Terra’²⁴ participam da vida política da organização desde o início do MST.

No paralelo entre política e democracia, a questão de gênero aparece atrelada à saúde para entender as questões de cuidado como um problema da sociedade capitalista

24

Para aprofundar a discussão sobre as mulheres do setor de saúde do MST e a metáfora da bruxa curandeira ancestral, ver Ludmila Bandeira Pedro de Farias (2016).

contemporânea. Biroli (2018) pontua que essas relações tem extremo potencial político pois se tornam questões coletivas a serem resolvidas, e que esse papel do cuidado, comumente relegado à mulher e à esfera doméstica, precisa ser repensado a partir da política. Essas discussões, que ampliam os entendimentos da interseção entre gênero e saúde, ajudam a pensar a politização no setor de saúde, já que a questão do cuidado é central nas discussões políticas e estratégicas através da atuação do setor.

O surgimento do MST após o fim da Ditadura Militar e os caminhos possíveis para que o campo brasileiro tivesse ascensão econômica foram uma oportunidade para que as mulheres sem terra se organizassem (SCHWENDLER, 2014). A contradição da consolidação da democracia e da Constituição de 1988 no mesmo período da conformação do agronegócio²⁵ também são fatores a serem considerados na relação entre gênero, saúde, desigualdade social e agronegócio. Além de pensarem a produção agrícola e a organização comunitária, as mulheres vem de um contexto de negação de direitos que tem bastante interferência em sua participação no Movimento:

Três elementos foram chaves no apoio do MST à participação política das mulheres na luta pela terra. O primeiro foi o envolvimento das mulheres em diferentes níveis de organização interna do movimento, seguido pela formação de um Coletivo Nacional de Mulheres dentro do MST. O terceiro elemento foi o compromisso com a paridade de gênero assumido pelo MST, que resultou na adoção da norma de que cada núcleo de base deveria ser coordenado por um homem e uma mulher. (Schwendler, 2014, p.56)

A mudança política e estratégica do MST, que a partir dos anos 2000 repensa sua forma de luta e passa a tomar o agronegócio – e o modelo de modernização do campo – como inimigo central, é forjada pelas mulheres. Através da ação ‘Rompendo o Silêncio’²⁶, ação de ocupação da Aracruz Celulose realizada em 2006, as mulheres perceberam que o inimigo era muito maior do que o latifúndio: era preciso repensar a forma de trabalho no campo, a exploração dos trabalhadores, das mulheres e da terra, o uso de agrotóxicos e a monocultura. Qualidade de vida, saúde, bem-estar, alimentação, dignidade e cuidado atravessam, então, a luta política das mulheres do MST:

A politização das questões agrárias e de gênero, juntamente com a compreensão das estratégias da luta de classe e a prática da liderança, tem sido fundamental no desencadeamento dos protestos e das ocupações de terras, lideradas por mulheres camponesas. (Schwendler, 2014, p.58)

25 Para entender a relação entre o gênero, as lutas do Dia Internacional da Mulher, a ‘revolução verde’ e o agronegócio no campo brasileiro, ver Sônia Schwendler (2014). Para entender o papel da mulher no MST, ver Kelli Mafort (2013).

26 No primeiro semestre de 2006, mulheres ligadas ao MST e à Via Campesina, movimento camponês mundial, ocuparam a fazenda da Aracruz Celulose no Rio Grande do Sul, destruíram suas plantações de eucalipto, laboratórios e milhares de mudas. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=VNpAm_SMxxg. Acesso em: 10/09/2020



FIGURA 4: Ação Rompendo o Silêncio. Créditos: captura de tela do vídeo do MST.

Construindo o feminismo camponês popular, conforme apontado pelo MST²⁷, e discutindo-o de maneira interseccional e localizada no território, já que fatores de raça e classe estão muito presentes na vivência do MST e das bruxas sem terra, as mulheres sem terra ousaram repensar o modelo de reforma agrária popular do Movimento conforme as suas práticas, e por isso são alvo estratégico da política de Bolsonaro. As relações entre a saúde, os direitos humanos e a ação “Rompendo o Silêncio” estão melhor descritas na tabela abaixo:

Setor de Saúde do MST	Constituição Brasileira e DUDH	Ação das mulheres sem terra “Rompendo o Silêncio”
Distribuição da terra; soberania alimentar; acesso à saúde básica; saúde como direito humano; saúde anti-capitalista; saúde pública (SUS); dimensão ética, política, social, econômica e cultural da Saúde.	Saúde enquanto direito universal e igualitário; dever do estado; serviço público; padrão mínimo de vida (saúde bem-estar, alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e serviços sociais); saúde como direito de todos e todas.	Ameaça do agronegócio; investimento do capital; dinheiro público; falta de investimento para produzir alimento; monocultura que não alimenta; deserto verde; degradação do meio ambiente; alto consumo de água; envenenamento da terra; insumo químico; transgênicos; destruição da vida; expulsão de camponeses, quilombolas e indígenas.

QUADRO 1: MST e o direito à saúde. Fonte: Elaboração da autora.

27

Feminismo Camponês e Popular. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/03/11/o-feminismo-campones-e-popular-a-identidade-da-mulher-rural-e-mundo-operario/>. Acesso em: 14/10/2020

1.4 – Compreendendo o Feminismo Camponês Popular

Para melhor elaborar sobre a concepção de feminismo do MST, que está relacionada com a saúde, conforme apresentado no item anterior, faz-se necessário compreender os atravessamentos que raça e classe têm no debate de gênero do Movimento e de maneira geral, e o que a mulher camponesa tem de especificidade em sua luta. Longe da pretensão de definir o feminismo ou como as mulheres do MST o compreendem, aponto aqui aspectos gerais que atravessam as práticas de gênero do Movimento a partir da expressão ‘feminismo camponês popular’, e da constituição do Setor de Gênero do MST.

A organização do Setor de Gênero pode ser didaticamente dividida em três fases ou períodos históricos, relacionados ao aspecto conjuntural das eleições presidenciais: o período dos governos do PT (quando acontece a ação ‘Rompendo o Silêncio’, que marca a primeira jornada de luta das mulheres, já citada no item anterior, e as jornadas se tornam recorrentes, com vídeos divulgados nos anos de 2006, 2011 e 2015); o período pré e pós golpe de Dilma Rousseff (em que foram divulgados vídeos nos anos de 2016, 2017 e 2018); e o período do primeiro ano de governo de Jair Bolsonaro (atividades de 2019 em diante):

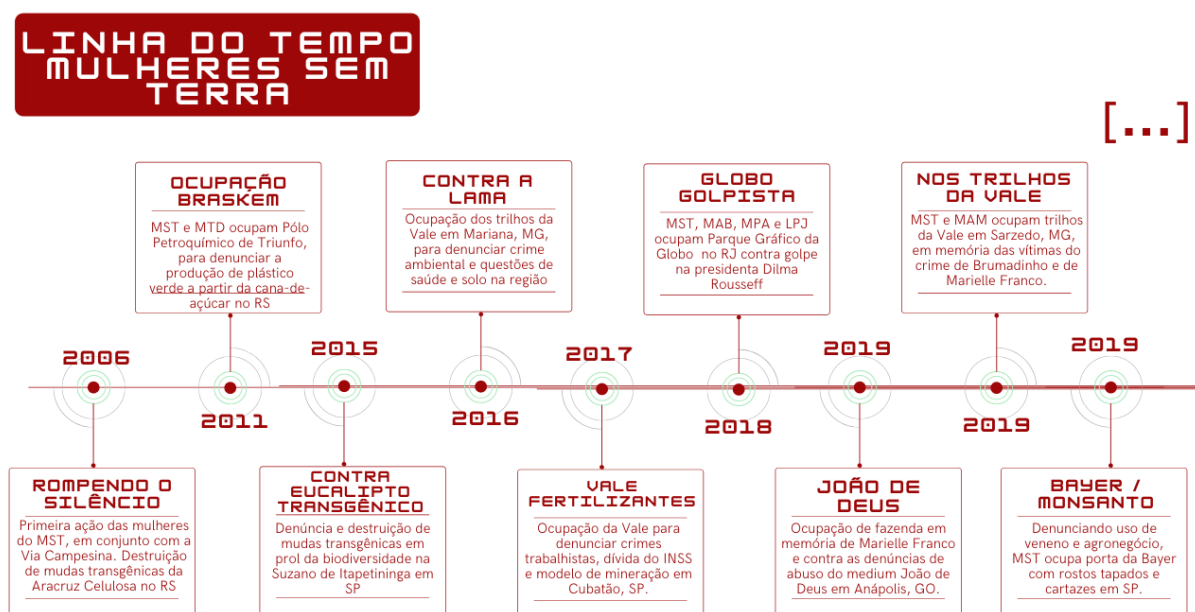


FIGURA 5: Linha do Tempo Mulheres Sem Terra. Fonte: A autora, 2021.

Conforme citado no item anterior, a ação ‘Rompendo o Silêncio’, de 2006, é um dos marcos da mudança de estratégia do MST. Fase 1, inicia-se a luta das mulheres do MST na forma de ação direta de enfrentamento ao agronegócio. Abers, Serafim e Tatagiba (2014)

descrevem esse período brasileiro após a eleição de Lula como muito importante para os movimentos sociais do campo, pois havia uma maior participação da sociedade e diferentes práticas e rotinas, a partir da escuta das reivindicações populares.

Nas três ações registradas em vídeo na primeira fase, é possível perceber que a reivindicação tem relação direta com a produção e a sobrevivência dos povos que vivem no campo, mas também com a saúde da população brasileira, interpelada por grandes empresas que produzem para o agronegócio mas não geram alimento saudável e nem renda para o território do qual exploram. Na segunda fase, as ações repercutem um dos maiores crimes ambientais de escala global: o crime da Vale em Mariana (MG) em 5 de novembro de 2015, que atingiu áreas de Assentamento e Acampamento do MST no Vale do Rio Doce (MG) e no Espírito Santo.

O rompimento da barragem redireciona a luta das mulheres do MST a denunciar a Vale de diversas maneiras, seja enquanto uma empresa assassina, que não se importou com o rompimento da barragem, seja enquanto uma empresa que sonega direitos trabalhistas. Neste período entre 2016 e 2018, o Brasil viveu o golpe de estado que depôs a presidenta Dilma Rousseff, a retirada de direitos iniciada pelo Governo de Michel Temer, a ascensão da direita nas ruas, o crescimento da popularidade de Jair Bolsonaro e a polarização da sociedade em um momento de acirramento político-eleitoral.

Pelbart (2017) reforça esse período como a configuração de uma guerra declarada contra o Brasil de maneira aberta e degenerada. Para o autor, “a guerra é econômica, política, jurídica, militar, midiática”. A terceira fase é atravessada pelo resultado das eleições de 2018, e pelo crime da Vale em Brumadinho (MG), ocorrido em 25 de janeiro de 2019. Há uma mudança também nas ações das mulheres do MST, que ao longo do tempo foram alinhando cada vez mais as pautas de luta para questões que vão além da pauta camponesa. Leite, Tubino e Sauer (2019) analisam o período de polarização como reflexo da articulação de diversos grupos para apoiar candidatos que estejam relacionados às suas políticas, em que vence a predominância da continuidade da agenda neoliberal de Temer.



FIGURA 6: Jornada de Luta das Mulheres Sem Terra, Sarzedo em 2019. Créditos: Agatha Azevedo.

Essa agenda neoliberal se relaciona com as políticas voltadas para o agronegócio combatidas no início das lutas das mulheres, mas são marcadas por uma não-tolerância dos movimentos sociais, em especial o MST, por parte do atual governo. As mulheres sem terra projetam suas ações comunicacionalmente a partir do entendimento coletivo das pautas ligadas à saúde, e das contradições do agronegócio, e criam sentidos sociais em disputa sobre o que é, de fato, uma ação violenta: as atividades das mulheres sem terra, a atuação do agronegócio no campo ou a repressão policial sofrida pelo MST?

A retrospectiva das ações das mulheres apresentada aqui denota que estas pensam a política a partir do cotidiano, do alimento diário, e é esse lugar que torna possível a aceitação das ações mais radicais e rebeldes da luta social, pelas camponesas e por parcelas da sociedade. Afinal, se a condição de consumir alimentos saudáveis não é uma realidade, a questão passa a estar para além do Movimento. A forma como as mulheres se organizaram no MST mostra que a política para elas é pensada a partir do lugar comum e da vida concreta. Partindo desse contexto histórico, apresento alguns marcos teóricos da questão de gênero importantes para um olhar sobre o ‘feminismo camponês popular’.

É preciso observar teoria e prática do ponto de vista da vida das mulheres para compreender como esse aspecto atravessa as vivências e percepções do cotidiano. Scott (1995) aponta o gênero como uma categoria útil para propor uma análise histórica que considera as diferenças sociais entre homens e mulheres, ainda que o termo gênero deva ser redefinido e

reestruturado em conjunção com uma visão de igualdade política e social que incluía não somente o sexo, mas também a classe e a raça. Nesse sentido, a autora propõe que se constitua um novo olhar sobre a história a partir da inclusão da experiência das mulheres.

Ao propor uma abordagem decolonial de gênero, Kempf e Wedig (2014) trazem as consequências da modernidade e suas instituições sobre o corpo e os modos de vida das mulheres para analisar a geração de renda como resistência para as camponesas. Considerando os dualismos que o colonialismo impõe em seu sistema patriarcal e eurocêntrico, as autoras apontam que é preciso considerar que as relações entre branco e não branco, ser humano e natureza, rico e pobre, homem e mulher são sobreposições de vulnerabilidades ao analisar grupos sociais. Para elas, um dos aspectos que transformam as condições materiais da invisibilidade dessas mulheres é a sua compreensão para além do trabalho no âmbito privado do lar:

Nessa construção de outras relações sociais no meio rural, as mulheres camponesas precisam de grande energia e coragem para não ceder às pressões que sobre elas pendem em termos familiares e mesmo comunitários. As cobranças que são feitas para as mulheres ocuparem “seu lugar” no espaço doméstico ou mesmo darem conta de uma dupla ou tripla jornada de trabalho nas comunidades rurais pode ser um dos motivos de abandono das outras mulheres que já integraram a agroindústria. (KEMPF E WEDIG, 2019, p.16)

Partindo da necessidade de diferenciação entre homens e mulheres na sociedade, Miguel e Biroli (2015) pensam a relação entre o feminismo e a política a partir da percepção da desnaturalização dos papéis de gênero sem a necessidade de afirmar uma igualdade de talentos e faculdades, pois esta se dá no campo do direito e da não submissão das mulheres. Os autores afirmam que ao longo da história e na construção teórica do feminismo, a mulher é sempre colocada em um campo de contenção por estar associada ao mundo da natureza, irracional, sendo relegada, portanto, à vida privada. Essa dicotomia público-privado foi construída como uma forma de controle das mulheres, em que o mundo privado é posto no lugar do não político, estático e não questionável. Ressignificar o lugar das mulheres na política é problematizar a concepção de que o mundo privado não é político:

O feminismo mostra, assim, que é impossível descolar a esfera política da vida social, a vida pública da vida privada, quando se tem como objetivo a construção de uma sociedade democrática. Faz sentido, assim, abandonar a visão de que esfera privada e esfera pública correspondem a ‘lugares’ e ‘tempos’ distintos na vida dos indivíduos, passando a discuti-las como um complexo diferenciado de relações, de práticas e de direitos – incluídos os direitos à publicidade e à privacidade – permanentemente imbricados, uma vez que os efeitos dos arranjos, das relações de poder e dos direitos garantidos em uma das esferas serão sentidos na outra. (...) A garantia de liberdade e autonomia para as mulheres depende da politização de aspectos relevantes da esfera

privada – podemos pensar, nesse sentido, que a restrição ao exercício de poder de alguns na esfera doméstica é necessária para garantir a liberdade e a autonomia de outras. (Miguel e Biroli, 2015, p.33-34)

No caso do Setor de Saúde do MST, o protagonismo das mulheres é peça-chave para compreender como o cuidado e as práticas de saúde coletiva se relacionam com a politização. E esse protagonismo também tem relação com a classe social e a raça das mulheres do coletivo. Ao teorizar sobre o feminismo e a questão racial, Berth (2019) aponta autovalorização, autoafirmação, autorreconhecimento e autoconhecimento como etapas para ‘dar poder’, ou ‘empoderar’. Articuladas, estas configuram o empoderamento como uma forma não de libertação em si, mas de ‘auto’ compreensão, que levaria à construção de entendimentos sobre política e poder:

Empoderar, dentro das premissas sugeridas, é, antes de tudo, pensar em caminhos de reconstrução das bases sociopolíticas, rompendo concomitantemente com o que está posto, entendendo ser esta a formação de todas as vertentes opressoras que temos visto ao longo da história. Esse entendimento é um dos escudos mais eficientes no combate à banalização e ao esvaziamento de toda a teoria construída e de sua aplicação como instrumento de transformação social. (BERTH, 2019, p. 23)

No caso das mulheres sem terra, as etapas descritas podem ser vistas através da participação das mesmas nas atividades do Setor de Saúde nos acampamentos e assentamentos, por esta participação garantir o direito a uma existência plena nos territórios e a consciência da necessidade de lutar por direitos sociais. A questão racial aparece de maneira transversal na valorização dos conhecimentos e das práticas ancestrais por parte dessas mulheres, e no empoderamento no viés do conhecer-se, reconhecer-se, afirmar-se e valorizar-se.

Há também o enraizamento do cuidado como uma tarefa das mulheres. Biroli (2018) traz o cuidado para a esfera política ao discutir o 'não-lugar' e as diferentes importâncias que o cuidado e outros temas tidos como 'femininos', do campo do afeto, do amor e da solidariedade tem na sociedade. Para a autora, é preciso compreender o cuidado como uma demanda coletiva e como um trabalho fundamental na sociedade, que deve ser proposto a partir de uma relação de co-dependência entre os sujeitos. No caso do MST, esse cuidado tem relação com a ancestralidade, a família e o aprendizado da vida camponesa com papéis de gênero bem definidos.

A relação entre as mulheres, a agricultura e o cuidado é histórica. Segundo Federici (2019), o conhecimento sobre as hortas medicinais remete à Idade Média. A autora aponta uma relação intrínseca entre a exploração da mulher e o avanço do capitalismo, tanto a partir do

trabalho doméstico não remunerado, quanto pela contenção dos saberes das mulheres de maneira geral. O capitalismo precisou, então, desconstruir a força das mulheres hereges, curandeiras, desobedientes, que não querem se casar ou ter filhos, que incitam rebeliões e que de alguma maneira questionam a ordem vigente com seus conhecimentos, opiniões e atitudes.

Federici (2019) afirma que a perseguição às bruxas nos séculos XVI e XVII foi tão importante para o capitalismo quanto a colonização e a expropriação do campesinato europeu de suas terras, por exemplo. Partindo do marxismo, a autora conecta a história das mulheres como uma história da luta de classes:

(...) na sociedade capitalista, o corpo é para as mulheres o que a fábrica é para os homens trabalhadores assalariados: o principal terreno de sua exploração e resistência, na mesma medida em que o corpo feminino foi apropriado pelo Estado e pelos homens, forçado a funcionar como um meio para a reprodução e a acumulação de trabalho (FEDERICI, 2019, p.34)

Os argumentos do período estavam ligados ao controle dos corpos das mulheres, tidas como depravadas, indomáveis e loucas. A caça às bruxas era, portanto, uma guerra contra as mulheres:

Do mesmo modo que os cercamentos expropriaram as terras comunais do campesinato, a caça às bruxas expropriou os corpos das mulheres, os quais foram assim 'liberados' de qualquer obstáculo que lhes impedisse de funcionar como máquinas para produzir mão de obra. A ameaça da fogueira ergueu barreiras mais formidáveis ao redor dos corpos das mulheres do que as cercas levantadas nas terras comunais (FEDERICI, 2019, p.330)

A partir da racionalização capitalista da sexualidade e da submissão da mulher e seus conhecimentos, especialmente em relação à saúde e a reprodução da vida, o capitalismo se desenvolveu e se globalizou, sendo presente inclusive durante o período de colonização das Américas até o século XVIII. A caça às bruxas é um fenômeno global, que ocorreu na Nigéria, na África do Sul, no Quênia, em Camarões, no Brasil, nos Estados Unidos e na Europa. Ao dialogarem sobre as ervas medicinais e os cuidados coletivos, as mulheres sem terra reabrem as fronteiras do conhecimento ancestral não formatado dentro da lógica capitalista mercadológica, e acabam por enfrentar séculos de patriarcado, colonização e submissão.

Temas como raça, classe, empoderamento, o lugar do trabalho e do cuidado e a esfera privada são alguns dos tantos pontos que constituem a concepção de feminismo praticada pelas mulheres sem terra, que traz a interpretação marxista e o acúmulo da prática social para conceituar o feminismo camponês popular. Através de um olhar de pesquisa sobre o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Táboas (2018) propõe uma definição para a expressão:

Feminismo Camponês Popular é o nome atribuído à construção de um projeto político essencialmente vinculado à realidade concreta e cotidiana das mulheres camponesas latino-americanas, uma prática política em constante construção que se apoia em um tripé – organização popular, formação política e luta de massas – e tem como horizonte a libertação das mulheres e do povo latino-americano, entendendo que esta é uma realização coletiva, não uma tarefa a ser cumprida individualmente. O Feminismo Camponês Popular reflete fundamentalmente as práticas diárias de resistência à dominação-exploração patriarcal-racista-capitalista protagonizadas por mulheres camponesas latino-americanas; é uma tarefa cotidiana, e como tal, tem seus princípios, táticas, estratégias e elaborações conhecidas pelas mulheres militantes (TABOAS, 2018, p.124)

Compreendendo o trabalho de base e a relação de militância como estruturantes para o feminismo camponês popular, a autora afirma que as mulheres dos movimentos sociais do campo constroem política a partir da contradição do papel relegado à elas em suas organizações. Como no caso das militantes do MMC, é possível afirmar que para as mulheres sem terra não há a negação do lugar da família, mas a ressignificação das tarefas do lar e a reivindicação de trocas solidárias e de inserção na política, no trabalho e na vida social. Esta só é obtida através da auto-organização, que tem como ferramentas o Setor de Gênero e o Setor de Saúde.

1.5 – Jair Bolsonaro e as controvérsias de sua construção política

Capitão reformado do Exército brasileiro e atual Presidente do país, Jair Messias Bolsonaro foi vereador do Rio de Janeiro em 1989, e foi eleito para o cargo de Deputado Federal pelo mesmo estado pela primeira vez em 1991, elegendo-se por sete mandatos. Três de seus cinco filhos ocupam cargos políticos. Carlos Bolsonaro (Republicanos) está no 5º mandato como vereador do município do Rio de Janeiro, Eduardo Bolsonaro (PSL) além de policial federal é deputado federal por São Paulo desde 2015 e Flávio Bolsonaro foi deputado estadual pelo Rio de Janeiro entre 2003 e 2018, quando se tornou senador. Mais conhecido pelas polêmicas que diz e causa do que por sua atuação política, em sua trajetória Bolsonaro apresentou 170 projetos como Deputado, mas somente 2 foram aprovados. Segundo Cioccarri e Persichetti (2019), desde o início, sua carreira política está baseada na aparição midiática:

Dono atualmente de um discurso de ordem e disciplina militar e críticas ferrenhas a movimentos sociais, o então capitão Jair Bolsonaro apareceu pela primeira vez no noticiário em 1987, nas páginas da revista Veja, após ser acusado de elaborar um plano para explodir bombas em quartéis como forma de protesto por baixos salários. Quando a reportagem foi publicada, Bolsonaro negou tudo ao então ministro do Exército, Leônidas Pires, a quem acusara de frouxidão e de tratar os militares como “vagabundos”. (Idem, p.142)

Contudo, é importante ressaltar que Bolsonaro é a representação de um conjunto de ideias e valores de extrema direita que vem sendo formatadas há algum tempo. Segundo Di Carlo e Kamradt (2018), os valores do conservadorismo compartilhados pela nova direita ganharam a alcunha de politicamente incorreto, um termo crescente no Brasil a partir de 2009. O conceito ressignifica questões políticas como o genocídio do povo indígena, que dentro dessa lógica passa a ser relativizado, e essa “inversão retórica” de responsabilização das vítimas, dos colonizados e dos oprimidos não é exclusividade do Brasil. Nos EUA, grupos conservadores usam a primeira emenda da constituição estadunidense, que trata da liberdade de expressão, em defesa de retóricas misóginas, violentas e racistas.

O discurso de desrespeito a minorias e o revisionismo histórico, moral e social são marcas do governo Bolsonaro, cujos eleitores pertencem à classe média com acesso à educação e tem entre 16 e 34 anos (SOLANO, 2018). O senso comum no trato das minorias e o revisionismo chegam a níveis extremos, como relativizar o período escravocrata brasileiro²⁸ e a defesa da Ditadura Militar brasileira, o que assume contornos ainda mais perigosos em um país cuja memória histórica é falha e desvalorizada²⁹.

Di Carlo e Kamradt (2018) trazem dados da pesquisa DataFolha de 2008, em que 8 em cada 10 brasileiros nunca ouviram falar do Ato Institucional N° 5 (AI-5), que legitimou ainda mais a violência da ditadura militar, e do DataFolha de 2017, que aponta para a baixa confiança na democracia por parte dos eleitores brasileiros. Cioccarri e Persichetti (2019) lembram também que, em 2009, o atual presidente brasileiro tinha um cartaz anexado à entrada do gabinete na Câmara dos Deputados dizendo “Desaparecidos no Araguaia? Quem procura osso é cachorro.”, fazendo referência à Comissão da Verdade e à Ditadura, e desrespeitando as famílias das vítimas.

Já em 1995, Bolsonaro defendia a exploração da Amazônia e o uso das armas, e em 1998 o então parlamentar já fazia ataques à imprensa. Em 2008, Bolsonaro fala pela primeira vez sobre o comandante Brilhante Ustra, torturador que elogiou durante a votação do processo de impeachment de Dilma Rousseff, que culminou no golpe de 2016. Em 2014, inicia o combate ao que ele chama de “ideologia de gênero”. Desde então, as pautas seguem as mesmas, de ataque às minorias sociais e políticas (CIOCCARI E PERSICHETTI, 2019).

28

Em entrevista ao Programa Roda Viva em julho de 2018, Bolsonaro afirma: “O português nem pisava na África, eram os negros que entregavam os escravos”(Di Carlo e Kamradt, 2018). Em resposta, o canal de humor Porta dos Fundos fez a sátira ‘ESCRAVIDÃO’: <https://youtu.be/SSsEgDLsSrK>

29

Incêndio no Museu Nacional do RJ. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/09/apos-mais-6-h-bombeiros-controlam-incendio-no-museu-nacional-no-rio.shtml>. Acesso em: 14/10/2020

Di Carlo e Kamradt (2018) apontam que o fenômeno cultural e editorial que fortalece o termo “politicamente incorreto”, que Bolsonaro reforça constantemente, vem crescendo do enfraquecimento do PT no pós-golpe de 2016, e da crise dos partidos políticos, não somente no Brasil. O consumo do politicamente incorreto pela classe média, escolarizada e com acesso a bens culturais é uma marca da radicalização da sociedade, em que as agressões e as exposições públicas de pessoas que discordam das posturas politicamente incorretas se tornam comuns. Os autores apontam que desde a criação do Facebook de Jair Bolsonaro, em 14 de junho de 2013, até 15 de agosto de 2018, período em que analisam, a publicação que teve maior engajamento através de comentários traz uma filmagem de abril de 2016 em que uma professora é exposta em sua aula ao falar sobre gênero, cujo título era “flagrante de doutrinação em escola”.

Para Ciocari e Persichetti (2018), as eleições de 2014 já demonstravam a ascensão de uma onda conservadora no Brasil, já que mais políticos de direita tiveram votação expressiva, e o Congresso eleito estava entre os mais conservadores da história, com políticos da bancada da bala e da bíblia, sendo 25% ex-policiais, segundo o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. Segundo os autores, sua lógica midiática “político espetacular” faz com que Bolsonaro, ao mesmo tempo que fortaleça sua imagem de homem de família com valores conservadores, construa uma imagem de político violento e racista.

Bolsonaro se ancora no Artigo 5 da Constituição sobre a liberdade de expressão para defender publicamente a intervenção militar, o armamento da população e o ataque às minorias. Sobre o assassinato de Marielle Franco e seu motorista, Anderson Pedro Gomes, na noite de 15 de março de 2018, houve um silêncio por parte de Bolsonaro, e ataques nas redes sociais à vereadora por parte de Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) a partir de acusação de envolvimento da polícia. Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) foi o único a prestar condolências, mas apagou o tuíte em seguida.

Segundo Ciocari e Persichetti (2018), muitas vezes os discursos saem do plano mental para o plano fático, como é o caso do ataque do então parlamentar à deputada Maria do Rosário (PT/RS), em que ele incita o estupro contra ela durante discurso no plenário da Câmara dos Deputados, em dezembro de 2014. São inúmeras as condenações de Bolsonaro por atacar minorias e violar direitos humanos:

Em outubro de 2017, Bolsonaro foi condenado pela juíza Frana Elizabeth Mendes, da 26ª Vara Federal do Rio de Janeiro, a pagar 50 mil reais de indenização por danos morais coletivos a comunidades quilombolas e à população negra em geral. Em 3 de abril de 2017, a convite da instituição judaica, Bolsonaro ministrou palestra no Clube hebraica onde afirmou que quilombolas e indígenas atrapalham a economia. Bolsonaro disse que visitou um quilombo e que o “afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas” (CIOCCARI E PERSICHETTI, 2018, p. 208-209)

Durante sua trajetória, Bolsonaro adotou um apelo discursivo nacionalista e conservador. Cioccarri e Persichetti (2019) apontam que algumas retóricas foram constantes, como o apego ao passado mítico, a pauta dos militares e, a partir de 2014, a pauta dos costumes e conteúdo evangélico. Contudo, a mídia tradicional sempre o retratou como um parlamentar polêmico, agressivo, raivoso e um militar estatizante. As mudanças de Bolsonaro nos aspectos econômicos ocorreram apenas ao longo da campanha para a presidência:

Em seus discursos de campanha, Bolsonaro muda sua postura estatizante que defendia ao longo de seus mandatos de parlamentar e cede às pressões do mercado adotando uma agenda neoliberal, tendo como homem de confiança na economia Paulo Guedes. (CIOCCARI E PERSICHETTI, 2019, p.146)

Entre 2017 e 2018, Bolsonaro começa a aparecer mais nos veículos de comunicação, e nas redes sociais, e opta por falar menos na Câmara. Durante a campanha, o suposto atentado ao candidato ocorrido em Juiz de Fora também corroborou para que este não comparecesse a debates e não fizesse falas oficiais. Agradecendo por estar vivo, Bolsonaro discursa pela última vez na Câmara de Deputados em 06 de novembro de 2018, e reforça os valores religiosos e conservadores que o levaram à eleição. Segundo as autoras, o número de pronunciamentos de Jair enquanto deputado foi diminuindo: foram 73 em 2015, 48 em 2016, 21 em 2017 e apenas 4 em 2018. (CIOCCARI E PERSICHETTI, 2019).

Com o uso de símbolos pátrios e o slogan “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos.”, Bolsonaro ocupava o segundo lugar nas intenções de voto na pré-campanha de 2018. Organizado com sua família como um “clã narcizista”, e apoiado pelas bancadas ruralista, evangélica e das armas, Bolsonaro atuou como espetáculo de si próprio, imerso a polêmicas, e à alcunha de “mito” por seus apoiadores mais fiéis. Com domínio das tecnologias e das redes sociais, Bolsonaro iniciou um estado de campanha permanente, a partir da narrativa do “nós contra eles” – que substitui a dicotomia PT x PSDB pela ideia de que o outro é sempre um inimigo a ser combatido – de maneira ainda mais forte pós-eleições (CIOCCARI E PERSICHETTI, 2019).

Runciman (2018) aponta que a tendência das democracias – ainda que possam ser destruídas por fatores como golpes de estado, desastres ambientais, catástrofes, e outros – é de se desestruturar ou ser corrompida por vias eleitorais, até que o governo se converta em autoritário de maneira explícita, por dentro do regime democrático. Como contenção de governos antidemocráticos, o autor aponta que personalidades políticas de tendência autoritária devem ser afastadas do poder a partir do entendimento coletivo por parte dos partidos políticos

da importância das eleições democráticas. A quebra desse pacto coletivo de afastamento dessas figuras dos espaços eleitorais leva a questionar os pressupostos democráticos em estados autoritários. Principalmente quando há apoio popular.

É improvável que questões de saúde coletiva relacionadas ao alto consumo de agrotóxicos levem a crises no sistema democrático, contudo há uma linha tênue entre o que geraria inquietação ou não. E Bolsonaro tem testado os limites da indignação popular, especialmente quando o assunto é desmatamento³⁰. A destruturação das reservas institucionais, que seriam órgãos do sistema governamental que regulam o governo de maneira independente (Levitsky e Ziblatt, 2018), representariam essa ruptura processual da democracia.

Conservador, nacionalista atrasado com viés mais economicista, Bolsonaro não respeita as instituições e estabelece uma espécie de autocracia baseada em sua família e no autoritarismo. O discurso do medo, da guerra e da obediência transformaram o Brasil em algo distante do que seria uma democracia liberal. Partindo do apontamento de Ballestrin (2018) sobre o potencial desdemocratizante que o neoliberalismo tem na atualidade, e dos questionamentos sobre a democracia liberal ocidental e a separação entre política e economia, é possível afirmar que a eleição de Jair Bolsonaro corrobora para descaracterizar ainda mais a democracia, que apresenta falhas desde 2016. Para a autora, essa combinação entre a racionalidade neoliberal e neoconservadora, responsável por eleger Bolsonaro com 58 milhões de votos, instaura um estado pós-democrático: “O Brasil demonstrou ao mundo que as agendas neoliberal e neoconservadora, quando contrariadas e aliadas, são capazes de produzir uma ruptura democrática com aparência democrática (Idem, p.160)”.

Argumentos reducionistas e singularizantes sobre questões sociais corroboram para despolitizar o debate sobre cotas raciais, ou sobre a importância de políticas públicas como a reforma agrária, que remete à lei de terras, à escravidão e à ausência de distribuição de terras, e não podem ser explicadas meramente pela defesa irrestrita da propriedade privada, por exemplo. Além disso, a apologia explícita às armas e o discurso de ódio e medo faz com que Bolsonaro seja bastante ativo no debate da redução da maioria penal, e no armamento da população, que afeta diretamente o campo com práticas de grilagem de terra e uso de jagunços.

Durante seu pouco tempo de governo, Bolsonaro teve três ministros da saúde: Luiz Henrique Mandetta, Nelson Teich, Eduardo Pazuello e o atual, Marcelo Queiroga, além de ter deixado o Ministério desocupado entre maio e junho de 2020 em meio à maior crise de saúde

30

Estatísticas sobre queimadas na Amazônia Legal. Disponível em: http://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/portal-static/estatisticas_estados/. Acesso em 20/08/2020

pública do século, a pandemia de Coronavírus. No Ministério do Meio Ambiente, esteve Ricardo Salles até junho de 2021, que além de favorável ao avanço do agronegócio sobre os biomas brasileiros, defende a desregulamentação abertamente³¹. Atualmente, Joaquim Leite comanda a pasta. No Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, está Tereza Cristina, líder da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), a “bancada ruralista”, defensora dos agrotóxicos e do agronegócio.

Além das indicações ministeriais conservadoras, Bolsonaro também cumpriu uma de suas principais promessas³² de campanha, e fez uma tentativa³³ de tipificar como terrorismo as ações dos movimentos sociais que ocupam propriedades rurais e urbanas no território brasileiro, com base na função social da terra. Fruto do avanço neoconservador e neoliberal, antidemocrático, autoritário e contra os direitos humanos, Bolsonaro se converte no principal inimigo político dos movimentos sociais por suas ações que ferem princípios democráticos e desmantelam reservas institucionais de contenção, e por seus discursos que incentivam ações politicamente incorretas por parte da população brasileira que o apoia.

1.6 – Os retrocessos sociais, ambientais e de saúde e Bolsonaro

Desde o início, o governo Bolsonaro se mostra como um dos mais irresponsáveis ambientalmente na história da democracia brasileira, além de apresentar retrocessos em áreas como saúde, educação, economia, entre outras. Santos (2019) afirma que Bolsonaro não é o único presidente a causar danos ao ecossistema brasileiro: “a diferença é que o discurso do atual presidente deixa explícitas suas intenções de criar uma espécie de ‘desenvolvimento’ às custas de uma exploração incessante da natureza (p.227)”.

Para a autora, esse pensamento é fruto da modernidade idealizada como sinônimo de aceleração, ruptura, e conseqüentemente destruição da natureza, já que a separação entre homem e natureza é uma constante. Nos primeiros seis meses de governo, a revisão do Código Florestal e das Unidades de Conservação foram pontos marcantes das políticas do presidente,

31 Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml> . Acesso em: 14/10/2020

32 Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2018/10/23/bolsonaro-promete-tipificar-sem-terra-como-terroristas-haddad-quer-combater-impunidade-no-campo/> . Acesso em: 14/10/2020

33 Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/governo/em-meio-a-ataques-no-ceara-bolsonaro-defende-lei-antiterrorista-vetada-por-dilma-e-temida-por-movimentos-sociais/> . Acesso em: 14/10/2020

contudo o desmanche das estruturas de defesa do meio ambiente começa a partir da desarticulação do Ministério do Meio Ambiente.

O atual presidente cogitou extinguir o Ministério do Meio Ambiente, fundindo-o com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, mas ao invés disso, moveu pastas importantes, como a Agência Nacional de Águas, para o Ministério do Desenvolvimento Regional – criado por Bolsonaro a partir da junção entre o Ministério das Cidades e o Ministério da Integração Nacional. Já o Serviço Florestal Brasileiro, que dentre as funções, fiscaliza desmatamento e queimadas, foi movido para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Tereza Cristina, que também cumpriria funções hoje atribuídas à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Além disso, nos primeiros seis meses de governo, o Ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles já tinha pedido revisão de 334 Unidades de Conservação, com objetivo de revê-las e até extingui-las. Já Flávio Bolsonaro, senador pelo Rio de Janeiro e filho do presidente, apresentou um Projeto de Lei para extinção das Reservas Legais, que são as áreas protegidas cujas propriedades rurais não podem ser desmatadas. Controverso, o projeto tem divergências até entre a bancada ruralista. O número de multas ambientais aplicadas pelo Ibama também diminuiu, sendo um dos mais baixos dos últimos 11 anos, com queda de 34%. Outra medida é o anúncio dos locais onde a fiscalização ocorrerá, o que historicamente ocorria em sigilo.

O controle de Bolsonaro sobre as instituições também resultou no afastamento de José Augusto Morelli do cargo de chefe do Centro de Operações Aéreas da Diretoria de Proteção Ambiental do Ibama após o flagrante e a multa aplicada no presidente por pesca ilegal na Estação Ecológica de Tamoios, no Rio de Janeiro. As pressões políticas na área ambiental também culminaram no pedido de demissão de Adalberto Eberhard, presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), após evento ruralista no Rio Grande do Sul com a presença do ministro Ricardo Salles. No lugar dos especialistas em biodiversidade, Salles nomeou policiais para o ICMBio. Já Ricardo Galvão, diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), foi exonerado do cargo após divulgar dados sobre o desmatamento na Amazônia. Na ocasião, Bolsonaro teria declarado que os dados fazem “campanha contra o Brasil”³⁴.

O governo retém mais de 400 pedidos de demarcação de terras indígenas, e após o longo incêndio na Amazônia em agosto de 2019, conforme descreve Santos (2019), a indústria pecuária se aliou a ONGs para exigir que o presidente tomasse medidas para deter o desmatamento. Segundo a autora, Marcelo Britto, presidente da Associação Brasileira do Agronegócio, afirma a necessidade de “mudar a retórica” em relação às queimadas³⁵, e que ainda que não haja contratos cancelados, as “luzes vermelhas” estão acesas, indicando um alerta em relação à opinião pública e ao marketing.

Sobre a política climática, a postura é de incentivo ao turismo independente dos danos ambientais. Sobre Angra dos Reis, uma das maiores reservas ambientais brasileiras, Bolsonaro se refere como a “Cancún” brasileira para o turismo predatório (SANTOS, 2019). O Fundo Amazônia foi paralisado em abril de 2019 por Salles, e Mourão afirma que há interesse do governo em reerguê-lo a partir da recriação do Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA). E apesar do laudo técnico do Ibama, o Parque Nacional de Abrolhos tem a exploração de petróleo autorizada. É a primeira vez na história brasileira que a gestão de um Ministério causa revolta em tantos ex-ministros. Os ex-ministros do Meio Ambiente dos governos Itamar Franco, Fernando Henrique, Lula, Dilma e Temer se reuniram para divulgar uma carta³⁶ de denúncia sobre a gestão da pasta no governo Bolsonaro.

Contudo, o projeto ambiental brasileiro está em disputa desde que a questão começou a ser debatida no Brasil nos anos 1960, e há uma relação direta entre democracia e meio ambiente. Sobre a política ambiental neoliberal, Acselrad (2001) aponta que a função do governo é diminuída através de desmontes de instituições com intuito de diminuir as fiscalizações e demais atividades dos órgãos que causariam problemas aos parceiros econômicos dos governos neoliberais, como a “bancada do boi” de Bolsonaro, por exemplo. Tentar manter as reservas institucionais para garantir políticas ambientais de estado se torna um desafio já que este se vê enfraquecido.

Por fim, Salles foi investigado pelo Tribunal de Contas da União por improbidade administrativa referente às políticas ambientais e o Ministério Público Federal pede seu

35 Com a crise política que o governo enfrentou após ocorrer um incêndio na Floresta Amazônica em agosto de 2019, e o equivalente a 4,2 milhões de campos de futebol ser queimado, Bolsonaro se reuniu com setores do agronegócio, e também deu declarações polêmicas sobre demarcação indígena. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2019/08/27/bolsonaro-diz-que-reservas-indigenas-tem-intencao-de-inviabilizar-o-pais.htm>. Acesso em: 10/09/2020

36 Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/ex-ministros-denunciam-desmonte-da-agenda-ambiental-brasileira/>. Acesso em: 10/09/2020

afastamento³⁷ após declarações do ministro durante reunião, em que Salles utiliza a expressão “passar a boiada” para dizer do avanço das queimadas e do desmatamento no Brasil. São muitos os retrocessos ambientais durante o governo Bolsonaro, desde as recentes queimadas na Amazônia e no Cerrado, à liberação recorde de 474 agrotóxicos³⁸ em 2019, que continuou em 2020 com 493 liberações, e segue crescendo em 2021, com 230 registros até junho, mesmo em meio a pandemia. Segundo reportagem da Agência Pública³⁹, muitos dos agrotóxicos que vem sendo legalizados neste período são proibidos em outros países, e o ritmo de legalizações é crescente:

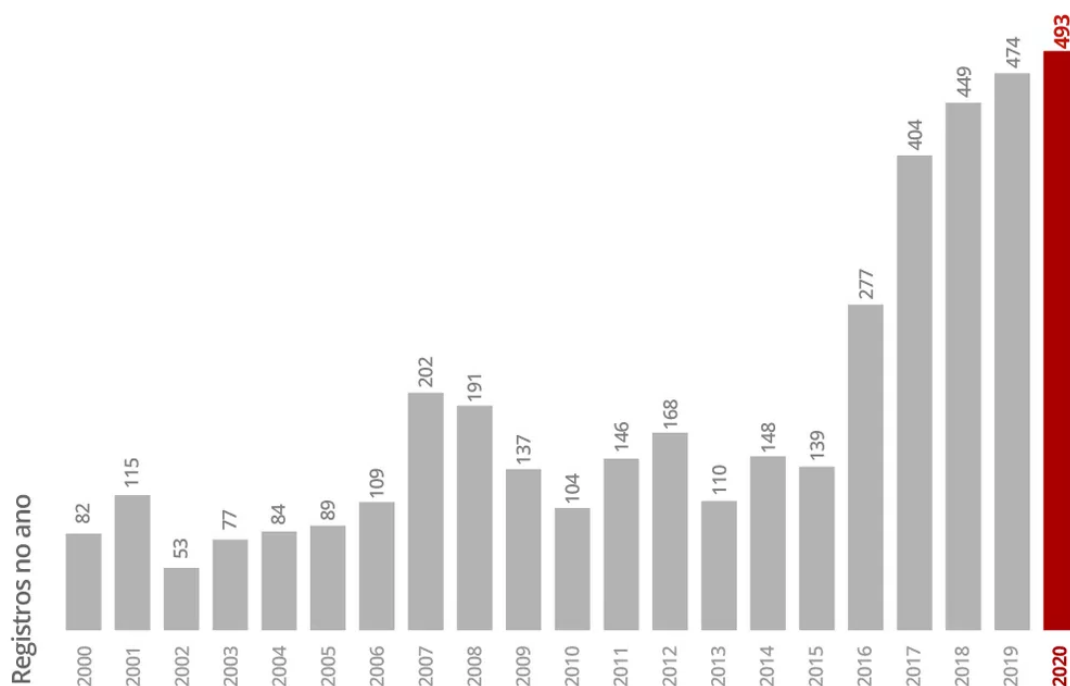


FIGURA 7: Legalização de novos agrotóxicos no Brasil. Fonte: Ministério da Agricultura, Agropecuária e abastecimento. Elaboração: G1.

Sobre a saúde pública, Bravo e Pelaez (2020) afirmam que desde os anos 1970 que a Frente Nacional contra a Privatização da Saúde combate a mercantilização das políticas sociais em saúde, e que o projeto privatista das leis de mercado e do lucro a partir da doença ganha forças a partir de 1990. Porém, Bolsonaro chega a níveis extremos de desprezo à participação e ao controle social e ao SUS, e avança em políticas já iniciadas por Michel Temer, como o congelamento dos recursos orçamentários para as políticas sociais por 20 anos, os cortes

37
Acesso em 10/09/2020

Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53315681>.

38
Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2019/12/28/numero-de-agrotoxicos-registrados-em-2019-e-o-maior-da-serie-historica-945percent-sao-genericos-diz-governo.ghtml> . Acesso em 10/09/2020.

39
Disponível em: <https://apublica.org/2019/01/governo-liberou-registros-de-agrotoxicos-altamente-toxicos/> Acesso em: 02/07/2020

orçamentários nas políticas de saúde, retrocessos na saúde mental, a proposição de “planos de saúde acessíveis” a fim de privatizar a saúde e a redução do SUS sob pretexto de que é insustentável economicamente.

O primeiro Ministro da Saúde de Bolsonaro, Nelson Mandetta, tinha relações diretas com empresas de saúde privadas, e tinha como projeto fortalecer o sistema privado, agregando-lhe algum caráter filantrópico, já Barros, Ministro da Saúde de Temer, afirmava que o SUS não cabia na constituição e não se sustentava. Sobre os projetos em saúde, Bolsonaro traz no início do seu governo a proposta de que o Programa Mais Médicos seja pensado de maneira “mais técnica e menos política”, falando sobre gastos e reafirmando novamente a separação entre política e economia (BRAVO E PELAEZ, 2020). Sobre as ações em saúde, há uma queda significativa no número de propostas apresentadas para a Lei Orçamentária Anual (LOA) entre 2012 e 2019:

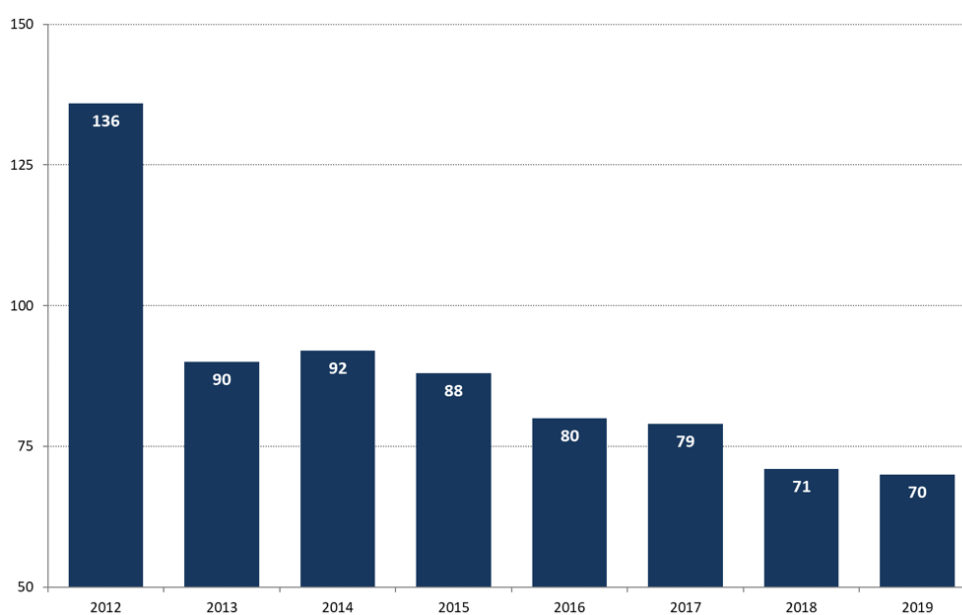


FIGURA 8: Ações do Governo Federal em Saúde 2012-2019. Fonte: Painel do Orçamento Federal, do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), com base em dados do SIAFI. Elaboração: Ex Ante Consultoria Econômica.

Durante a pandemia de Covid-19, o governo Bolsonaro liberou em média 10 agrotóxicos por semana. Foram 600 entre março de 2020 e maio de 2021, agravando a situação de saúde da população, já que houve comprovação de que o uso excessivo de agrotóxicos pode ser um dos fatores para o agravamento da doença⁴⁰. Além disso, o governo também substituiu

40

Disponível em: <https://apublica.org/2021/05/agrotoxicos-podem-aumentar-vulnerabilidade-a-covid-19-diz-relatorio-inedito/>. Acesso em 10/09/2021

o Ministro da Saúde quatro vezes, e corroborou para o negacionismo da vacina e do uso de máscaras.

Ao longo do capítulo 1, a história do MST, do Setor de Saúde e do Setor de Gênero se conecta com o arcabouço teórico construído em torno do feminismo camponês popular e com a luta pela terra no Brasil e na América Latina. Em paralelo, a trajetória política de Bolsonaro e seus Ministros reforça uma posição contrária às apresentadas pelo Movimento. No governo, o retrocesso social é marcado para além da questão agrária e ambiental, mas na falta de políticas públicas; na destituição e sucateamento de órgãos de governo; e no ataque aos direitos humanos. No próximo capítulo, apresento o arcabouço teórico-metodológico deste trabalho, a fim de interconectar os elementos discutidos nas seções anteriores.

2. DINÂMICAS DE (DES)POLITIZAÇÃO: DISPUTAS, TENSIONAMENTOS E ENTRELACES

“Se a política é realmente sobre responsabilizar o poder, como ela veio a ser associado com duplicidade, corrupção e interferência indevida?” - Colin Hay

A (des)politização tem sido debatida pelas ciências humanas e sociais desde os anos 1990, segundo Wood e Flinders (2014). Contudo, sua efervescência enquanto conceito vem se consolidando nas duas últimas décadas, a partir do interesse de acadêmicos cujos estudos se dão no âmbito da governança (Flinders e Buller, 2006; Wood e Flinders, 2014), teóricos da pós-democracia e pós-política (Swyngedouw, 2014), e pesquisadores que trabalham as noções de anti-política e desdemocratização (Wood, 2016; Ballestrin, 2018). Retomando a articulação de conceitos proposta na introdução, trago aqui a conceituação de pós-democracia para abordar as vertentes e aplicações teóricas e metodológicas da (des)politização.

Ballestrin (2018) afirma que o filósofo Jacques Rancière foi o primeiro a elaborar sobre o termo pós-democracia, mais tarde sistematizado pelo sociólogo Colin Crouch. Wilson e Swyngedouw (2014) afirmam que conceitos similares são utilizados por outros autores, destacando a cientista política Chantal Mouffe (que prefere a expressão pós-política) e o filósofo Slavoj Žižek. Segundo Wilson e Swyngedouw (2014),

O sentido preciso desses termos é altamente contestado. Falando amplamente, entretanto, todos eles se referem a uma situação na qual o político – entendido como um espaço de contestação e engajamento agonístico – é amplamente colonizado pela política – entendida como mecanismos tecnocráticos e procedimentos consensuais que operam dentro de um arcabouço inquestionável de democracia representativa, economia de mercado e liberalismo cosmopolita. Na pós-política, as contradições políticas são reduzidas a problemas de políticas públicas a serem gerenciados por experts e legitimados através de processos participativos nos quais o escopo dos resultados possíveis é definido de forma limitada antecipadamente. “O povo” – como um coletivo político potencialmente disruptivo – é substituído pela população – o objeto agregado das pesquisas de opinião, vigilância, e otimização bio-política. Os cidadãos se transformam em consumidores e as eleições são enquadradas como apenas mais uma “escolha”, nas quais os indivíduos privadamente selecionam seus gerentes preferidos para as condições da necessidade econômica. (p. 6)

Para Ballestrin (2018), as contradições do neoliberalismo acabam esterilizando a democracia, de modo que as suas dimensões sociais, econômicas e políticas percam a funcionalidade. Na pós-democracia, instituições, discursos e práticas se tornam impraticáveis, ou mesmo impedidos de agir. O deslocamento da política para um lugar neutro, ou técnico, é uma das práticas da pós-democracia e, segundo Ballestrin (2018), já que essa neutralidade tem a capacidade de eliminar o antagonismo político. Nesse sentido, a pós-democracia traz questões

sobre a política em geral, ou a pós-política. Ao tentar eliminar ou criminalizar o conflito, o neoliberalismo contribui para a construção de uma política sem povo, sem divergências, sem espaço para diálogo e antagonismo, em que o mercado detém o controle.

Os processos de (des)politização tem sido muito utilizados para pensar as questões de governança. Segundo Wood (2016), a primeira geração de estudos sobre o tema é bastante centrada no Estado, e adota uma concepção restrita de política, a fim de compreender as estratégias de despolitização governamentais, que vão desde a delegação de funções e decisões às esferas não-governamentais, à definição de questões políticas pelo viés técnico. Em um movimento mais recente, trabalhos como os de Wood e Flinders (2014) e o de Jenkins (2011) buscam observar como questões políticas se veem construídas fora do sistema político governamental.

A partir da genealogia do conceito, Jenkins (2011) aponta que há pelo menos três motivos que movem a atenção crescente ao processo de despolitização e politização: a política contemporânea como uma série de tentativas de politizar o social (Iris Marion Young, 1998,p.480); a despolitização como estratégia de governo performada por atores políticos formais (Buller e Flinders,2005; 2006; Burnham,2001,2006; Hay,2007); e a politização em um sentido pejorativo, que seria a invasão partidária em um processo de área de discussão neutra ou não-política (Berg-Sørensen, 2006; Marquette, 2004; Meyer-Sahling, 2008; Richards, 2007; Van Deth e Elff, 2004).

Em comum, a autora afirma que estes estudos não abordam a dinâmica entre politização e despolitização e critica os estudos que não participam dos processos políticos que analisam. Para a autora, despolitização não seria remover a política, mas destruir a diferença, a escolha, e as alternativas, e este é um processo político também. Jenkins (2011) reforça ainda a necessidade de compreender o conceito a partir de um mapa de conexões que considera aspectos históricos, sociais e formativos da politização e da despolitização. Há uma proximidade entre esses trabalhos e as discussões da pós-democracia e pós-política por estes oferecerem possibilidades teóricas e metodológicas que utilizam o conceito para além das ferramentas despolitizantes de governos. Para Jenkins (2011), (des)politização. Pode ser definida como:

Uma estratégia de politização, em seu sentido mais amplo, implica expor e questionar o que é dado, ou percebido como necessário, permanente, invariável, moral ou politicamente obrigatório e essencial. [...]. Uma estratégia de despolitização implica a formação de necessidades, permanência, imobilidade, fechamento e fatalismo, ocultando e negando ou removendo a contingência. (Idem, p. 159-160)

Certamente, como argumenta Ballestrin (2018), os conceitos não podem ser transportados de forma acrítica ou pouco cuidadosa, é necessário observar as diferentes relações de poder presentes no globo, e as dependências e subalternidades entre democracia e neoliberalismo. Ao analisar a relação entre a imprensa e a luta dos movimentos sociais na Bélgica, Maesele et al (2015) concebe uma definição teórico-metodológica de (des)politização que serve para demarcar um dos caminhos conceituais das reflexões abordadas aqui:

Definimos politização como uma lógica discursiva que enquadra uma questão como chave de envolvimento em escolhas políticas fundamentais entre futuros alternativos (sustentáveis), revelando conjuntos de reivindicações, valores e / ou interesses subjacentes a demandas opostas. A despolitização é definida como uma lógica discursiva que enquadra um problema em termos de consenso social sobre um desenvolvimento natural inevitável, melhor deixar para o tecnocrático ou considerações de mercado. Nesse processo, legitimados, atores e demandas responsáveis se distinguem dos ilegítimos e irresponsáveis, com base na suposição de um consenso (moral ou racional) sobre o que constitui progresso em uma respectiva linha de falha ideológica. Por fim, quando existe uma cultura ideológica caracterizada exclusivamente por uma lógica despolitizante, pode-se esperar que esta contenha preferências naturalizadas, isto é, hegemônicas, ideológicas, o que nos permite derivar a definição de problema dominante de uma questão em particular.”(Maesele et al, 2015, p.4-5)

Além desses aspectos, é preciso considerar ainda como o conceito é útil para pensar a ação de movimentos sociais e sua relação com os veículos de comunicação (Maesele et al, 2015; Kenis e Mathijs, 2014) e como este serve para despolitizar o debate público a partir da delegação de funções de estado a ONGs e outras instituições (Hay, 2007; Finders e Buller, 2006). A fim de conceituar o termo, e apontar para as relações que este tem com as problemáticas em saúde apresentadas ao longo do primeiro capítulo, pontuo algumas das principais abordagens da (des)politização, bem como sua relação com o período de crise democrática, o papel da comunicação e da hegemonia nesse processo, e por fim, a proposta teórico-metodológica desta análise.

O ódio ou desencantamento político aparece na literatura de Hay (2007), um dos precursores da (des)politização. Uma das motivações de seus estudos é justamente a ausência do desejo de exercer a democracia por parte dos eleitores. Segundo o autor, “a democracia motiva uma proporção aparentemente cada vez menor do eleitorado a exercer seu direito de voto nos estados em que esse direito existe há mais tempo (Idem, N.P.)”, e essa baixa participação, especialmente de jovens, diz da falta de confiança na honestidade, integridade ou capacidade da política. Hay (2007) relaciona a crise no processo de legitimação e confiança nos processos de deliberação pública com o neoliberalismo:

O neoliberalismo, informado por pressupostos da teoria da escolha pública sugere o valor de uma esfera política fortemente delimitado, que não invada os reinos essencialmente privados do intercâmbio econômico e social, encorajando uma cultura

profundamente suspeita, cética e antipolítica; a tese da globalização sugere a natureza cada vez mais anacrônica da intervenção política em uma era de restrição econômica externa, convidando uma reavaliação fundamental da capacidade anteriormente inquestionável dos processos políticos para moldar trajetórias sociais. (Hay, 2007, N.P., tradução própria)

Hay (2007) afirma que há uma relação de condição entre democracia e participação para que se construam governos legítimos, e que os níveis de participação nas novas democracias são baixos o suficiente para serem motivo de preocupação. Como exemplo de que a democracia pode não ser concreta, o autor cita que as minorias, como os negros nos EUA, por exemplo, não acessam as políticas democráticas, e que para eles a democracia é um “privilégio desfrutado por outros”.

Ainda que a política e a democracia sigam gerando expectativas, os níveis de participação estão em declínio, e o autor reforça que não existiu um passado mítico a ser lembrado, mas contradições e exclusões. Para Hay (2007), é preciso repensar a concepção de política, ampliando-a o suficiente para reconhecer como políticas as lutas das minorias, e ao mesmo tempo distinguir as questões que são formalmente políticas daquelas que não são. A sobreposição do interesse individual ao coletivo na política deturpa seu sentido inicial, e a busca material que leva à exploração contínua da natureza gera uma descrença ainda maior na política. Sobre essa influência, Hay (2007) ressalta:

Nenhuma empresa individual pode se dar ao luxo de impor unilateralmente os custos da sustentabilidade ambiental, a menos que esteja totalmente confiante de que outras pessoas farão o mesmo. A racionalidade no nível da unidade individual (aqui a corporação) se traduz em irracionalidade coletiva – um resultado, a degradação ambiental, da qual todos sofrem. A política, aqui na forma de uma agência reguladora ambiental competente, é capaz (em teoria pelo menos) de fornecer uma solução para esses problemas de ação coletiva, negociando e aplicando um conjunto de padrões ambientais vinculativos e, assim, impondo racionalidade coletiva onde caso contrário, não prevaleceria. (Hay, 2007, N.P., tradução própria)

Para Hay (2007), esse descontentamento político no sentido tradicional é a chave para compreender os processos informais que se desdobram e geram engajamento na sociedade. O sentimento de decepção com o sistema político formal poderia gerar, segundo o autor, o aumento do protesto político direto, e às vezes ilegal, nas democracias liberais avançadas, como uma forma de resolução de conflitos dos cidadãos por conta própria. Nessa brecha, a política para além do lado governamental pode ser um caminho para que as ações diretas sejam organizadas e intencionalizadas a partir de grupos com interesses mútuos, como movimentos sociais, ONGs, entre outros.

Hay (2007) pensa a política como o reino da contingência, e o caracteriza por três relações: a pública e governamental; a pública e não governamental, entendida também como social; e a esfera privada, ligada ao domínio da necessidade e do inevitável. Dentro dessas três esferas, o autor apresenta possibilidades conceituais para as dinâmicas (des)politizantes a partir de um esquema circular em que as esferas privada, pública e governamental estão correlacionadas e marcam as faces da politização ou da despolitização de questões, afastando-as ou aproximando-as do ‘não-político’, ou reino da necessidade.

Na descrição do autor, a politização de tipo 1 se dá quando questões saem do reino do fato ou da necessidade; a politização de tipo 2 acontece quando questões que antes eram confinadas à esfera privada se tornam sujeitas a processos públicos de debate e deliberação; já a politização de tipo 3 consiste em inserir questões da esfera pública na agenda governamental, fazendo parte da agenda política formal. No processo de despolitização, ocorre o inverso: a delegação de problemas governamentais a organizações não governamentais (tipo 1); a relegação de debates antes públicos à esfera privada (tipo 2); e a normalização de questões a partir dos discursos (tipo 3). Para fins didáticos, Hay (2007) apresenta essas relações através da representação visual de círculos concêntricos:

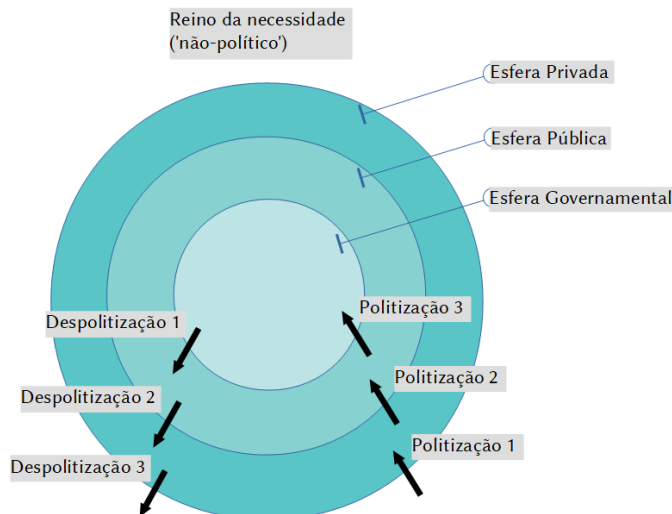


FIGURA 9: Representação visual (des)politização. Fonte: Hay, 2007.

Wood e Flinders (2014) sugerem pensar as três formas de (des)politização com “limites borrados” e “áreas de sobreposição”, reconhecendo a interação entre estas e propondo uma conceituação mais precisa:

Despolitização governamental: centra-se na transferência de questões da esfera governamental para a esfera pública, através da “delegação” dessas questões por políticos a órgãos independentes, estruturas judiciais ou sistemas tecnocráticos baseados em regras que limitam a discricção.

Despolitização social: envolve a transição de questões da esfera pública para a esfera privada e concentra-se na existência de escolha, capacidade de deliberação e mudança para respostas individualizadas aos desafios sociais coletivos. *Despolitização discursiva:* envolve a transferência de questões do âmbito privado para o “reino da necessidade”, no qual “as coisas simplesmente acontecem” e a contingência está ausente. Por isso, enfoca o papel da linguagem e das ideias para despolitizar certas questões e, por meio delas, defini-las como elementos do destino. (Wood e Flinders, 2014, p.15)

Wood (2015) sugere que despolitização e politização, como conceitos profundos e multiníveis, “podem ter ressonância ‘ampla’ e ‘estreita’ em um nível teórico abstrato, um nível conceitual de ‘faixa intermediária’ e um nível empírico ‘micro’(p.2)”. Sendo assim, o debate e a crítica ocorrem nos diferentes níveis da análise (macro, meso e micro) a partir de um foco normativo crítico comum: melhorar a compreensão sobre a anti-política “como um fenômeno social de declínio do interesse e envolvimento na política, impulsionado por discursos, políticas e instituições neoliberais” (p.2).

A despolitização também pode ser vista como um meio pelo qual países em desenvolvimento podem aumentar a capacidade do Estado e a credibilidade do mercado, como afirma Flinders e Buller (2006). Nesse sentido, “despolitização pode ser definida como o conjunto de ferramentas, mecanismos e instituições através dos quais os políticos podem tentar mudar para um relacionamento de governo indireto e / ou buscar persuadir o demos de que eles não podem mais ser responsabilizados razoavelmente por questões, campo político ou decisão específica (p.4)”. A política permanece, então, na arena de disputa, e por isso o termo despolitização poderia ser entendido como uma espécie de equívoco, pois o que muda é a arena ou processo pela qual decisões são tomadas.

Dentre as formas de despolitização que os autores descrevem, nos interessa compreender a despolitização de modelagem de preferências, em que o discurso da esfera dominante, seja ele racional ou irracional, acaba sendo incorporado pela sociedade, numa relação que tem a ver com as ideologias e as disputas por hegemonia. Segundo Flinders e Buller (2006), essa forma de despolitização pode ser definida como “a invocação da formação de preferências através do recurso das ideologias discursivas retóricas, a fim de justificar uma posição política de que uma determinada questão, função, ou dever, está além do escopo da política ou da capacidade de controle do Estado (p.15)”. A partir dessas disputas, os autores afirmam que politização e despolitização podem ocorrer simultaneamente.

Ainda no campo das ideologias, ao falar de pós-política e do retorno do político, Wilson e Swyngedouw (2014) afirmam que a felicidade eterna que a democracia falseia nas sociedades liberais e pluralistas “sob a égide não contestada de uma configuração naturalizada baseada no

mercado (p.4)” não elimina as chamadas ‘sementes da distopia’. Analisando o termo utilizado pelo Fórum Econômico Mundial no seu relatório de risco mundial de 2012 para descrever os levantes populares contra a austeridade, os autores reforçam que ao não lidar com as desigualdades econômicas do sistema capitalista mundial que persistem na democracia, a instabilidade permanece como uma constante em um território de disputas e agonismos:

A democracia está agora firme e consensualmente estabelecida como o ideal das instituições, não contestada e raramente examinada na vida política internacionalizada. Obviamente, ainda há retaguarda nas batalhas ideológicas arcaicas em andamento nas margens geográficas e políticas do mundo civilizado, empreendidas por aqueles que ainda não entenderam a mentira da terra e o novo horizonte da história. (Wilson e Swyngedouw, 2014, p.3)

Dentro dessa discussão, aponta-se para o discurso e para as interações (entendidas aqui como as práticas e as ações) como questões para entender algo como politizante ou despolitizante. Faz-se necessário entender como a saúde é politizada através das práticas do setor, e quais os sentidos que a politização da saúde traz para o Movimento e para o cenário político, bem como quais as despolitizações presentes nos discursos do atual governo brasileiro. Por tanto, a (des)politização é entendida como um conceito chave tanto para pensar teoricamente a problemática da saúde, como para a elaboração metodológica e a relação entre os dois atores sociais pesquisados.

Partindo da crítica à dinâmica neoliberal como paradigma do pensamento político – ponto de convergência entre as diversas abordagens para os conceitos de politização e despolitização –, esse trabalho analisará o processo de politização de debates que, em alguma medida, vem sendo despolitizados (WOOD, 2016), e a relação entre essas duas dinâmicas. Os conceitos apresentados servem como norteadores das discussões teórico-metodológicas que vem a seguir, e que desenham como esse arcabouço teórico atravessa diretamente o campo da comunicação.

2.1 – (Des)politização, comunicação e hegemonia

Para compreender as dinâmicas de politização e despolitização, é preciso considerar os aspectos comunicacionais da questão, que se conectam ao conceito de hegemonia. Mídia e (des)politização estão relacionadas diretamente à forma como questões ocupam o espaço de visibilidade ou não nos veículos de comunicação, e são relevantes para pensar as controvérsias em saúde coletiva, já que tanto o governo Bolsonaro quanto as bruxas sem terra se utilizam destes meios para expor seus projetos políticos para o Brasil. Para pensar essa relação, é preciso

primeiro compreender suas interseções com o desengajamento político e com a construção e manutenção da hegemonia. Por isso, apresento brevemente as interseções entre esses conceitos.

A obra de Hay (2007) inicia os debates sobre as dinâmicas politizantes e despolitizantes considerando os apagamentos e as projeções que a comunicação pode construir. Essa aproximação entre comunicação e as dinâmicas (des)politizantes advém da análise que o autor faz sobre o declínio da participação política formal e a relação que este tem com os fatores demográficos, socioeconômicos e educacionais. A projeção de movimentos sociais, ONGs e outras formas de organização social estaria relacionada com a falta de legitimidade nas representações partidárias e a perda de confiança, que levaria à queda nas filiações partidárias.

Hay (2007) apresenta três teorias sobre o desengajamento político: a teoria do capital social, de Robert Putnam, em que a redução do sentido de dever cívico reduziria a demanda por participação na sociedade a partir desse desinteresse; a teoria dos cidadãos críticos, de Pippa Norris, em que o fato dos cidadãos obterem mais informações sobre política do que gerações anteriores diminuiria suas expectativas sobre a política e faria com que estes participassem menos da política formal, ou seja, os fatores socioeconômicos afetam a demanda dos cidadãos, ainda que a oferta política seja problematizada; e a teoria da mudança demográfica, de Mark Franklin, em que o constante declínio de participação teria relação com o chamado comportamento atomista advindo da redução da idade do voto para 16 anos. A partir dessas teorias, o autor problematiza o desengajamento político sob o viés da baixa oferta, ou má qualidade da oferta, que os partidos e instituições políticas apresentam para a sociedade, e não como um problema de demanda, em que os indivíduos não teriam mais interesse pelas questões políticas.

Para Putnam (1995), o engajamento cívico a partir da organização da sociedade civil produziria o capital social e a confiança necessária para propor ações positivas para a democracia, ainda que seja possível pensar que nem toda associação de pessoas organizadas em prol de uma causa é benéfica, tendo em vista as organizações criminosas e antidemocráticas. Dentre as teorias apresentadas, esta se faz mais relevante para entender o trabalho de Hay (2007). Ainda que Putnam (1995) entenda o desengajamento a partir da demanda e das mudanças na vida social dos sujeitos em uma relação de causa e consequência, é a partir da relação que a teoria do capital social estabelece entre o desinteresse político e o problema da oferta que Hay (2007) propõe considerar o papel que os agentes formais da política, para além dos cidadãos, têm no desengajamento.

Outro aspecto relevante para a discussão de comunicação e (des)politização presente em Putnam (1995) é a relação que este estabelece entre as mudanças socioeconômicas de uma

população, e o fator geracional das mesmas. Segundo o autor, variáveis como mercado de trabalho, crises econômicas e mudanças habitacionais influenciam no engajamento, e a popularização da televisão seria responsável por “criar” indivíduos desinteressados em contribuir socialmente e passivos. O autor projeta sobre os sujeitos uma maior responsabilidade em relação ao desengajamento, lógica que Hay (2007) inverte ao indicar que as pessoas não enxergam mais na política o local de possível solução de seus problemas, e por isso projetam seu engajamento em outros espaços da vida social. Contudo, a política não está isenta de responsabilidade nessa relação, mas é preciso considerar as dinâmicas neoliberais e as práticas comunicativas do jornalismo e do entretenimento midiático.

Apontando a responsabilidade da comunicação enquanto espaço de visibilidade gerador de conhecimento acerca de processos políticos formais, Hay (2007) relaciona a participação à cobertura midiática, ressaltando que esta “provavelmente constitui nosso modo mais frequente e talvez também mais intuitivo de envolvimento com a política formal (Idem, 2007, n.p.)”. Entendida como escolha, capacidade de agência, deliberação e interação social, a política em Hay (2007) é pensada a partir de uma perspectiva mais inclusiva, que englobe diversos fazeres formais e não formais da sociedade, e a comunicação é imprescindível para construir essa relação.

O desinteresse e o sentimento de crise política e democrática estariam relacionados, então, com a forma como o debate público e as instituições que fazem intermédio entre governantes e governados atuaram no declínio cívico que emerge a partir dos anos 1970. Wood e Flinders (2014) utilizam o termo “política despolidizada” para falar desse período em que não havia caminhos políticos possíveis para propor debates públicos sobre as questões socio-políticas no mundo. A partir do modelo de Hay (2007), que propõe pensar a politização e despolidização em três esferas — discursiva, social e governamental — Wood e Flinders (2014) conceituam o apagamento do “político” como a não possibilidade de escolha e de debate público, que seria uma das formas que a despolidização social opera. Segundo os autores, a despolidização não deixaria, portanto, de ser uma forma de política.

Ao pensarem a linguagem e a cultura através do conceito de hegemonia em Gramsci, Wood e Flinders (2014) trazem para a (des)politização uma dimensão intencional de disputa de poder entre as esferas da sociedade, em que a forma como os veículos de comunicação atuam influencia na manutenção de lógicas de pensamento e ação social. Os autores discutem como a associação entre as democracias liberais, o capitalismo de mercado e o estilo de vida ocidental teriam a capacidade de expressar discursos hegemônicos sobre o “fim da história”, conforme defendeu Francis Fukuyama nos anos 1990, a partir de uma “política da negação” que nega a

diferença e a escolha como formas legítimas de desenvolver a cultura e a sociedade. Neste caminho, apenas uma forma de atuação política, social, cultural e econômica torna-se plausível e legítima, e o antagonismo perde espaço. Para pensar a relação discursiva desses processos e as interferências midiáticas possíveis, o conceito de hegemonia se faz fundamental.

Cavalcanti (2010) aponta que a formulação inicial do conceito de hegemonia se deu a partir da observação da Revolução Russa e da atuação de Lênin pelo filósofo marxista italiano Antonio Gramsci. Atualmente, os filósofos pós-marxistas Laclau e Mouffe reelaboram o conceito a partir de Gramsci. A principal diferença conceitual entre eles é que Gramsci aplicou a hegemonia para compreender êxitos e fracassos do socialismo, e Laclau e Mouffe utilizam-a para dizer dos antagonismos inconciliáveis da sociedade. A autora conceitua a hegemonia como as formações de consenso na superestrutura das sociedades avançadas, que se manifestam a partir da dominação ideológica no âmbito da cultura, da religião, do direito, do estado, e da mídia, em grande medida.

Pela ótica do discurso de Laclau e Mouffe, em que não há neutralidade na democracia e nem possibilidade de fim dos antagonismos, é possível pensar que os acontecimentos da sociedade e suas relações são influenciados pela forma como são narrados. Nesse sentido, os veículos de comunicação tem um papel primordial. Ao contrário de Gramsci, os autores entendem a reconfiguração da hegemonia como algo que recria lógicas de coerção: “o estabelecimento de uma nova hegemonia requer a criação de novas fronteiras políticas e não a sua desapareição” (Laclau e Mouffe, 2004, p. 16 APUD Cavalcanti, 2010, p.95).

É importante ressaltar que este consenso não é natural, mas perpassa relações desiguais de poder, e serve para determinar e regular a vida social. Quando não há consenso, utiliza-se da força da coerção – uso do aparato repressivo do estado contra manifestações, ocupações e revoltas – para a manutenção de padrões de vida e consumo dos grupos poderosos. A criação de consenso a partir do uso da ideologia como uma ferramenta de dominação é mais eficaz do que o uso da força, pois ao controlar todos os espaços de construção da vida social na superestrutura, é possível influenciar a forma como a sociedade será educada e a qual informação terá acesso, por exemplo. Nesse sentido, perpetuam-se relações de poder nas sociedades complexas sem o uso da força fazendo com que classes dominadas pensem e almejem ser como classes dominantes (Cavalcanti, 2010).

No campo dos estudos culturais, Storey (2006) utiliza-se do conceito gramsciano de hegemonia para refletir sobre como os grupos dominantes têm seus interesses naturalizados, e o fazem incorporando ou negando constantemente as formas de resistência dos grupos

dominados. Essa relação é tida não como uma imposição, mas como natural, e assim se dá a estabilidade social nos contextos em que há opressores e oprimidos. Segundo o autor:

Hegemonia é um conceito político desenvolvido para explicar (dada a natureza exploradora e opressora do capitalismo) a ausência de revoluções socialistas nas democracias capitalistas ocidentais (...). Gramsci usa o conceito de hegemonia para se referir a uma condição em curso, em que uma classe dominante (aliada a outras classes e outras frações de classe) não simplesmente regula uma sociedade, mas a lidera através do exercício de 'liderança intelectual e moral' (STOREY, 2006, p.167)

Para Storey (2006), é preciso ressignificar a hegemonia para que os não consensos, ou antagonismos, sejam convertidos em simples diferenças que não impliquem necessariamente na necessidade de eliminação do outro. Nessa perspectiva, a cultura é um território bastante disputado, pois carrega os valores e os discursos de determinada sociedade, que podem despolitizar ou politizar questões. Sendo a hegemonia então essa constante disputa de sentidos a partir de tensões ideológicas, consideram-se as relações de poder que se estabelecem nos sistemas de mídia. Os estudos culturais, especialmente os britânicos, trabalharam o conceito de hegemonia segundo o aspecto da visibilidade proporcionada por ela.

O privilégio de acessar a arena midiática não é distribuído na sociedade de maneira igualitária, e as próprias tensões que geram negociação entre dominantes e dominados por consenso explicam o espaço para o antagonismo, ainda que pontual, presente nos veículos de comunicação. Observar as formas discursivas e os sentidos produzidos por certos discursos e práticas que tem visibilidade no espaço público são possíveis caminhos para análises teórico-metodológicas que relacionam comunicação, política e movimentos sociais.

Os cuidados terapêuticos do Setor de Saúde, por exemplo, parecem ser práticas que politizam o debate da saúde, bem como o diálogo do Setor ao comercializar produtos a preços populares visando produzir em larga escala, e essas questões vão além de um enquadramento discursivo para a politização, principalmente quando estas conseguem ser pautadas nos veículos de comunicação hegemônicos. É preciso compreender a própria incoerência do sistema midiático, ao permitir oscilações entre o consentimento e a resistência em abrir espaço para a diferença, como um campo de batalha permanente. Pensando a (des)politização como teoria e metodologia, é importante considerar o papel da comunicação, os discursos que esta dá visibilidade, e a forma como o faz, para compreender as dinâmicas de disputa hegemônica entre o governo Bolsonaro e o MST.

2.2 – A (des)politização como um operador teórico-metodológico

Partindo da politização como um processo discursivo – que passa também pelos veículos de comunicação e pelas disputas hegemônicas –, é preciso compreender como a teoria se converte em interação comunicativa, e pode ser pensada metodologicamente ao analisar o diálogo com o outro. A prática das mulheres do Setor de Saúde é atravessada por esta interação, que é discurso e ação na medida em que elas constroem perspectivas de saúde que irrompem pressupostos capitalistas, ressignificam entendimentos de cuidado consigo, com o coletivo e com o meio ambiente, e pensam a saúde também como alimentação saudável, da produção agroecológica – e sem agrotóxicos – e do combate ao agronegócio. Já os discursos do governo Bolsonaro divulgados na imprensa acabam por fechar portas e definir questões de saúde coletiva inibindo o debate e a exposição de contradições a partir da negação de uma possível diferença.

Em primeiro lugar, entende-se que essas mulheres politizam algo a partir de um lugar que a priori não era entendido como politizador por ser marcado pela questão de gênero, do cuidado como feminino, e do estar no mundo enquanto responsáveis por este cuidado. Socialmente e historicamente, o cuidado está ligado às mulheres e o MST não poderia destoar da sociedade brasileira que o envolve, e essa relação direta se torna ainda mais visível na predominância de mulheres no setor de saúde. A chave dessa análise é a construção de uma agenda política a partir desse lugar (BIROLI, 2018). Nesse caso, o antagonismo em questão passa também pelas questões de gênero, já que o agronegócio é predominantemente masculino e os ataques de Bolsonaro tem características misóginas.

Conforme abordado anteriormente, a literatura de politização e despolitização conceitua essa relação mútua a partir de um período histórico em que a democracia já é mais socialmente convincente. Wood (2016) sugere que essa relação seja pensada como uma agenda de pesquisa multinível, em que teoria e metodologia se complementam ao analisar fenômenos sociais. Wood e Flinders (2014) pensam os ciclos de crise existentes desde a virada do Século XXI. Nomeados como “pós-democracia”, “o inverno democrático”, “o fim da política”, “o mal-estar democrático”, estes podem e devem ser analisados nos âmbitos governamental, social e discursivo, como descrito anteriormente. Contudo, é preciso considerar como pressuposto metodológico que Wood e Flinders (2014) deixam lacunas ao pensar a proposta de Hay (2007), e, portanto, essas propostas de categorias não são únicas e nem excludentes. Segundo os autores, é preciso pensá-las como concêntricas, ou sobrepostas, a fim de não hierarquizá-las ou delimitá-las, mas entender suas teias complexas de relações.

Com fins de delimitar melhor a análise proposta, pretendo focar a discussão teórico-metodológica nos tensionamentos que colocam a saúde coletiva dentro ou fora do reino do fato, do normativo e da imutabilidade, ou seja, nos atravessamentos que se dão na esfera discursiva. Porém, inquietações quanto à absorção por parte da esfera governamental de questões politizantes ou despolitizações, e a própria mobilização da sociedade em torno destes temas para além do MST ou de Bolsonaro também foram consideradas. Sendo discurso e prática aspectos que se sobrepõem, a coletivização das discussões sobre saúde no âmbito do direito humano fundamental estabelece compreensões coletivas para além dos discursos, politizando a questão através da responsabilização do estado e da desnaturalização da falta de acesso básico a um direito.

Mais do que discussões teóricas, politização e despolitização são uma proposta metodológica de tradução das discussões acerca da crise democrática e do avanço neoliberal em operadores que permitam uma análise do movimento político do MST, que se contrapõe à onda anti-política pós-guerra fria, em relação aos posicionamentos políticos de Bolsonaro no contexto atual. Considerando a política enquanto prática cotidiana, para além da esfera governamental de tomada de decisões, discurso e ação servem para conectar os esforços de análise na face discursiva, em relação com a esfera social, sem desconsiderar as interseções com a esfera governamental.

Essa pesquisa pretende contribuir para a desconstrução de visões pejorativas acerca do MST. Os movimentos sociais são produtores e geradores de conhecimento e este é também político, pois contribui em certa medida para transformar uma dada realidade e não pode ser tratado como neutro, tecnicista. Construir conhecimento sobre os movimentos sociais é pensar em pesquisas que tenham um viés prático, ligado ao cotidiano dos sujeitos implicados, e sirvam para conhecer dada realidade, a fim de ampliar os horizontes para intervir na mesma (ARROYO, 2007). Para isso, pesquisamos as práticas do MST em duas regiões, além de notícias sobre o Movimento e o governo Bolsonaro.

É importante considerar a relação dialógica do MST e de Bolsonaro com a sociedade a partir das pautas de saúde coletiva para entender como a questão é identificada e naturalizada ou desnaturalizada. Através das entrevistas, objetiva-se compreender algumas das dinâmicas de como se constrói o entendimento interno do MST sobre os conceitos e como se dá a passagem da pauta interna para o público externo no contato com a sociedade.

As entrevistas com o Setor de Saúde do MST, bem como as análises das reportagens sobre o governo Bolsonaro e dos textos do site do Movimento foram feitas considerando os multiníveis do conceito de (des)politização de maneira não hierarquizada. Como foco, serão

abordadas noções que atravessam principalmente a dimensão discursiva da politização, mas cabem também à social e governamental. Considerando estes aspectos, é preciso delimitar os métodos de análise.

2.2.1 – Corpus

O diálogo com militantes do Setor de Saúde das áreas do MST do Sul de Minas e do Vale do Rio Doce é central para entender a relação com a sociedade nas regiões e na pauta nacional a partir do posicionamento institucional do Movimento, bem como a coleta e análise dos discursos de Jair Bolsonaro que foram publicizados na imprensa. No caso do Setor de Saúde, os posicionamentos acerca da saúde coletiva e temas correlatos foram obtidos a partir da análise do site do MST e de entrevistas com militantes dos setores das regiões.

O setor de saúde atua dentro da organicidade do MST e, portanto, possui uma representação política que atua na direção do setor em cada uma das regionais onde existem ações concretas de saúde funcionando. As regionais do Vale do Rio Doce e do Sul de Minas estão entre as mais atuantes: nos locais, o setor se alia ao conjunto do Movimento e ajuda a construir as áreas de acampamento e assentamento a partir de suas práticas, além de terem reuniões e atuação constante, com produção diversificada – chás, pomadas, etc – e coletivos organizados.

Em termos de conteúdo do site do MST, foram consideradas as notas oficiais, as reportagens temáticas aprofundadas e os artigos de dirigentes, desconsiderando notícias sobre ações e eventos relacionados aos temas. A coleta sobre Bolsonaro considerará uma amostra representativa quantitativa das reportagens identificadas no cruzamento de dados a partir do ranqueamento do buscador *GoogleNews* no período. Foram considerados textos publicados entre os dias 01 de outubro 2018 (segundo turno das eleições presidenciais), e 31 de janeiro de 2020 (um ano de governo Bolsonaro) em ambos os casos.

Para minimizar riscos durante o trabalho de campo junto ao MST, algumas medidas foram adotadas, são elas: submissão do trabalho ao comitê de ética; autorização para a pesquisa por meio de carta convite das lideranças das comunidades estudadas; contato prévio com as participantes da pesquisa antes das entrevistas. Além destas, durante as entrevistas, outras medidas foram adotadas: explicar para todas as participantes da pesquisa sua finalidade e garantir que as entrevistas pudessem ser pausadas a qualquer momento para minimizar possíveis constrangimentos das mesmas; disponibilizar os resultados da pesquisa com as comunidades da maneira mais conveniente para as mesmas (por meio de documento impresso, rodas de conversa, e-mail, entre outros).

Como possíveis benefícios da pesquisa para o Setor de Saúde, se enquadram a possibilidade de dialogar sobre as temáticas do Setor a partir de uma mirada externa e de reflexões coletivas em relação às posturas do governo Bolsonaro, ampliando horizontes para pensar as questões de saúde em seu potencial comunicativo e político. Além disso, esse trabalho possibilitou um levantamento das práticas das bruxas sem terra de maneira sistematizada, contribuindo para a documentação e organização de uma parte da história do MST.

Sendo assim, se configuram três movimentos de análise, onde: 1) se consideram as declarações de Jair Bolsonaro e de representantes do governo acerca das questões de saúde coletiva – meio ambiente, agrotóxicos, questão agrária – a partir da coleta de reportagens; 2) se consideram os discursos oficiais do MST de maneira qualitativa (utilizando-se de trechos do site para pensar as reflexões obtidas em campo), e quantitativa (a partir da chuva de palavras com os textos selecionados); e 3) se considera a conformação dos discursos da militância do Setor de Saúde a partir das duas regionais de Minas Gerais onde as práticas se dão de maneira mais incisiva – Sul de Minas e o Vale do Rio Doce – a partir de entrevistas sobre os temas englobados por este trabalho no campo da saúde coletiva.

2.2.2 – Métodos de análise

Conforme citado acima, os conceitos de politização e despolitização são abordados como uma possibilidade metodológica. Contudo, os estudos dessa abordagem ainda são recentes, conforme explicita Wood e Flinders (2014), e poucas abordagens metodológicas relacionadas a movimentos sociais e à comunicação foram experimentadas. Um dos trabalhos que propõe uma estrutura analítica mais abrangente é o de Flinders e Buller (2006), contudo as dimensões discursivas e sociais ficam em segundo plano, pois a ênfase do trabalho é excessivamente governamental e centrada no Estado. (WOOD E FLINDERS, 2014)

Por não existir um desenho operacional que seja adequado para esse tipo de análise que relaciona dinâmicas politizantes e despolitizantes em contraposição, pretendo adotar as perspectivas dos trabalhos de Maesele et al (2015) e Kenis e Mathijs (2014). A fim de construir uma proposta metodológica que seja coerente com uma análise de governo e movimentos sociais centrada nas dimensões discursiva e social, que considere as especificidades brasileiras, como a questão agrária e ambiental do país, já descrita, apresento a análise dos autores como ponto de partida de minha proposição metodológica.

O movimento metodológico de Maesele et al (2015) é construído para analisar a ação direta do Field Liberation Movement (FLM) em um campo de testes de batatas transgênicas vinculado a um consórcio belga de institutos de pesquisa e à BASF, empresa alemã do ramo

químico. O foco é a cobertura jornalística da imprensa local na região de Flandres, na Bélgica. A partir de reportagens de dois jornais generalistas de elite e um jornal alternativo, é possível perceber como os meios de comunicação podem contribuir para processos de politização ao impedir o debate democrático sobre questões de interesse coletivo, e como ações de denúncia de movimentos sociais podem ser despolitizadas sob o viés da suposta “violência” ou da “radicalização” no método que estes utilizam para fazer denúncias.

O anúncio de construção da chamada “batata do futuro” fez com que o FLM se mobilizasse com o objetivo de libertar os campos das sementes geneticamente modificadas, através da ação direta de destruição das mudas transgênicas e substituição das mesmas por variedades orgânicas. Na construção da ação, movimentos ambientalistas institucionalizados se recusaram a participar, houve uma contra-anúnciação por parte de parte da comunidade científica sob a bandeira do “Save our Science”, uma pesquisadora que apoiou o protesto acabou demitida da Universidade de Leuven, o FLM foi premiado, e 11 manifestantes foram condenados em 2012 por vandalismo, agressão e conspiração, com pena de 6 a 8 meses de prisão.

A pesquisa parte da análise de três veículos jornalísticos, os jornais tradicionais De Morgen (tido como progressista) e De Standaard (que já foi explicitamente católico e hoje se diz de centro); e o jornal alternativo e não comercial De WereldMorgen. Para interpretar e categorizar a cobertura jornalística dos veículos, os pesquisadores utilizam três “fault lines” (linhas de falha, ou simplesmente enquadramentos), são eles: o tecno-ambiental, o econômico e o democrático-institucional.

Segundo os autores, no caso analisado, deve-se considerar três elementos-chave nas notícias: (i) “Fatos” ou “alegações de verdade”, (ii) fontes ou “agentes de definição” e (iii) inferências extraídas da ação política. Para isso, Maesele et al (2015) consideram os enquadramentos (organização dos discursos a partir de certa perspectiva); as posições (os atores em relação uns com os outros, e quem é enquadrado como autoridade epistêmica); e as estratégias de legitimação (justificativas e sanções de uma demanda, ação ou poder).

A partir da dimensão antagonística da questão ambiental e os OGMs em Flandres, Maesele et al (2015) investigam processos de (des)politização nas discussões ambientais. O caso é interessante pois suscita reflexões sobre a tese pós-política de que discurso e política ambiental se caracterizam principalmente por processos despolitizantes (Kenis e Lievens, 2014; Swyngedouw, 2007, 2010 APUD Maesele et al, 2015). A relação entre a despolitização do discurso ambiental se dá ao pensar gestões tecnocráticas ou a ação moral de indivíduos,

desconsiderando aspectos como a ecologia e promovendo uma visão consensual da natureza, por exemplo.

Como exemplos da relação entre (des)politização, comunicação e meio ambiente, Maesele et al (2015) trazem que o enquadramento tecno-ambiental se fundamentou nas comparações assimétricas com outras formas de agricultura e no argumento de que os melhores cientistas apontariam para uma guerra inútil da batata; o enquadramento econômico trabalhou a naturalização do desenvolvimento em prol do progresso; e o enquadramento democrático-institucional trouxe a relação entre liberdade de expressão, desobediência civil, violência e democracia.

Sobre a comunicação, Maesele et al (2015) ressaltam a cultura ideológica dos meios de comunicação como algo relevante em termos comerciais, e que é preciso entender as preferências e premissas ideológicas em jogo e a (des)politização discursiva destas. Sendo assim, as relações estruturais de assimetrias de poder, os conflitos e as questões econômicas podem caracterizar a forma como os veículos de comunicação conduzirão suas coberturas jornalísticas. Os autores utilizam-se do conceito de ideologia a partir da hegemonia para pensar como certas preferências são politizadas ou despolitizadas a partir do discurso dos veículos de comunicação, já que estes também fazem parte das estruturas que reforçam hegemonias.

Como resultado da análise, os autores apontam que os jornais de característica mais comercial desencorajam um debate democrático sobre liberdade de expressão no relato inicial da ação direta, pontuada como violenta e antidemocrática. Apenas o jornal alternativo apresenta a questão de maneira sistêmica, multifacetada, não permitindo enquadramentos precisos. Segundo Maesele et al (2015), ainda que ambos os jornais apresentem discursos politizadores, é apenas no veículo não comercial que a agricultura é posta em debate para que o modelo político-econômico de organização da produção de alimentos fosse repensado, questionando o modelo hegemônico de produção.

No estudo de Kenis e Mathijs (2014), a rede Climate Justice Action (CJA) é utilizada como objeto para pensar a repolitização do debate sobre as mudanças climáticas na Conferência das Nações Unidas, que ocorreu em Copenhague, na Dinamarca, em 2009. Como formas de repolitização, os autores ressaltam que a rede torna visíveis questões tidas anteriormente como invisíveis, e projeta no imaginário futuros alternativos para a questão ambiental. Kenis e Mathijs (2014) utilizam a pesquisa-ação, a análise documental e as entrevistas em profundidade para abordar os conflitos em torno da questão ambiental e os meta-conflitos (categoria da análise que diz do empenho do movimento em construir discordâncias e anunciá-las em ações que abordavam a própria condição pós-política). A operacionalização do conceito de

(des)politização se dá em três movimentos de análise da CJA e do discurso hegemônico: verificar como estes enquadram o problema da mudança climática (tido como questão científica ou política social), compreender as estratégias para mudança propostas e entender como estes apontam visões e alternativas de futuro como projeto de solução para o conflito.

Assim como no trabalho de Maesele et al (2015), as abordagens de Rancière e de Laclau e Mouffe aparecem em Kenis e Mathijs (2014) para pensar os fenômenos de (des)politização, sendo no primeiro caso um conceito relacionado à desidentificação e subversão da partilha do sensível e no outro pensando o político como a pluralidade na divergência. Os autores apontam que as práticas contra-hegemônicas de Mouffe (2000, 2006) – ligadas tanto aos veículos de comunicação não-comerciais quanto aos movimentos sociais – corroborariam para a construção de uma alternativa futura à ordem existente. Os autores fazem uma relação entre o discurso hegemônico e os enquadramentos para afirmar que muitas vezes a chave da despolitização da mudança climática está em abordá-la enquanto uma questão científica, e que, ao politizar, os movimentos sociais apontam os conflitos do modelo capitalista, mas tem dificuldade em propor um projeto pós-capitalista.

A fim de pensar em operadores para este conceito que se apliquem ao contexto brasileiro, e às faces social e discursiva da (des)politização, parto do método analítico de Maesele et al (2015) para observar as notícias da imprensa sobre o governo Bolsonaro e as controvérsias ambientais, e da perspectiva de Kenis e Mathijs (2014) sobre movimentos sociais e meio ambiente para analisar o MST. A análise, baseada nos apontamentos dos dois estudos citados, se dá a partir da coleta dos discursos do governo Bolsonaro na imprensa; coleta realizada no site do MST; e das entrevistas com as dirigentes do setor de saúde. Essa amostra representativa de dados permitirá traçar um panorama que relacione politização e despolitização no cenário da saúde coletiva envolvendo os dois atores sociais analisados. Sendo assim, apresento os operadores analíticos utilizados:

Maesele et al (2015)	Kenis e Mathijs (2014)
Estratégias de legitimação – como atores sociais reforçam com argumentos seu posicionamento	Estratégias de mudança – como atores sociais tensionam debates para propor mudanças
Posições – como os atores sociais se colocam no conflito	Visões de futuro – como os atores sociais constroem futuros possíveis em seus discursos e práticas
Enquadramentos – causas (de onde vem o problema; natureza) + soluções (quais caminhos/respostas para resolver) + julgamentos morais (implicações de cunho moral que existem na questão)	

QUADRO 2: Operadores Analíticos. Fonte: A autora, 2021.

Com base nos operadores apresentados anteriormente, a análise de conteúdo se deu a partir de uma metodologia quanti-qualitativa, em que teoria e empiria se mesclam. Foram

utilizadas diferentes estratégias: estatísticas descritivas; exploração qualitativa dos achados; e métodos digitais, particularmente o uso das nuvens de palavras e linhas do tempo. Além destes, propôs-se também uma historicização do setor de saúde e de gênero do MST a partir do levantamento bibliográfico e da análise documental.

Por conta da pandemia de Covid-19, parte das entrevistas com o MST foram realizadas virtualmente, tomando as medidas de saúde necessárias, a depender das pessoas entrevistadas. A partir de um roteiro semiestruturado, englobando os eixos de saúde coletiva e suas relações, as bruxas sem terra do Sul de Minas e do Vale do Rio Doce discutiram os atravessamentos e as intencionalidades políticas existentes em suas práticas. Este método possibilita uma dinâmica de entrevista em que a pessoa entrevistada conduz e aponta questões para a pesquisa a partir de eixos pré-definidos, mas não enrijecidos. Sendo assim, apresento o quadro metodológico da pesquisa:

Corpus	Quantidade	Amostra	Local de Coleta	Objetivo
Discursos do governo Bolsonaro	Total: 20 (Presidente, Ministros, técnicos, etc)	Out/2018 a Jan/2020	Site a partir da ordem de relevância do <i>GoogleNews</i> (10pgs) Total: 266, Seleção: 60	Perceber como os discursos do governo e seus membros se articulam com o tema dos agrotóxicos expressando posições institucionais a partir de suas falas
Discursos oficiais do Movimento	Total: 101; Seleção: 28	Out/2018 a Jan/2020	Site do MST (mst.org.br)	Perceber como os discursos se articulam no site e suas relações com a prática cotidiana, e quais os posicionamentos institucionais do MST sobre a saúde coletiva e as relações com a questão de gênero
Entrevistas MST ⁴¹	Total: 7 (3 VRD e 4 SDM)	Uma dirigente por regional + coletivo	SDM (Campo do Meio) e VRD (Governador Valadares e região)	Apreender as percepções da militância do Setor nas regiões sobre os temas ligados à saúde coletiva, sobre suas práticas, e sobre a política, e a questão de gênero.

QUADRO 3: Quadro metodológico. Fonte: A autora, 2021.

O desenho metodológico da pesquisa é construído de modo a conecta os discursos e as práticas dos atores sociais analisados com a operacionalização do conceito de (des)politização. No capítulo 2, apresentei as relações entre teoria e metodologia propostas pelo presente trabalho a partir das conexões entre a (des)politização, a hegemonia e a comunicação, dos métodos analíticos e de seus operadores. No capítulo 3, os aspectos teórico-metodológicos apresentados

anteriormente se conectam com a análise dos dados em relação aos agrotóxicos no governo Bolsonaro e no MST.

Notícias (que engloba matérias regionais, Brasil, Sociedade, JN e Checagem), Direitos Humanos e Economia (que engloba Mercado). Destas, as mais recorrentes são Agro (51,6%), Notícias (28,3%) e Política (13,3%). As editorias de Direitos Humanos e Economia representam 3,3% cada.

Dentre as 77 fontes citadas diretamente nas matérias coletadas, 56 não são do governo, porém, as 21 fontes do governo são bastante diversas. Além de Jair Bolsonaro, aparecem nas entrevistas a ministra Tereza Cristina (Mapa), os ex-ministros Ricardo Salles (ex-MMA) e Ernesto Araújo (ex-MRE), além de quadros técnicos dos ministérios e das instituições de governo, como a Anvisa. Entre as 10 fontes com mais citações, 7 são do Governo, 1 é ativista ambiental e 2 são instituições de ensino.

Com 17 citações, o Mapa é a fonte que mais aparece, seguido de Tereza Cristina (15) e Jair Bolsonaro (12). Dentre os quadros técnicos, estão a Anvisa, que aparece 9 vezes, seguida de Renato Porto (08), Diretor de Relações Institucionais da instituição, e Carlos Venancio (07), que até fevereiro de 2020 era chefe do Departamento de Sanidade Vegetal e Insumos Agrícolas, pasta da Secretaria de Defesa Agropecuária do Mapa, responsável pela liberação de agrotóxicos. Marina Lacôrte, do Greenpeace, aparece 5 vezes, e Luiz Claudio Meirelles (Fiocruz), Ricardo Salles e Larissa Bombardi (USP) aparecem, respectivamente, 4 vezes.

A maioria das matérias (51,67%) é sobre a aprovação dos agrotóxicos. Os outros temas que aparecem são polêmicas ligadas à Anvisa (4,8%), matérias ligadas à produção e comercialização de alimentos e à questão ambiental (3,6%, respectivamente). A composição de ministérios, a questão indígena, a regularização fundiária, as relações comerciais internacionais, a questão da fome no Brasil e os conflitos na base do Governo aparecem no máximo duas vezes cada e representam menos de 2% das ocorrências.

Com base no arcabouço teórico-metodológico proposto, a análise ocorre em dois movimentos: o enquadramento e a (des)politização. Para compreender o enquadramento, observamos as causas, as soluções e os julgamentos morais presentes nas falas do governo Bolsonaro. Já a análise da (des)politização parte das posições e das estratégias de legitimação. Para compreender estes movimentos, faz-se relevante analisar previamente a disputa simbólica de termos e nomenclaturas para os agrotóxicos, que aparecem tanto nas matérias jornalísticas, quanto no novo marco regulatório para a classificação dos agrotóxicos, proposto pelo Governo.

3.2 – Disputa de nomenclaturas

3.2.1 – O novo marco regulatório de classificação dos agrotóxicos

No dia 23 de julho de 2019, a Anvisa aprovou um novo marco regulatório de classificação de agrotóxicos, que substitui a nomenclatura padrão por termos mais brandos,

como no caso de alguns agrotóxicos que passam da classificação de ‘altamente tóxicos’ para ‘moderadamente tóxicos’ e de ‘pouco tóxicos’ para ‘não classificados’. Além da alteração na redação das classificações vermelhas, amarelas e verdes dos agrotóxicos, o novo marco também retira o termo ‘veneno’ do indicativo visual das embalagens, conforme aponta o infográfico do portal Agrosaber:



FIGURA 11: Novo Marco Regulatório dos Agrotóxicos. Fonte: Agrosaber, com informações da Anvisa em 24/07/2019.

Além do novo marco regulatório e da constante tentativa de alteração do termo ‘agrotóxico’ através dos discursos, a bancada ruralista e Jair Bolsonaro pautam a liberação massiva de agrotóxicos e alteração nas legislações desde o início do governo, e em 2021 voltou a tramitar o Projeto de Lei 6.299, que altera a legislação dos agrotóxicos no Brasil, mesmo diante da pressão de diversos setores da sociedade e dos movimentos sociais.

Uma das principais alterações que a PL 6.299/002, conhecida como ‘Lei de Agrotóxicos’ ou ‘PL do Veneno’, propõe é a substituição do termo ‘agrotóxico’ nos documentos e nas

embalagens dos produtos por ‘pesticida’, ‘defensivo agrícola’ ou ‘defensivo fitossanitário’, que são termos menos conhecidos e que não explicitam os riscos dos produtos. Outro aspecto é a liberação dos agrotóxicos por meio de registro temporário através do Ministério da Agricultura, sem supervisão do IBAMA, atualmente responsável pela fiscalização dos impactos ambientais, e da Anvisa, responsável por fiscalizar os riscos à saúde da população.

Esses agrotóxicos só serão analisados pelas instituições responsáveis se forem tidos como de ‘risco inaceitável’ sob critérios não divulgados pelo Ministério. Outra alteração grave é o registro temporário permitido para produtos que estejam legalizados em pelo menos três países da chamada Organização para Cooperação e Desenvolvimento, de caráter global, da qual o Brasil não faz parte, e em caso de surtos e pandemia, os agrotóxicos passam a não precisar de registro para serem utilizados para contenção de pragas ou doenças.

A estratégia do governo alinha a esfera discursiva à social e governamental ao pautar a alteração dos termos nas suas próprias declarações públicas e também participar da construção de propostas que alterem a forma como os agrotóxicos são vistos perante a legislação brasileira. Partindo deste contexto, faz-se pertinente analisar como a disputa de termos acontece no campo discursivo, nas falas dos membros do governo registradas na imprensa.

3.3 - O governo Bolsonaro e a disputa entre os termos ‘agrotóxico’ e ‘defensivo agrícola’

Ao longo da análise dos discursos do governo Bolsonaro nas matérias jornalísticas, foi possível perceber a preponderância do uso de termos similares para falar dos agrotóxicos. Esse processo aparece de maneira naturalizada, sem explicações sobre o porquê do uso de outro termo, que muitas vezes se contrapõe à forma como o interlocutor - a imprensa - nomeia os agrotóxicos. Além dos termos agrotóxico, produto, defensivo agrícola, pesticida e químico, utilizados pelos membros do governo, aparecem também variações como veneno, ‘produto técnico’ e ‘defensivo agrícola biológico’ por parte de outros atores e da imprensa.

Termo:	Governo	Sociedade civil organizada	Imprensa	Universidades e instituições de pesquisa
Veneno	0	5	4	0
Agrotóxico	12	13	51	7
Produto	17	7	31	1
Defensivo agrícola	6	0	9	1
Pesticida	1	1	15	0

Químico	1	0	7	0
---------	---	---	---	---

QUADRO 4: Disputa de termos. Fonte: A autora, 2021.

Os dados sugerem uma oposição demarcada entre o campo científico, representado pelas instituições de pesquisa e pelas Universidades, e o governo, pois estas usam predominantemente o termo ‘agrotóxico’, contudo, não utilizam o termo ‘veneno’ e não se posicionam, para além dos dados científicos, sobre o seu uso. Outra relação de oposição que aparece é a relação com a sociedade civil organizada, em que o termo ‘veneno’ é visto de maneira mais recorrente. No caso da imprensa, ‘produto’ e ‘agrotóxico’ aparecem bastante, seguidos de ‘pesticida’.

O uso excessivo do termo ‘produto’ pelo governo denota uma relação comercial na agricultura, isentando do debate questões sociais e de saúde, aspecto que aparece bastante nas seções que virão a seguir, que englobam os enquadramentos, as posições e as estratégias de legitimação que compõem a análise da (des)politização no governo.

3.3.1 – Enquadramento

Para a análise dos enquadramentos, fez-se necessário compreender como os agrotóxicos são vistos pelo governo, e como as problemáticas se apresentam de modo a excluir ou dar luz a certos aspectos do tema dos agrotóxicos. Visando identificar os padrões nos discursos do governo e como eles são compostos no texto, conforme apontam Vimieiro e Maia (2011) ao defender um novo procedimento de análise em que o enquadramento se subdivide em seus elementos isolados e é codificado a partir da junção dos mesmos, definimos três categorias como conformadoras do enquadramento: causas, soluções e julgamentos morais.

Dentro dos textos selecionados, aparecem 7 tipos de causas, 6 tipos de soluções e 5 tipos de julgamentos morais para as questões envolvendo os agrotóxicos nas falas de governo. Por definição, as causas são entendidas como as razões pelas quais uma questão está exposta no debate público, e as soluções por sua vez se tratam de como se propõe resolver dada questão. A análise aponta como característica das causas uma constante tentativa de normalização dos agrotóxicos, a partir da lógica do ‘Não problema’, ou das causas naturais, ligadas à natureza que possui pragas que interferem na agricultura, por exemplo. Destaca-se também a causa institucional, que reduz a questão à burocracia e aponta para a ineficiência de governos anteriores. As causas são definidas como:

Causas:	Definição:	Exemplo:	Qt.:
Não problema	O governo não identifica problemas em relação ao tema abordado na matéria e, portanto, não o responde, o nega ou o simplifica.	“Não existe ainda outro produto que substitua o glifosato”	19
Natural	O governo identifica um problema, mas ele está ligado à natureza, e as pragas agrícolas aparecem como inevitáveis, só sendo possível evitá-las com o uso de agrotóxicos	“O que determina o consumo é a existência ou não de pragas, doenças e plantas daninhas.”	4
Institucional	O governo entende a não liberação de agrotóxicos como ineficiência, burocracia e/ou falta de pessoal.	"Era a grande reclamação: dez anos para se liberar uma molécula"	17
Ideológica	O governo conecta a causa do problema a objeções políticas e/ou ideológicas	"Nós temos no estado do Amazonas, hoje, a maior parte tomado por reservas indígenas (...) entre outras políticas ambientalistas que, em parte, prejudicaram o crescimento do nosso Brasil."	10
Legal	Subversão do problema, que passa da aprovação para a regulamentação, a fiscalização, as regras, as leis, etc.	“esse produto muito provavelmente entrou de maneira ilegal, está sendo usado de maneira errônea e causou a morte das abelhas”	10
Individual	O governo desloca a questão para o trabalhador rural, que precisa aprender a aplicar, se intoxica por falta de treinamento, etc	“A principal conclusão da reavaliação é que o glifosato apresenta maior risco para os trabalhadores que atuam em lavouras e para as pessoas que vivem próximas a estas áreas”	7
Econômica	O governo coloca a discussão atrelada ao preço dos agrotóxicos, à falta de oferta, etc.	"As aprovações de novos produtos técnicos equivalentes significam que novas fábricas estão autorizadas a fornecer ingredientes ativos (...), possibilitando um aumento na concorrência no fornecimento industrial destas substâncias"	5

QUADRO 5: Enquadramento Causas Bolsonaro. Fonte: A autora, 2021.

Bastante relacionadas com as causas, as soluções apresentam categorias de análise similares, diferenciando-se apenas na solução técnica, que muitas vezes está associada às causas ideológicas, e na ausência de uma solução direta para as causas naturais. Além das descritas abaixo, foram encontradas duas notícias em que o discurso de ódio aparece como uma solução para as questões de governo:

Soluções:	Definição:	Exemplo:	Qt.:
Não problema	O governo não identifica problemas em relação ao tema abordado na matéria e, portanto, não o responde, o nega ou o simplifica, apontando para o uso de genéricos e a modernização, entre outros.	“Não existe ainda outro produto que substitua o glifosato”	20
Institucional	A solução para o problema tem relação com desburocratizar, ter eficiência	“O Ministério da Agricultura afirmou que o produto estava na fila para registro no Brasil havia 10 anos.”	11
Legal	Solução ligada à mudança de normas e classificações; flexibilização	“Segundo técnicos do Ministério da Agricultura, essa lei garante que, de lá para cá, as doses de	18

		ingredientes ativos vêm sendo reduzidas porque os novos pesticidas são mais eficientes e menos tóxicos”	
Comportamental	Solução de responsabilidade individual: cuidado para a aplicação correta e segurança de quem aplica	"(...) dizia que o produto era tóxico, mas não falava como ele [consumidor] deveria se proteger."	8
Técnica	Solução é trazer o agrotóxico para a gestão do meio ambiente; ser “imparcial”/apolítico; modernizar os agrotóxicos; analisar dados, etc	Critérios "técnicos" que eram barrados em governos anteriores por conta de "processo ideológico"	12
Econômica	Argumento de que genéricos são mais baratos; concorrência através dos genéricos; benefícios fiscais, etc	"(...) possibilitando um aumento na concorrência no fornecimento industrial destas substâncias"	8

QUADRO 6: Enquadramento Soluções Bolsonaro. Fonte: A autora, 2021.

Os julgamentos morais são obtidos a partir do levantamento de questões de ordem moral para refutar ou reforçar as causas e soluções de um problema ou questão. Por conta da abordagem predominantemente ‘técnica’ e de ‘não problema’, os julgamentos morais aparecem pouco nas matérias coletadas. Contudo, quando aparecem, eles são marcados pelo discurso de ódio e/ou pelo tom inquisitivo, como na crítica a governos anteriores feita por Jair Bolsonaro: “Se for para entrar em detalhe, em filigranas, eu vou embora. Não estou vendo nenhum magro aqui. Temos problemas alimentares no Brasil? Temos. Não é culpa minha, vem de trás.” Foram encontradas 5 variáveis e a “crítica a outras posições políticas” é a mais recorrente quando os temas em debate são os agrotóxicos e correlatos:

Julgamentos morais:	Definição:	Exemplo:	Qt.:
Crítica a governos anteriores	Diz da morosidade da aprovação dos agrotóxicos ou ineficiência da Anvisa no passado	"Parece que ninguém nunca cobrou essa eficiência do agrotóxico e agora está sendo cobrado também."	3
Crítica à imprensa	Diz da atuação de veículos de comunicação, exposição de dados, entre outros	"[Foi eleito] Sem TV, sem tempo de partido, sem recurso, com quase toda a mídia esculachando a gente, racista, homofóbico, fascista, e seja lá o que for"	1
Crítica à sociedade civil	Questiona as práticas ou a existência de movimentos sociais, ambientalistas, causa indígena, causa quilombola, camponeses, mulheres, entre outros	"esquizofrenia" na discussão / "contra a esquerda e o MST"	5
Crítica a outras posições políticas	Se refere à esquerda ou algum partido ou político em específico, apontando problematização como de cunho político/ ideológico/ perseguição	“arcabouço ideológico”	9
Crítica a outros	Compara o uso de agrotóxicos, seja para	“Ele possui registro na União Europeia e também está autorizado nos Estados Unidos	3

países	afirmar o Brasil como exportador, seja para dizer que outro país usa mais agrotóxicos	desde 2012 (e em análise para uso residencial)”	
--------	---	---	--

QUADRO 7: Julgamentos morais Bolsonaro. Fonte: A autora, 2021.

No total, aparecem 77 soluções nas falas do governo e são apresentadas 72 causas para os problemas ligados à temática dos agrotóxicos. Os julgamentos morais aparecem em 21 trechos de fala selecionados. Como é possível perceber, as principais causas apontadas pelo governo são a ‘causa institucional’ e o ‘não problema’; as principais soluções são o ‘não problema’ e a ‘solução legal’; e os principais julgamentos morais são a ‘crítica a outras posições políticas’ e a ‘crítica à sociedade civil’. Sendo a associação dessas três categorias, o enquadramento contribui para delimitar, ou definir, um problema ou questão, e faz parte das categorias que compõem a análise da (des)politização. De tal forma, podemos dizer que existe a predominância dos enquadramentos do ‘não problema’ e uma abordagem aos agrotóxicos como uma questão ‘legal-institucional’.

3.3.2 – Posições e estratégias de legitimação

Partindo da definição de Maesele et al (2015), os processos de politização e despolitização podem ser analisados segundo os enquadramentos, descritos na seção anterior, as posições e as estratégias de legitimação. As posições são entendidas aqui como estratégias discursivas que dizem da forma como se aborda uma questão ou um problema. Na presente análise, as posições tratam de como o governo se coloca no conflito, podendo ser posições de “negação”, “omissão”, “simplificação”, “relativização” ou mesmo a associação de mais de uma das categorias, e são definidas como:

Posições:	Definição:	Exemplo:	Qt.:
Negação	Dizer que não existem problemas. A negação passa por argumentos de outros sujeitos ou do próprio jornal colocados em contraposição.	“51% dos produtos formulados no mercado não são efetivamente comercializados pelas empresas detentoras do registro”	25
Omissão	Não se posicionar sobre o tema, se abster de responsabilidades, alegar desconhecimento.	“O Ministério da Agricultura foi procurado pela reportagem e suas considerações, se enviadas, serão acrescentadas a este texto.”	7
Simplificação	Reduzir a questão a algo técnico, burocrático, econômico, político ou ao discurso de ódio. Diminuição do problema apontando soluções fáceis.	“O glifosato, para ser banido, precisa ser substituído. Se for usado de maneira correta, com equipamento, diminuí muito o risco”	34
Relativização	Diminuição do problema a partir da normalização da questão e de comparações. Localizar o problema no reino da necessidade, ou em outro órgão ou instituição que não seja de responsabilidade do governo.	“Isso nos ajuda também em comparações internacionais, como verificar produtos condenados em outros países que precisam ser reavaliados aqui.”	26

QUADRO 8: (Des)politização Posições Bolsonaro Fonte: A autora, 2021.

Ao longo das reportagens analisadas, foi possível perceber que o governo Bolsonaro estabelece uma relação de oposição violenta com as vozes que discordam em relação ao uso de agrotóxicos. Uma das formas de estabelecer o tratamento de ‘inimigo’ em relação aos interlocutores, é quando o governo faz uso de ironia para se referir aos opositores, como no caso das universidades e instituições de pesquisa ao apresentarem dados sobre a fome: “se for para entrar em detalhe, em filigranas, eu vou embora. Não estou vendo nenhum magro aqui. Temos problemas alimentares no Brasil? Temos. Não é culpa minha, vem de trás”. Contudo, nem todos os atores sociais discordantes são tratados como inimigos, e a relação com as instituições se apresenta como bastante difusa:

Principal Interlocutor	Argumento Aproxima	Argumento Distancia	Aliado	Neutro	Adversário	Inimigo
Sociedade civil, políticos contra agrotóxico e Mov. Sociais	1	25	0	5	15	6
Universidades e instituições de pesquisa	1	8	1	3	4	1
Atores ligados ao agronegócio	4	0	4	0	0	0
Governo e instituições	1	3	3	0	0	1
Governos e soc. civil internacionais	3	3	1	4	0	1
Órgãos e instituições de justiça	0	3	0	1	1	1
Total: 6 grupos de interlocução	10	42	9	13	20	10

QUADRO 9: (Des)politização Posições Interlocução Bolsonaro Fonte: A autora, 2021.

As estratégias de legitimação se dividiram em 11 categorias que dizem dos argumentos mobilizados para construir e/ou reafirmar posições de governo descritas anteriormente. Para esta análise, foram selecionadas as 3 categorias principais: as analogias simplificadoras, a exploração dos dados e o uso de especialistas do governo. Há sobreposição de estratégias nas falas do governo e, por isso, a ocorrência das três é elevada. As duas primeiras, analogias simplificadoras e exploração dos dados, vem articuladas numa retórica particular, muitas vezes como um questionamento que retruca a questão em debate, ou respostas que simplificam e levam a discussão para o âmbito técnico:

Estratégias de legitimação:	Definição:	Exemplo:	Qt.:
Analogias simplificadoras	Uso de hipérboles; ironias; expressões coloquiais; analogias cotidianas.	“Quem não quer mudar de carro, um carro mais moderno? É o que nós fazemos”	23

Exploração dos dados	Uso de dados que relativizam o uso dos agrotóxicos; negação ou relativização de dados que vão contra o posicionamento do governo. “	“Primeiro passo é: precisa mais dados para saber que desmatamento é esse. Ele acontece aonde, quem são os principais agentes desse desmatamento e sob quais condições? Digo isso porque os dados são muito genéricos”	22
Especialistas do governo	Uso de quadros técnicos e especialistas dos órgãos de governo	Fontes de dentro do MAPA, Anvisa, etc.	14

QUADRO 10: (Des)politização Estratégias de legitimação Bolsonaro. Fonte: A autora, 2021.

Tanto no uso de analogias simplificadoras, quanto na exploração dos dados, se fazem presentes também as políticas de exclusão a partir da lógica da existência de um “nós” e um “eles” a ser combatido. No caso das analogias, pode ser de maneira explícita, com expressões como “tolerância zero”, “contra a esquerda e o MST” e “banditagem no campo”, ditas pelo ex-Ministro Ricardo Salles, ou de maneira implícita, como é o caso da frase “se eu fosse fazendeiro, não vou falar o que eu faria, não, mas eu deixaria de ter dor de cabeça”, dita pelo presidente Jair Bolsonaro.

Sobre a exploração dos dados, o movimento feito pelo governo atua em dois sentidos: desconstruir a argumentação contrária ao uso de agrotóxicos, deslegitimando-a através da relativização dos dados, ou usar dados desconectados e relativizados para reforçar uma visão ou posicionamento de governo. Em alguns casos, os dados servem para criar um cenário que corrobora com as analogias simplificadoras e o discurso de ódio (como, por exemplo, na fala de Jair Bolsonaro sobre a causa indígena: “Eles têm 14% do território nacional. Imagine a região Sudeste, uma área maior que essa já é terra indígena, não é área suficiente?”), e em outros casos, a negação dos dados cria o mesmo efeito de negação das diferenças entre as pessoas (explícito em outra fala de Bolsonaro sobre a questão da demarcação de terras indígenas: “Quantos entre vocês aqui são descendentes de índios? Por que reservar o espaço dentro de uma terra onde você não possa fazer nada sobre ela?”). Em ambos, o uso de perguntas aparece como uma estratégia de conformação do discurso.

Conforme apresentado anteriormente, as posições mais recorrentes são a simplificação e a relativização, seguidas da negação, e as principais estratégias de legitimação, o uso de analogias simplificadoras e a exploração dos dados. A partir dos enquadramentos ‘não problema’ e ‘legal-institucional’, e das posições de governo e estratégias de legitimação citadas anteriormente, construímos a análise da (des)politização observando três pontos principais: a construção da liberação dos agrotóxicos como um ‘não problema’; a responsabilização individual e consequente isenção do governo sobre o conhecimento acerca do uso dos agrotóxicos; e a demonização a partir do discurso de ódio dos que pensam e constroem propostas de agricultura que divergem da visão do governo.

3.4 - Discussão: (des)politização, agrotóxicos e discursos de governo

3.4.1 - Não problema

O chamado ‘não problema’ aparece em todos os aspectos analisados, tanto no enquadramento, quanto nas posições e estratégias de legitimação, e utiliza-se dos dados, dos quadros técnicos do governo, das retóricas e analogias simplificadoras, bem como das perguntas como uma forma de naturalizar o uso e consumo de agrotóxicos, pois não haveria soluções para tal forma de produção agrícola.

Partindo da frase "a despolitização é a tarefa mais antiga da política", de Rancière (1995, 19), Flinders e Buller (2006) apontam que uma das táticas para a falsa neutralidade das decisões de governo é despolitizar os servidores públicos buscando gerar confiança. Essa é uma forma de dizer que não há problema: colocar o debate na voz de especialistas técnicos, como se a liberação massiva de agrotóxicos se tratasse de algo inevitável e que não diz respeito ao debate público.

Segundo os autores, essa exclusão da política enquanto debate e contingência pode se dar também através de mudanças no raciocínio político, como a realocação de funções e responsabilidades de órgãos — muito vista no governo Bolsonaro nas mudanças de pessoal, autonomia e atribuições do IBAMA, da Anvisa, do Mapa, entre outros — ou uso de grupos independentes de especialistas, excluindo o tema da política através da adoção de práticas "racionais" ou "técnicas". Dentre estas práticas, podem se destacar o argumento da modernização e do uso de genéricos que fomentam a economia dos agrotóxicos, ou mesmo o argumento ‘racional’ de que as substâncias já estão sendo usadas.

Um dos movimentos apontados por Flinders e Buller (2006) e identificados no governo Bolsonaro é a despolitização baseada em regras, que são elaboradas da forma mais neutra e universal possível, dando a ideia de que a tarefa do governo é monitorar e ajustar metas sem contingência, ou seja, que não há um problema e, portanto, não há a necessidade de negociação sobre determinado tema, e sim de encaminhamento técnico (Flinders e Buller, 2006). Esse aspecto é visto nas afirmações ligadas à modernização que os agrotóxicos trazem, que desconsideram seus danos ou as vozes de outros sujeitos que também estudam e vivenciam o tema.

Maesele et al (2015) trazem a democracia neoliberal e a constituição das sociedades modernas como traços que corroboram para o entendimento atual das questões ambientais. Segundo os autores, a partir desse aspecto, constitui-se um novo tipo de conflito social em que "atores sociais concorrentes adotam seletivamente reivindicações conflitantes de conhecimento

como recurso material e discursivo na busca de futuros alternativos sustentáveis (p.5)". No caso das disputas de governo, o conflito se dá principalmente pela negação do problema, e a projeção de um futuro não sustentável como a única forma possível de produzir alimentos.

Hay (2006) aponta para a busca pelo interesse material próprio se sobrepondo ao interesse político na exploração do mundo natural como uma forma de despolitização também. Entendendo a política como escolha coletiva, capacidade de agência, deliberação e interação social, dizer que não há problema na liberação massiva dos agrotóxicos seria despolitizar a agricultura, pois os sujeitos não tem opção de se alimentar ou mesmo produzir de outra maneira; não podem agir de maneira discordante sob risco de discurso de ódio e violência; e não há debate que promova interação social e deliberações coletivas sobre o tema.

Pensando agência e política como coextensivas, Jenkins (2011) coloca a despolitização e a politização dentro do campo da contingência, em contraposição ao fatalismo e a necessidade, pois é preciso ter a capacidade de fazer escolhas e promover mudanças. A autora afirma que “a despolitização envolve uma tentativa de remover algo — seja para remover a responsabilidade, a política ou, mais extensivamente, agência humana (p.158)”. Neste caso, vemos a remoção da política enquanto lugar de contingência e agência humana, colocando-a no lugar de ‘não-problema’. No debate da responsabilização individual, é possível identificar a remoção da responsabilidade de governo e a transferência de tarefas, atribuições e culpas.

3.4.2 – Responsabilização individual

Uma das formas mais sutis de (des)politização da aprovação e do uso dos agrotóxicos é a responsabilização individual pelo risco de contaminação na aplicação dos mesmos, que além de colocar sobre os agricultores toda a culpa no caso de algum adoecimento durante a produção de alimentos, também desconsidera os dados ligados ao consumo de agrotóxicos. A mudança de termos, de “classificação de risco” para “classificação toxicológica” dos agrotóxicos, e a constante tentativa do governo de alterar o uso da palavra “agrotóxico” para a expressão “defensivo agrícola”, bem como o uso recorrente de termos como 'produto', que remete à economia e silencia os riscos à saúde ao se referir aos agrotóxicos, também denotam que a localização do problema estaria na forma como se aplica a substância. Ou seja, as pessoas que trabalham na zona rural seriam as culpadas pela própria contaminação. E, de algum modo, essa contaminação não seria um problema, e deveria se resolver no âmbito privado.

Acsehrad (2001) aponta que a função do governo é diminuída através de desmontes de instituições com intuito de reduzir as fiscalizações e demais atividades dos órgãos que causariam problemas aos parceiros econômicos dos governos neoliberais, como a “bancada do

boi” de Bolsonaro, por exemplo. Tentar manter as reservas institucionais para garantir políticas ambientais de estado se torna um desafio já que este se vê enfraquecido. Com essa transferência de responsabilidades de estado para a sociedade civil, deixa de ser função do Mapa a proteção dos agricultores e da sociedade consumidora de alimentos, pois é responsabilidade dos agricultores se cuidar, e os dados sobre o consumo de alimentos com agrotóxicos são negados.

Essa aplicação tática da despolitização, que movimenta a discussão da arena governamental para a social, e da arena social para a privada, pode ser interpretada também como uma técnica defensiva de gerenciamento de riscos desde a despolitização do campo institucional. Esse movimento é feito através da distribuição de cargos e atribuições, e da confiança nos setores privados, no mercado e nas empresas para regularem questões como a segurança ao aplicar os agrotóxicos por um viés tecnicista (Flinders e Buller, 2006).

Para Wood e Flinders (2014), o bem-estar coletivo não diz respeito a apenas o âmbito privado, mas é despolitizado quando colocado como de responsabilidade individual. Essa governança 'delegada' ou 'distribuída' transfere o debate da questão para áreas tradicionalmente menos politizadas. No caso dos agrotóxicos, seriam a organização do trabalho rural e as fazendas ligadas ao agronegócio. Os autores partem do entendimento de que despolitização e delegação de responsabilidades são mais do que estratégias de governo, mas fenômenos da sociedade moderna avançada, para dizer que o declínio do engajamento público e o dinamismo social também contribuem para a transferência de responsabilidades. Nos dados analisados, o uso de analogias simplificadoras aparece como uma forma de ‘não-debate’, que evita o envolvimento da opinião pública.

Na transição entre a 'não questão' e a questão que deve ser resolvida no âmbito privado, o debate dos agrotóxicos no governo separa economia e política, público e privado, trabalho e desigualdade social e principalmente trabalhador e agronegócio, e nesse movimento acaba por excluir a responsabilidade governamental por informar as pessoas sobre os agrotóxicos e, no mínimo, capacitá-las para usá-los. Jenkins (2011) afirma que despolitizar pode ser uma escolha relacionada à não apresentação de alternativas para a proposta do governo, muitas vezes visando destruir o pensamento que diverge, como é o caso da forma de despolitização do governo apresentada a seguir.

3.4.3 – Demonização da diferença

Os dados encontrados em nossa análise indicam que o discurso de ódio proferido pelo governo, especialmente contra minorias, é também utilizado discursivamente para eliminar outros entendimentos e possibilidades de se compreender os agrotóxicos. É particularmente

significativa a existência de uma espécie de enquadramento “moral” em que se combinam causas “ideológicas”, soluções “técnicas” e críticas a governos anteriores, à sociedade civil e a outras posições políticas. Complementando este enquadramento, que não é dominante mas serve em algum sentido de sustentáculo para os enquadramentos principais (do não problema e legal/institucional), temos o uso de analogias simplificadoras (que muitas vezes minimizam o impacto do discurso de ódio aberto e explícito) e a exploração de dados em que se busca utilizar a mesma estratégia dos oponentes políticos (sobretudo pesquisadores e sociedade civil), mas para fortalecer o enquadramento do não problema e a relativização.

Entre os teóricos ligados à (des)politização, pós-política e pós-democracia, Chantal Mouffe é quem se preocupa mais claramente com a repressão do antagonismo (Swyngedouw e Wilson, 2014). Apostando numa forma de democracia radical, Mouffe defende que o antagonismo é inerente às relações humanas e que, ao invés de suprimi-lo, devemos reconhecê-lo como condição de existência do pluralismo nas democracias modernas. O antagonismo está ligado à diferenciação que a autora propõe entre “o político” e “a política”: o primeiro se referindo justamente às diferenças e a existência de contestação e “a política” como “o conjunto de práticas, discursos e instituições que procuram estabelecer a coexistência humana em condições que são sempre conflituais porque são sempre afetadas pela dimensão do ‘político’” (Mouffe, 2005, p. 20). A política, complementa a autora, consiste em domesticar a hostilidade e em tentar transformar a oposição “nós-eles” em um modo compatível com a democracia. Assim, o propósito da política democrática é construir o “eles” de tal modo que os oponentes não sejam percebidos como inimigos a serem destruídos, mas como adversários.

No cenário pós-político, em que imperam os princípios do consenso, neutralidade e técnica, o embate democrático é substituído por uma disputa moral e racionalizante em que somos confrontados com o “certo” e o “errado”, o que transforma qualquer um que discorda em um fundamentalista e/ou radical (Maesele et al, 2015). E, assim, o debate democrático é substituído por considerações tecnocráticas e de mercado e o oponente demonizado e deslegitimado. É este tipo de lógica que permeia a abordagem do problema dos agrotóxicos como “ideológica” e a proposta de soluções “técnicas”.

Chamamos esse enquadramento de “moral” porque a forma como as causas, soluções e julgamentos são apresentados nos levam a uma espécie de escolha entre o “certo” (o governo atual, o mercado e as técnicas mais “modernas” de produção agrícola) e o “errado” (a postura “ideológica” dos incompetentes inimigos políticos e de governos anteriores, quando a Anvisa, por exemplo, nas palavras de Tereza Cristina, não tinha “uma boa vontade” na liberação de agrotóxicos).

Como explica uma das notícias analisadas, Ricardo Salles busca enfrentar o “arcabouço ideológico” do setor e, para isso, defendeu em seu material de campanha para deputado federal em São Paulo a “tolerância zero” e o uso de armas “contra a esquerda e o MST” e a “bandagem no campo”. Seus oponentes, nesse sentido, são inimigos a serem literalmente destruídos, e a violência aparece de maneira naturalizada.

3.5 – Análise dos dados: o MST, a saúde e o combate estrutural aos agrotóxicos

Ao analisar o MST, objetivo compreender a (des)politização como operador teórico-metodológico que serve para pensar a organização político-social das bruxas sem terra. Foram coletados dados a partir de entrevistas semiestruturadas com sete mulheres do Setor de Saúde do MST - sendo três da região do Vale do Rio Doce, e quatro do sul de Minas - e das matérias do site do MST que continham aspas de pessoas ligadas ao debate dos agrotóxicos no Movimento. A partir da codificação através das categorias de enquadramento e politização, melhor aplicadas ao site do MST, e dos eixos temáticos das entrevistas com as mulheres sem terra, organizo os dados de pesquisa de maneira combinada, e identifico as entrevistadas de maneira numérica a fim de preservar suas identidades.



FIGURA 12: Setor de Saúde MST VRD e SDM. Créditos: Agatha Azevedo.

A coleta das notícias do site do MST seguiu o mesmo critério temporal da coleta das notícias da imprensa sobre o governo, englobando de outubro de 2018 até janeiro de 2020. Em um primeiro momento, foram identificados 101 materiais da aba de notícias do site do MST, a

partir das categorias ‘agroecologia’, ‘saúde’ e ‘agrotóxico’, contudo, com o critério de exclusão que envolveu a separação dos textos que não eram de autoria própria, e que não continham citações diretas, restaram 28 conteúdos para análise. A partir da discussão de repolitização na ação do movimento Climate Justice Action (CJA), uma rede de movimentos, grupos e indivíduos ligados à luta climática, os autores Kenis e Mathjis (2014) apontam para o risco que a pós-política traz de que vozes alternativas continuem sendo inauditas.

No estudo de caso apresentado, a luta política concreta sobre um tema específico e a meta-luta por uma política genuína se mesclam nas reivindicações de um todo coletivo, e os autores apontam dois modelos para pensar a repolitização: um em que o político está no espaço plural de encontro entre diferentes projetos; e outro em que a politização aparece no resultado de atos de desidentificação e subversão. Interessa aqui compreender a discussão dos autores para pensar alternativas de não captura do futuro, a partir de estratégias de mudança e propostas de solução para as questões que rumam à politização.

Nessa seção, apresento como o Setor de Saúde constrói seu discurso, partindo do debate de gênero e do termo ‘bruxa’ no setor como centrais para compreender a estratégia política do MST no combate aos agrotóxicos. Esses dados, extraídos a partir das entrevistas, aparecem nas seguintes subcategorias: Cotidiano; Agroecologia; Gênero e cuidado; e Ação Política.

Nos textos selecionados do site do MST, foram identificados seis subtópicos, são eles: eleições e questão ambiental (aparece 1 vez cada); agrotóxicos (aparece 2 vezes); educação (aparece 6 vezes); saúde (aparece 8 vezes); e agroecologia (aparece 10 vezes). Um dos pontos de destaque é o aspecto da educação, atrelada à formação técnica e política de militantes do MST para atuarem dentro dos princípios de produção agroecológica como preponderante na construção de outro projeto de campo no Brasil. Além disso, nas 28 notícias, aparecem 40 citações, sendo 24 de mulheres, 15 de homens e 1 nota coletiva do setor de saúde do MST.

Entre as 40 citações diretas de membros do MST no site, aparecem pessoas referenciadas como parte da Direção Nacional (04), da Direção Estadual (05), dos Setores de Produção (09), Saúde (07) e Educação (04) e militantes da base acampada e assentada do MST (11). Já nas entrevistas semiestruturadas, destacam-se questões como o conhecimento ancestral em saúde, a importância do trabalho de base no cotidiano e na prática das áreas de acampamento e assentamento, o trabalho coletivo e voluntário em saúde e a relação das práticas de cuidado com a família e com a luta concreta do MST:

lugar da bruxa sem terra como estruturante de uma política da prática no MST. O debate sobre esses temas aparece constantemente interligado, sendo impossível pensar essas relações de maneira isolada. Sem a pretensão de isolar os debates, proponho uma divisão para fins didáticos, que serão melhor articulados na análise dos dados de pesquisa. Sendo assim, as mulheres do Setor de Saúde entrevistadas definem ‘bruxa’ como:

Entrevistada:	Definição de Bruxa:
1	Tenho poder da cura uma vez que eu tenho poder de curar, então ser bruxa é ter poder, esse poder de acumular, esse conhecimento e dispor desse conhecimento também.
2	Eu me sinto muito privilegiada de ser bruxa né, porque as bruxas né, as curandeiras, teve aquele passado triste, e nós somos a resistência dessas bruxas. Então se hoje eu sou bruxa é porque alguém foi bruxa. Minha mãe é uma bruxa com 80 e poucos anos, uma parteira e benzedeira das boas. Eu sou a herdeira da bruxa Mariana, da mariana minha mãe (...), levar o conhecimento que minha mãe me ensinou, que a minha mãe passou pra mim, depois o da organização, hoje é um privilégio. Ser bruxa é ser privilegiada. É dar continuidade na ancestralidade. Minha mãe aprendeu com avó, que aprendeu com a mãe dela, que a mãe dela passou pra ela, que ela ensinou pra mim.
3	Eu acho, é... bruxa muito interessante né (risos). Antigamente as bruxas eram as mulheres que cuidavam do povo né, igual a gente cuida hoje, só que elas eram oprimidas, não podiam cuidar, e hoje em dia, a gente tem meio que isso ainda, mas a gente tem mais liberdade, hoje, de cuidar, dentro do nosso povo assim, a gente pode cuidar, não muito na sociedade.
4	Bruxa para mim é ter essa natureza, essa natureza, tem algo maior regendo ela, e esse algo maior que rege a natureza rege a mim também, rege ao outro também, então nós temos que parar, pensar e sentir que eu e o outro e a natureza somos um só, água, estrelas, a terra, o vento, eu e você somos um só, isso é para mim ser bruxa, é crer em algo superior que está regendo tudo, ele está em mim, ele está em você.
5	Ser exatamente uma bruxa é aquelas mulheres que mexiam com unguento, uma planta, que se identificavam como uma bruxa. Ela fazia um bem, a pessoa sarava, as pessoas achavam que era bruxa, mas não era, elas faziam cuidado e curavam as pessoas, a pessoa recuperava e era isso. Então se curasse era bruxa, coitada, então nós somos bruxas do bem, folclores que falam das bruxas, mas não eram bruxas, eram bruxas do bem. (...) Eu me considero uma bruxinha que faz cuidado, que cura, que tenta ajudar as pessoas, é isso que elas faziam no passado, curar, ajudar as pessoas que estavam enfermas.
6	Eu vou chegar um dia que eu vou me considerar bruxa, eu ainda não me considero bruxa, porque eu não tenho uma ampla visão, porque além da gente saber das ervas, a gente tem que se conectar com elas, e a mãe fala que as ervas têm vida, você tem que conversar com as ervas, você tem que levantar cedo e dar bom dia, pedir licença, tem toda essa questão, essa conexão da mulher com as ervas, né. Vou falar assim: “a mãe é uma bruxa, ela tem essa conexão ali”. Eu já não me conectei ainda, eu acredito que algum dia vou me conectar, né, por agora eu acho que não, e acho muito bonito esse nome “bruxa”.
7	A bruxa para mim é aquela mulher que ela tem conhecimento, né, ancestrais, tem conhecimento da saúde popular, ela não se adapta a esse sistema capitalista, então acho que é um pouco disso. Eu não gosto de falar a palavra bruxa, porque para mim pode ter um significado, pro coletivo de saúde pode ter significado bom, mas pelo sistema, para as pessoas que ainda não tem consciência tem um significado muito ruim.

QUADRO 11: Definição de Bruxa MST. Fonte: A autora, 2021.

3.5.1.1 – Gênero e cuidado

As entrevistas apontaram para a relação híbrida entre cuidado, saúde e gênero. A humanização das relações, a escuta e a troca de cuidados se faz presente também na forma como se pensa a saúde e o enfrentamento aos agrotóxicos:

Entrevistada:	Relação com o cuidado:
1	O cuidado tem muito a ver com as relações também, por exemplo se eu não estou bem comigo, eu não vou ter como estar bem com as outras pessoas. Então esse cuidado depende muito do nosso tipo de existência. O cuidado na prática se resume no se doar, se colocar a serviço das pessoas, nós aprendemos que cuidar do outro humaniza a gente.
2	O cuidado pra nós aqui tem valor muuuito grande, porque foi o que nós aprendemos no início dos estudos, sabe? Porque eu acho também que, como é porque começou com o cuidado, a gente não começou com formação, começamos pela necessidade de cuidado, né?! Cuidou de uma, cuidou da outra, e vendo que outras pessoas tavam precisando.. mas as vezes nem percebe que está sendo cuidada, porque o setor tem essa sensibilidade. As pessoas do setor tem essa sensibilidade de perceber que tem algo de errado com alguém.
4	Pra gente que se dispõe a ter esses cuidados com o companheiro e com a companheira é gratificante, você vai se humanizando e sentindo que o outro se humaniza pelo exemplo, e faz com que realmente o ser humano seja humano, porque ele se coloca no lugar do outro, e eu gosto de ser cuidada, eu também preciso cuidar do outro.
5	Cuidado é falar do agrotóxico, cuidado é você falar que a farmácia e os farmacêuticos não trazem a saúde para você, não querem o seu bem, não querem ver você com saúde, eles querem o seu dinheiro, querem que você seja dependente, e explicar porque a gente pode sobreviver sem necessitar de tantos remédios, tudo que você sente, qualquer dorzinha você vai na farmácia, não tem necessidade disso, a gente pode muito bem viver do nosso próprio quintal, tanto para você comer para sobreviver, tanto para sua saúde.

QUADRO 12: Definição de Cuidado 1 MST. Fonte: A autora, 2021.

Sobre a valorização do cuidado e do Setor de saúde, conforme já trabalhado anteriormente, as mulheres apontam para as contradições do lugar de mãe e esposa. Ao mesmo tempo em que tem-se a consciência de que o patriarcado impõe certos papéis de gênero na sociedade, estes se constituem como via de atuação das mulheres nas áreas de acampamento e assentamento:

Entrevistada:	Relação com o cuidado:
1	Isso vem da mãe, vem das avós, então eu lembro muito da minha mãe também cuidando das pessoas, né, fazendo remédio, benzendo...
2	As mulheres vem com essa... com essa energia né, com essa carga de cuidadora né, da questão da família, e aí só vai chegando mais mulheres, né. E assim, a gente tem um carinho muito grande, pelos companheiros, né. É sempre bem vindo quando tem companheiros no setor, nos coletivos, mas as mulheres sempre se destacam mais.
3	A gente tem mais mulheres no setor de saúde do que os homens, eu acho que as mulheres tem um jeitinho mais de cuidadoras, de mãe também.
4	Tem uma parte que é por causa do patriarcado, né, que já era nós que ficávamos com essa parte de cuidar dos filhos, e além disso a percepção nossa que a mulher lá no passado é quem descobre a plantação, quando os homens saíam para buscar alimento, elas descobriram que a semente que ficava ao redor da casa nascia. Então ela pertence a mulher, e além do patriarcado que já sobrecarrega ela para esse lado, é o lado das possibilidades também da mulher, a sensibilidade dela faz com que ela tenha este lado mãezona de cuidar, de se sentir bem vendo que o outro está bem.
6	Os maridos da gente ajudam, claro que ajuda, só que a gente que está ali na frente de fazer, de cuidar da casa, limpar a casa, cuidar dos filhos, dar remédio, é a gente que sente uma dor ali, só que a gente não deixa se abater, a gente vai fazer as coisas, a gente corre atrás do que a gente precisa.

QUADRO 13: Definição de Cuidado 2 MST. Fonte: A autora, 2021.

3.5.1.2 – Cotidiano

Um dos pontos em comum que as mulheres entrevistadas apresentam é a atuação prática nos territórios de reforma agrária do MST na produção de insumos ligados à saúde, nos cuidados, nas oficinas e nas reuniões para encaminhar os procedimentos básicos do setor nas áreas de acampamento e assentamento. A maioria das mulheres tem dificuldade em detalhar em discursos as suas práticas, e se considera mais ligada à ‘ação’. Outro ponto em comum dessa construção é a constância e o interesse geral que os acampamentos e assentados têm em conhecer as práticas de saúde:

Entrevistada:	Relação com o cotidiano:
1	Conceituando a saúde né: é a ausência de doença, bem estar, é ter aquilo que o ser humano necessita, que é ter terra, ter alimentação boa, ter casa pra morar, ter lazer.
2	Não tem preparação, a preparação é a pessoa ter sensibilidade, com as práticas populares principalmente, é muito comum as pessoas do setor, tem época quem tem um monte de gente, as vezes quando a gente vai fazer alguma discussão em alguma área, aparecem muitas pessoas “aah eu sou da saúde, eu sou da saúde”. Mas no desenvolver ali das reuniões, das práticas populares, as pessoas vão se descobrindo. O trabalho de base do setor de saúde é um trabalho constante, embora a gente é um setor, um coletivo que não obriga ninguém, todo tempo é tempo de você entrar dentro do coletivo de saúde.
3	Quando eu fui pro setor de saúde, quando eu entrei no movimento na verdade, eu tava praticamente desenganada né, eu tomava remédio, o médico já tinha me passado pra um especialista né, eu era dependente de remédio de farmácia, e aí eu comecei a fazer o curso de saúde, aí eu comecei a entender as plantas, que eu amo muito as plantas, eu adoro trabalhar com as plantas, e aí, eu comecei a tomar meus chás né, que aí eu fui curada. Eu sou meia que.. sabe, não sei me expressar, eu sei fazer, mas na hora de falar eu tenho muita dificuldade, talvez tem muita coisa que eu podia ter falado aí, mas ficou guardado aqui, mas assim, eu faço com muito amor e carinho as coisas que eu faço, mas tem hora que eu não sei expressar. Sou mais de fazer do que de falar, sou bem mineirinha assim.
4	É a gente cuidar da saúde antes que apareça a doença, como é se cuidar, se cuidar desde a forma da gente se alimentar, alimentar com produtos sem agrotóxicos em primeiro lugar, os produtos orgânicos em segundo lugar, saber o que comer, saber que está comendo vitamina A, vitamina B, e assim por diante, e tirando o próprio alimento que nós plantamos, nós produzimos, então para nós isso é saúde
5	A saúde coletiva para nós é reunir todas as mulheres, aquelas que identificam em fazer o plantio juntas, fazer uma discussão juntas, sobre as ervas medicinais, fazer um xarope, fazer um chá, fazer uma pomada, ajudar um vizinho que precisa de ajuda, a gente se preocupa e é isso, a gente junta e ajuda umas as outras, quando a gente vai para a horta a gente fala da vida da gente
6	A gente fala ali na horta que a gente não é só as mulheres de quinta-feira que vai para horta e faz o serviço ali, a gente é uma família, e ali enquanto a gente tá tomando café, até quando trabalha carpindo, a gente tá conversando do que a gente passa em casa, desabafa
7	Eu não sei muito, sei um pouquinho que minha mãe ensinou de ervas medicinais, assim, só que eu entrei mais como para ser coordenadora, mais para ajudar ela nessa questão de uma prática de anotações, fazer o caderno semanal do dia a dia, o que plantou, o que não plantou, quantas mulheres veio, anotar tudo certinho

QUADRO 14: Definição de Cotidiano MST. Fonte: A autora, 2021.

3.5.1.3 - Agroecologia

O Setor de Saúde do MST incorpora a concepção do Movimento de agroecologia, que está relacionada à forma de vida e às relações humanas, para além de uma forma de produzir

alimentos. Nessa conexão, aspectos ligados à alimentação e à saúde se fazem presentes na vivência familiar e nos coletivos de saúde nas áreas que as mulheres estão inseridas:

Entrevistada:	Relação com a agroecologia:
1	Minha natureza mesmo é de trabalhadora rural, então já fazia (agroecologia) junto com a minha mãe. Quando a gente preserva o meio ambiente, cuida das nascentes, da água, planta árvore tanto frutífera quanto com sombra, a gente já tá praticando agroecologia.
4	A agroecologia, no dia a dia, para nós tanto é nos informado através de formação, como cursos, como a gente em todas as nossas conversas e em tudo que nós produzimos na horta. A horta é certificada orgânica, então a mulher, já quando começa aqui, ela já começa sabendo o porquê desse trabalho agroecológico, e tendo cursos a gente vai inserindo ela nos cursos para entender como é que se planta agroecologicamente, ou faz essa plantação.
6	Eu acho que contribui por conta da saúde com a horta orgânica, né, então assim, só de ela ser orgânica ela está, sabe, extravasando muita energia, muita força de vontade para poder a nossa horta, depois eu posso te mandar umas fotos, a nossa horta é chique demais, tem erva de todos os tipos, é muito verde.
7	Hoje meu lote tem certificação orgânica já há 5 anos, eu acho que a diferença é muito grande. A gente tem muitas dificuldades, porque a gente não tem esse controle sobre o conhecimento da produção agroecológica, da produção orgânica, mas a diferença que faz quando a gente começa, né, conhecer e praticar a produção agroecológica ela faz muita diferença na vida da gente. Desde os hábitos antigos que a gente tinha de comer e tomar suco de pacotinho, de comer Caldo Knorr, essas coisas. Não precisa disso, o que a gente produz no solo, o alho, o alho poró, cebola, já cumpre a função daqueles produtos e, assim, tem total diferença, e isso a gente vai vendo a partir da saúde, não fica mais gripada, imunidade não baixa, então, assim, agroecologia para mim é isso.

QUADRO 15: Definição de Agroecologia MST. Fonte: A autora, 2021.

3.5.1.4 – Ação Política

Ao debater a ação política do Setor de Saúde, as mulheres entrevistadas apontam para a luta pela manutenção do SUS, pela valorização do conhecimento ancestral e das práticas populares, e também a relação interna do Movimento compreender a saúde como parte estratégica da luta pela terra. Há também uma relação implícita entre a valorização do Setor de Saúde a partir da necessidade dos cuidados em saúde:

Entrevistada:	Relação com a agroecologia:
2	A gente já esteve bem no cantinho às vezes. De um tempo pra cá, a gente percebe que o setor andou dando um salto, aparecendo mais, mais pessoas falando do setor.
4	Desde que nós nos organizamos a gente sente que esse grupo de mulheres, esse trabalho que nós fazemos, esse tomar posse da nossa força de trabalho e politicamente tomando posse dos nossos direitos de estar onde nós estamos, nós temos contribuído bastante, porque tudo e qualquer coisa dessa época para cá, vamos supor, se é uma cooperativa, a mulher está ali 50%, mas ocupando mesmo, não só no papel. A gente foi para dentro dos postinhos (do SUS) com a ideia também de levar as nossas plantas medicinais, fazer esse debate, nas feiras nós também panfletamos a respeito da saúde, a respeito dos cuidados que devemos ter, levando conhecimento para onde nós vamos sobre os nossos fitoterápicos e a nossa comida saudável.
7	Eu acho que politicamente a atividade da saúde hoje já avançou muito, mas eu acho que não é só aqui na região não, isso eu vejo as mulheres falando a nível estadual e a nível nacional, (na sociedade) é muito pouco valorizado, né, a atividade da saúde é tão importante nas lutas nossas, no dia a dia, mas é muito pouco valorizada. O coletivo de saúde é muito chegado na questão da prática, politicamente

ainda precisa avançar muito, muito mesmo, ele só é enxergado na hora necessária.
--

QUADRO 16: Ação Política MST. Fonte: A autora, 2021.

3.5.2 – Enquadramento

Partindo do panorama apresentado acima com base nas entrevistas com as mulheres sem terra do Setor de Saúde das regionais Vale do Rio Doce e Sul de Minas do MST-MG, busco compreender os dados referentes ao enquadramento posto pelo MST sobre o tema dos agrotóxicos, subcategorizado em causas e soluções. Em uma análise qualitativa e quantitativa, que considera os trechos das entrevistas realizadas e as citações do site do MST, aponto quatro categorias de causas e cinco de soluções.

Nas entrevistas, aparecem trechos que referenciam de maneira difusa as categorias de causas, soluções, posições, estratégias de mudança e visão de futuro. É importante salientar que a condução das perguntas se deu no sentido do trabalho interno do Setor de Saúde, sem a pretensão de abordar o posicionamento público do MST sobre a questão, mas como essa relação política se dá no cotidiano das áreas de acampamento e assentamento do Movimento.

Sobre as causas, o destaque é para as chamadas estruturais, em que questões ligadas à hegemonia aparecem com destaque. Nas entrevistas, as questões políticas relacionadas ao golpe de 2016, ao preconceito das instituições com os saberes populares e às disputas ideológicas ligadas ao cuidado se fazem presentes. A entrevistada 07 aponta para um problema sistêmico no campo da saúde: “a saúde convencional e o sistema burocratiza muito o conhecimento popular”. Outro aspecto estrutural que se faz presente nas entrevistas e nas relações políticas e econômicas, que envolve a compreensão do cuidado como político, já descrita no item anterior, é a relação entre os medicamentos e a saúde:

Esses cuidados também têm disputa, tem disputa ideológica e tem disputa política. Porque que eu vou cuidar da pessoa e vou cuidar do doente para ele ficar curado, né? Enquanto ele pode ir lá na farmácia, né, no dono do comércio, do remédio. Ele não vai valorizar (o conhecimento popular), ele não vai ajudar as pessoas a compreender que é importante o cuidado, porque eles precisam comercializar e ganhar muito dinheiro.(Entrevistada 03)

Muito relacionada à causa estrutural está a econômica. No caso do site do MST, aparece predominantemente a relação com o agronegócio e as empresas da indústria de remédios e de alimentos. No caso das entrevistas, o debate estrutural se mescla com o econômico e aponta para a falta de condições para a comercialização da agricultura camponesa, e, portanto, a contradição da necessidade de produzir utilizando o Pacote Verde da agricultura convencional:

O trabalho da agroecologia é um processo muito lento e muito contraditório ainda, a gente sabe, que nem eu falei, a produção, o sistema ele ensinou para gente que a gente precisa produzir muito, né, a gente sabe que a gente precisa de produzir muito, porque se produz pouco o nosso produto, o produto da agricultura familiar já não tem valor para o mercado, e a gente aprendeu que a gente precisa produzir muito para conseguir ter ali um recurso maior um pouco, e agroecologia é muito puxada para auto sustentação, não é para enriquecer, é um sistema que coloca na nossa cabeça, das famílias, das pessoas, que ele precisa produzir para ele enriquecer, então para isso ele precisa abrir mão, né, de uma produção agroecológica para conseguir produzir com química. (Entrevistada 07)

Desta maneira, a questão estrutural atravessa as demais causas na medida em que a causa econômica tem a ver com estruturas de hegemonia, a causa de consumo está atrelada ao fomento da agricultura familiar e camponesa para que esta possa chegar ao consumidor, e a causa legal tem a ver com a forma como o legislativo configura a agricultura brasileira, indicando os agrotóxicos como centrais. Nesse sentido, os dados aparecem dispostos da seguinte maneira:

Causas:	Definição:	Exemplo:	Qt. site:	Qt. entrevistas:
Estrutural	Quando instâncias do poder público e instituições são a favor do agrotóxico; não acesso à educação e políticas públicas	“Não é plausível que, em quatro meses, nós tenhamos a liberação de tantos agrotóxicos”	20	8
Econômica	Ligado ao lucro das empresas e ao modelo de produção no agronegócio e/ou afetação da saúde para fins econômicos	“O Agronegócio tem uma expressiva participação na economia do país, mas, em contrapartida, ele é o principal causador da destruição e envenenamento da natureza, com uma atividade econômica altamente dependente do capital estrangeiro”	9	6
De consumo	Falta de conhecimento das pessoas em relação ao consumo de orgânicos; iniciativa individual de comprar produtos vinculados a outro modelo agrícola	“Já os “coo-agricultores” se comprometem, em pelo menos seis meses, com o pagamento de um valor mensal fixo e a retirada semanal de uma cesta”	3	1
Legal	Ligado às leis, como por exemplo à flexibilização dos agrotóxicos e a PL do Veneno	“Se hoje nós consumimos no RS mais de 8 litros de venenos, com a flexibilização pelo atual governo vai aumentar ainda mais.”	1	0

QUADRO 17: Enquadramento Causas MST. Fonte: A autora, 2021.

Na categoria de soluções propostas pelo MST, bem como na de causas, o Movimento demonstra que sua estratégia tem a ver com a mudança de modelo agrícola, que se opõe à simplificação da questão dos agrotóxicos como meramente ligada à produção em larga escala. Contudo, mesmo ao apontar para a possibilidade de outra forma de produção, a questão econômica e individual aparece:

Você vai vendo que na prática é possível sim as pessoas plantarem sem mexer com veneno, mas assim, é difícil porque as pessoas não tem condições de comprar uma ferramenta, por isso que fica difícil para pessoa manter o orgânico (Entrevistada 02) As pessoas não foram preparadas para cuidar. Então no movimento é uma coisa

diferente porque o movimento é um movimento educador, é um movimento sem terra educador, não é? Nossa luta do cotidiano, na luta política, na luta prática, na luta do dia a dia, a gente já aprende isso, essa questão do cuidado (Entrevistada 01)

Ao pensar formas de resolver o dilema da produção de alimentos com agrotóxicos, além de apontar o quão prejudicial esta é para a saúde, o MST atrela o debate sobre as relações humanas de trabalho, a disputa de modelo de sociedade, a educação, a saúde e a cultura, identificando a necessidade de uma solução estrutural para o problema. Dessa forma, aparece o convencimento individual, na prática cotidiana, ligado à questão da produção agroecológica no próprio Movimento e à articulação com a sociedade e com o âmbito legislativo, sem perder de vista o aspecto estrutural:

Soluções:	Definição:	Exemplo:	Qt. site:	Qt. entrevistas:
Estrutural	Mudança de matriz de produção no campo	“Se existem políticas públicas voltadas para produção agroecológica, automaticamente as condições de trabalho do agricultor melhoram.”	17	2
Produtiva	Ligado a produzir de maneira diferente, propor formas, modelos, etc.	“Quero lutar por um novo modelo agrícola, que não mate diariamente a natureza”	14	3
Social	Mobilização da sociedade e dos movimentos contra os agrotóxicos; consumo de produtos da reforma agrária	“Não devemos ficar parados diante dessa tragédia de envenenamento massivo da sociedade e do meio ambiente”	6	3
Individual	Parar o consumo de agrotóxicos; avançar no nível de consciência de determinado indivíduo; etc	“Se as novas gerações não entenderem porque defender a agroecologia, elas não vão defendê-la.”	3	5
Legal	Propor novas leis e/ou alterar regras em relação ao uso de agrotóxicos	“É importante ficarmos alerta e ampliar o nosso diálogo, para que possamos barrar a liberação desses produtos”	1	0

QUADRO 18: Enquadramento Soluções MST. Fonte: A autora, 2021.

No total, o MST apresenta 48 causas e 54 soluções para a questão dos agrotóxicos a partir de um olhar sistêmico, que aponta para os diferentes níveis do problema, desde a relação individual de consumo e produção ao convencimento da sociedade e do campo institucional sobre o debate dos agrotóxicos, passando pela demanda latente por mudanças estruturais. No próximo tópico, essas relações estarão melhor explicitadas enquanto posicionamentos políticos, estratégias de mudança e visões de futuro.

3.5.3 – Posições, estratégias de mudança e visão de futuro

Para compreender como os movimentos sociais operam o conceito de (des)politização, é preciso retomar a discussão de Kenis e Mathkis (2014). Os autores utilizam a repolitização do presente como uma possibilidade para imaginar futuros possíveis em meio a um cenário pós-

político. Um dos principais diferenciais do estudo é apontar para os antagonismos e para as brechas para pensar futuros possíveis mesmo em um cenário improvável. Segundo os autores, o CJA tentou politizar a luta climática ao “mostrar que existe uma variedade de 'ambientalismos', e que 'ser verde' não é suficiente, (...) transformando o amplo movimento climático em um espaço político onde diferentes opções podem entrar em conflito (p. 155)”.

Ao analisar o CJA, Kenis e Mathkis (2014) perceberam que estes traziam apontamentos sobre a natureza do problema e seus efeitos para dizer que soluções justas e sustentáveis não poderiam vir de um sistema que não tem essa natureza, e que o problema e seus efeitos deveriam partir desse entendimento estrutural. Além disso, as soluções para as questões teriam que ser de âmbito coletivo, afinal a problemática do clima é transversal, e este deveria ser o discurso estratégico aos argumentos dominantes. Nas visões de futuro que mesclavam um projeto de meio ambiente às ações diretas, se configuravam visões de futuro alternativas e estratégias de mudança que levavam a elas.

As estratégias de mudança e as visões de futuro do MST se relacionam com a forma como o Movimento se posiciona frente às questões dos agrotóxicos. Um dos primeiros aspectos que marcam a fala das mulheres e as citações do site é a problematização da questão do agrotóxico, seguida da responsabilização de quem o incentiva: “é o grande negócio do agronegócio querendo produzir muito para gerar muita riqueza” (Entrevistada 01).

É a partir da contradição do cotidiano, que os posicionamentos das mulheres do MST vão tomando forma no enfrentamento ao agronegócio: “Nós mostramos aqui ao redor de nós tem grandes fazendas que usam agrotóxico, né, então nós mostramos o que acontece, mostramos o problema que nós temos” (Entrevistada 04). Ao estarem implicadas no trabalho do Setor de Saúde do MST, as mulheres transformam a própria vida ao mesmo tempo que influenciam na transformação de outros sujeitos a partir do próprio exemplo, e do fazer:

Muitas pessoas as vezes deixam de tomar os químicos lá da farmácia e começam a tomar os chás, os florais, as tinturas, e melhora né, e deixa de tomar lá os químicos, eu mesma sou prova disso, eu deixei de tomar todos os químicos, e eu tomo chá e... só isso, eu não tomo remédio nenhum de farmácia, só se for um caso muito urgente mesmo. A gente tenta não fazer nada com veneno né, a gente tenta sempre fazer tudo mais natural, com calda, pra matar as formigas, e outras coisas assim que atacam as plantas e a gente faz tudo com calda natural, pra não usar química. (Entrevistada 03)

A implicação está relacionada com a tomada de consciência dos sujeitos como uma forma de solucionar os problemas concretos da vida material a partir da luta, inclusive através de soluções individuais, sem deixar de enfrentar as causas estruturais destes problemas:

Ah, muda uma lógica, né, que nem eu estava falando, a gente vem com um costume, com uma ideia diferente, quando a gente vem para dentro de uma área de acampamento do Movimento Sem Terra, eu mesma, meu objetivo principal era "ah vou chegar lá, vou conseguir um lote e vou tocar a minha terra, plantar, sobreviver dela", acho que todo mundo quando não conhece a história do Movimento Sem Terra pensa nisso, e aí a gente vai chegando, se inserindo, vai tendo vários conhecimentos, vai conhecendo várias pessoas, aí o Movimento Sem Terra é um movimento carente, né, de contribuição a todo tempo, e a gente começa a se inserir e quando vê já está dentro, quando vê já é uma coordenação, quando vê já é um dirigente, e vai tocando, e vai tendo mais conhecimento, mais consciência da luta como um todo, e aí você vai se sentindo parte da equipe e não dá mais para largar, mas vale a pena, a gente vê o sofrimento das pessoas, mas depois a felicidade nos olhos, de ter uma alimentação, de ter fartura, de ter conseguido trazer a família para ter uma terra, é um pouco disso. (Entrevistada 07)

Desta forma, o MST se posiciona ao apontar a necessidade de que a questão dos agrotóxicos seja vista como um problema, e se torne um debate para além do campo, a fim de responsabilizar o agronegócio e as políticas do governo Bolsonaro, apontando sua proposta de modelo para o campo como um caminho possível:

Posições:	Definição:	Exemplo:	Qt. site:	Qt. entrevistas:
Implicação	Se colocar como agente responsável pela transformação	“Não devemos ficar parados diante dessa tragédia de envenenamento massivo da sociedade e do meio ambiente”	16	9
Responsabilização	Apontar sujeitos responsáveis pelo problema: governo / agronegócio	“A agroecologia é nossa mais importante ferramenta de resistência e enfrentamento a esse modelo predatório do agronegócio.”	11	3
Sociabilização	Trazer a questão como um problema da sociedade	“Quem tem direito à alimentação saudável é o povo brasileiro como um todo”	10	2
Problematização	Afirmar a existência do problema dos agrotóxicos	“É possível verificarmos isso a partir do modelo de agricultura adotado no Brasil, baseado totalmente no uso e consumo de agrotóxicos (...), pela disputa expressa no complexo modelo capitalista ‘médico-industrial- farmacêutico’”	7	2

QUADRO 19: Politização Posições MST. Fonte: A autora, 2021.

Sobre a relação entre o MST e os interlocutores que debatem o tema dos agrotóxicos presentes nas matérias analisadas, é possível afirmar que o site do Movimento não costuma apresentar fontes externas. Das 28 matérias analisadas, apenas 16 apontam interlocutores para os discursos ligados aos agrotóxicos. Nestas, aparecem os seguintes dados sobre a posição do MST:

Principal Interlocutor	Argumento Aproxima	Argumento Distancia	Aliado	Neutro	Adversário	Inimigo
Sociedade civil, políticos contra agrotóxico e Mov. Sociais	2	0	2	0	0	0
Universidades e instituições de pesquisa	1	0	1	0	0	0

Atores ligados ao agronegócio	0	8	0	0	0	8
Governo e instituições	0	5	0	0	1	4
Total: 4 grupos de interlocução	3	13	3	0	1	12

QUADRO 20: Politização Posições Interlocução MST. Fonte: A autora, 2021.

Nos conteúdos analisados, há uma demarcação por parte do MST de quem são os inimigos de seu projeto político ao se colocar de maneira crítica e combativa, diferente de uma postura apenas de oposição. Quando o MST se opõe ao agronegócio, a relação é sempre de radicalidade e ruptura, como nos trechos a seguir: “Alternativo é até meio complicado, mas é uma proposta radicalmente contra o agronegócio, que vem contra toda essa beleza”, e “esta (a agroecologia) é nossa principal ferramenta no combate ao agronegócio e latifúndio”.

A postura do Movimento dialoga com a abertura à radicalização que Mouffe (2005) sugere quando não há soluções democráticas de coexistência entre os antagonismos em uma sociedade dita democrática. Segundo a autora, a democracia traz novas fronteiras, e os que antes eram tidos como inimigos, passam a cumprir o papel de adversários através do compartilhamento de valores e princípios ético-políticos. Este seria, então, o sentido da tolerância da liberal-democracia:

O propósito da política democrática é construir o ‘eles’ de tal modo que não sejam percebidos como inimigos a serem destruídos, mas como adversários, ou seja, pessoas cujas idéias são combatidas, mas cujo direito de defender tais idéias não é colocado em questão (Mouffe, 2005, p.20)

Bem relacionada com a posição de implicação que o MST tem em relação ao debate dos agrotóxicos, a principal estratégia de mudança que aparece nos argumentos do Movimento nas matérias do site é a mudança na matriz de produção agrícola, seguida da mobilização social, que marca seu caráter reivindicativo e de ações diretas massivas. No caso das entrevistas, o destaque é a formação técnica presente no cotidiano do trabalho do Setor de Saúde:

Nós temos no Assentamento uma horta coletiva das mulheres do Coletivo Raízes da Terra. Nesse coletivo, estando em normalidade sem estar nesse problema da pandemia, nós tínhamos mais frequência na horta para trabalhar, agora tem um grupo que vem uma vez por semana para cuidar da terra, das plantinhas que estão lá, uma vez por semana trabalham meio período na parte da manhã, e meio período na parte da tarde tem a formação, sempre tem um curso que a gente está fazendo, um curso que entra também o lado político, formação, preparo dos nossos produtos, e às vezes nós podemos encontrar de 2 ou 3, 4 vezes por semana porque aí tem o setor das mulheres que vão produzir doces e compotas, e o outro grupo vai produzir os fitoterápicos, então é um movimento a semana inteira (Entrevistada 04)

Porém, o aspecto mais relevante é como a implicação na construção de um novo modelo agrícola impacta na formação de novos sujeitos, seja a partir das entrevistas das mulheres do Setor de Saúde, que falam dos aprendizados e dos cursos que tiveram, seja no site do MST, em que os cursos de formação técnica e política, bem como as turmas de graduação formal, se destacam. A formação técnica e a mudança na matriz de produção se relacionam constantemente no perfil dos cursos e das construções feitas no site do MST e nas entrevistas. Portanto, as estratégias de mudança presentes são:

Estratégias de mudança:	Definição:	Exemplo:	Qt. site:	Qt. entrevistas:
Mudança na matriz de produção agrícola	Apontar a agroecologia, distribuição de terras, e as formas populares de produção de alimento como caminho	“Tudo que a natureza dá pra a gente comer é remédio, é só não envenenar ela”	13	2
Mobilização social	Pressão para o veto aos agrotóxicos; ações de rua; convocação à indignação e ação coletiva	“É uma oportunidade muito grande das pessoas poderem estar convivendo em um território como este e ver com os próprios olhos o que realmente é de verdade”	11	3
Políticas Públicas	Apontar saída para as questões nas políticas públicas e ações de governo	“O que está em discussão no plano do Haddad é uma proposta de desenvolvimento sustentável.”	7	1
Formação técnica	Cursos vinculados ao MST para a base do Movimento	“Estamos celebrando mais uma colheita de uma turma de jovens comprometidos com a construção de um mundo melhor, lutando por cada direito que nos foi tirado e negado, recolocando nas mãos dos povos.”	5	8
Mudança de hábito de consumo	Colocar a mudança de hábito das pessoas como caminho para mudanças para o futuro	“Consumir produtos do agronegócio é reforçar o próprio poder de envenenamento do agronegócio”	1	3

QUADRO 21: Politização Estratégias de mudança MST. Fonte: A autora, 2021.

Ao observar a relação entre a prática e o convencimento político, percebe-se que o exemplo também atravessa a visão de futuro do MST, em que cada consciência é trabalhada a partir das contradições que o agronegócio gera. Sobre a visão de futuro que aponta para um novo modelo de produção para o campo, uma das entrevistadas explica que o convencimento está ligado ao cotidiano:

Mostrando na prática mesmo, mostrando que dá certo, meu marido mesmo já se convenceu de algumas coisas, que é possível plantar o café sem veneno, sem precisar colocar aquele veneno que mata até os tatus, passarinhos, é possível fazer orgânico, é possível, e muita gente já se convenceu, sabe (Entrevistada 05)

Além de pensar outra forma de produzir no campo, que seja sustentável e aplicável, o MST também projeta um novo modelo de sociedade. Desta forma, aponta três caminhos para pensar suas visões de futuro:

Visão de futuro:	Definição:	Exemplo:	Qt. site:	Qt. entrevistas:
Novo modelo de produção para o campo	Proposta de pensamento sistêmico da produção a partir de um novo modelo/formato	“É importante fazer a defesa de um novo modelo agrícola, baseado na democratização da terra, na transição para a agroecologia”	7	2
Desenvolvimento sustentável para o campo	Construção de soberania alimentar, cultivo do meio ambiente, etc	“Os quintais produtivos e agroecológicos são o caminho para valorização da terra, do sustento, da vida das famílias que se envolvem no processo e na construção da sustentabilidade e soberania alimentar para os povos”	6	2
Construção de uma nova sociedade	Ultrapassa produção agrícola: transformações sociais / relações humanas	“Queremos relações mais humanas e não de interesses econômicos.”	6	0

QUADRO 22: Politização Visão de futuro MST. Fonte: A autora, 2021.

De maneira geral, o MST apresenta o cotidiano e a prática da agricultura sem agrotóxicos como forma de enfrentamento ao modelo de campo proposto pelo agronegócio. Nesse sentido, a implicação que o próprio Movimento tem na solução do problema do campo brasileiro é visível nos discursos, nas formações técnicas e políticas, e nas práticas. Além disso, o aspecto estrutural da transformação do campo está no horizonte quando o MST retoma a necessidade de políticas públicas e a relação de responsabilidade dos governos em fomentar a agricultura familiar e camponesa, cobrando através das ações diretas e posicionamento perante aos atores sociais envolvidos.

Apontam-se, então, três caminhos possíveis para a discussão sobre a politização dos agrotóxicos através das práticas e dos discursos do MST: a implicação do MST na solução do problema dos agrotóxicos; a questão estrutural como causa e solução do problema, e, portanto, a necessidade de transformar a sociedade; e, por fim, o viés educativo do combate aos agrotóxicos.

3.6 – Discussão: (des)politização, agrotóxicos, práticas e discursos do MST

3.6.1 – Implicação

Em toda a coleta de dados sobre o MST, é visível como o Movimento, desde a base, passando pela militância, pelos setores e pela direção política, se coloca como parte interessada em debater os rumos da agricultura no Brasil, trazendo propostas e se colocando como parte da solução do problema dos agrotóxicos em oposição sistemática ao agronegócio. Essa implicação do Movimento na solução do problema dos agrotóxicos aparece em forma de projeto ao pensar a construção de Escolas e Cooperativas, a formação de sujeitos e a produção, comercialização e doação de alimentos, mas também se mostra combativa ao propor mobilizações de massa e questionar as estruturas de poder por trás dos agrotóxicos.

Ao afirmar que "a politização implica adicionar ou suplementar responsabilidades, de 'política' ou de 'agência'(p.158)", Jenkins (2011) conclui que política pressupõe capacidade de ação. Dentro do campo da contingência, o fatalismo ou a necessidade são contrapostos pela contínua reafirmação nos discursos do MST de que é possível outro modelo agrícola, construído desde as bases do campo, nas áreas de reforma agrária, a partir da matriz agroecológica e das cooperativas, que hoje em dia já conseguem produzir em larga escala.

Ao se organizar na produção de alimentos saudáveis, o MST abre espaço para a contradição dos agrotóxicos se colocando como instrumento político da controvérsia de que só é possível produzir com o uso de agrotóxicos, e politiza ao gerar debate sobre o tema.

Swyngedouw e Wilson (2014) apontam que uma das contradições do conceito de politização é pensar que a simples abertura ao diálogo não significa que as pessoas terão interesse em debater o tema. No exemplo apresentado, os autores falam sobre o voto como sendo parte fundamental do sistema democrático, mas não necessariamente uma ferramenta que engaja a população. No caso da saúde, a lógica do Movimento é de gerar interesse no assunto na medida em que os agrotóxicos afetam a vida de toda a população.

Essa construção do enfrentamento aos agrotóxicos como uma tarefa do MST e uma pauta que atravessa toda a sociedade é transversal nos discursos analisados, e repercute nas propostas de solução estruturais, produtivas e de consumo para a temática, bem como nas visões de futuro ligadas à sociedade, à sustentabilidade e à produção agrícola. A implicação também está nas estratégias de mudança que apresentam desafios para o todo da organização, ora no âmbito interno, ao pensar a formação de seus militantes e a sua produção, ora no âmbito externo, ao se responsabilizar em cobrar políticas públicas e construir mobilizações sociais, e ao analisar os agrotóxicos como uma questão estrutural, o Movimento estrutura essas formas de enfrentamento.

3.6.2 – Questão estrutural

Ao se colocar como um dos agentes que propõem outras formas de produção no campo brasileiro, o MST aponta para uma série de contradições na forma como o alimento é cultivado no país. Desde o envolvimento de políticos interessados em usufruir de leis para benefício próprio por estarem aliados ao agronegócio, à forma como o mesmo produz utilizando-se de mão de obra precarizada, monocultivo e agrotóxicos. Porém, para além de apontar essas características, o discurso do Movimento relaciona-as com a história do desenvolvimento brasileiro, a negação dos saberes tradicionais, o sucateamento do SUS e outras tantas pautas de caráter amplo.

Ao falar do contexto neoliberal, Swyngedouw e Wilson (2014) colocam a necessidade de que existam canais políticos que desafiem as hegemônias vigentes questionando com discursos e práticas a ordem vigente a partir de sua radical negação. Essa forma de antagonismo pode ser entendida aqui como um caminho para pensar o enfrentamento à hegemonia do modelo do agronegócio a partir da contradição que é o uso de agrotóxicos prejudiciais à saúde na produção de alimentos.

Em um esforço de compreender a hegemonia popular, Bastos (2020) traz o insulamento como estratégia de hegemonia a ser combatida, por este isolar os movimentos populares que não tem espaço nos veículos de comunicação tradicionais. Em seu argumento, o autor coloca que há um isolamento dos discursos ao restringi-los aos seus espaços de articulação. Por não conseguirem estar nos veículos de comunicação de alcance nacional, os movimentos precisam adotar outras estratégias para que suas pautas possam repercutir de maneira mais ampla. Segundo o autor, a comunicação popular é fundamental para pensar esse enfrentamento.

A comunicação popular pode ser vista, então, como uma ferramenta para a abertura de espaço de visibilidade contra-hegemônica, em um contexto despolutizante onde a maior parte dos veículos de comunicação privilegia a propaganda do agronegócio e da monocultura, e não da agroecologia. Um dos exemplos dessa invisibilização de outras formas de produção são as propagandas da Campanha ‘Agro: a indústria-riqueza do Brasil’, cujo lema ‘O agro é tech, o agro é pop, o agro é tudo’ homogeneiza o campo brasileiro, não abrindo brechas para que outras formas de produção sejam amplamente difundidas para a sociedade.

Iniciada em julho de 2016, a campanha é um projeto da Rede Globo que tem como objetivo valorizar o agronegócio enquanto uma força motriz da economia brasileira. Segundo a própria emissora, a Campanha não tem financiamento, e, portanto, se vincula ao que Santos, Silva e Maciel (2019) chamam de *publieditorial*, por se tratar de uma peça publicitária que é entendida como parte da linha editorial da Globo⁴² de defesa explícita do modelo de agricultura do agronegócio. Concebida pelas agências de marketing e comunicação da emissora, a Campanha deveria ter encerrado em 2018, mas perdura até 2021, no formato de comercial de até 50 segundos com imagens amplas e tecnológicas, e seguida de propagandas comerciais de empresas e bancos privados.

42

Agronegócio é valorizado em campanha da Rede Globo. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/noticia/2016/10/agronegocio-e-valorizado-em-campanha-da-rede-globo.html> Acesso em: 26/06/2020

Desta forma, o discurso do agronegócio prevalece de maneira soberana, despolitizando o debate sobre outras formas de produção no campo ao minar a possibilidade de contingência. Ainda que a comunicação popular seja fundamental, ela não consegue competir com os veículos hegemônicos, e por isso movimentos sociais adotam outras estratégias em conjunto com esta, como as ocupações, ações diretas e a problematização das questões sob diversas vias, pensando-as de forma estrutural.

No caso do MST, a superação da questão estrutural ligada à forma como o campo é pensado no Brasil está distante, mas é possível politizar através das pequenas brechas que o Movimento constrói, ao apontar para as estruturas de Estado a favor de um projeto e ao expandir a comercialização com os Armazéns do Campo, Feiras, Festivais e ações de solidariedade em todo o país. Neste caso, outra hegemonia pressuporia ameaçar a ordem social hegemônica, no sentido de provocar mudanças reais, que, segundo os discursos do MST analisados, podem ser feitas em dois sentidos: a produção de alimentos e as mobilizações sociais para a ação direta. Ambas se vêem atravessadas pela construção de uma nova forma de educar e formar sujeitos familiarizados com este debate.

3.6.3 – Viés educativo

Na literatura sobre politização, o aspecto da educação não aparece de maneira explícita. Contudo, quando Wood e Flinders (2014) partem da perspectiva intelectual de Gramsci para falar do pensamento radical e do papel da linguagem e da cultura nos debates políticos, os autores reafirmam a formação e a visão de mundo dos indivíduos como parte do processo de construção de práticas e discursos politizantes e despolitizantes. Sendo assim, o diálogo entre as pessoas e a construção e valorização de saberes populares que se dão no MST a partir da troca entre as mulheres dos coletivos de saúde e a partir dos diversos cursos formais e não-formais servem como uma forma de elaborar sobre o político.

Essa elaboração acontece de maneira enraizada com o cotidiano dos sujeitos que pertencem ao Movimento na medida em que o político se configura no não acesso a direitos humanos, políticos e sociais por parte da população do campo que não possui terra para plantar e viver com dignidade. Os dados do site do MST e das entrevistas indicam que o enfrentamento aos agrotóxicos se constrói no dia a dia das áreas de reforma agrária, a partir da pedagogia do exemplo, das relações humanas entre iguais e das formações. É no fazer que o político encontra solidez para que os discursos sobre a viabilidade da produção agroecológica consigam transpor as barreiras dos apoiadores clássicos do Movimento, cuja afinidade ideológica é visível, e

alcançar outros públicos interessados em saúde e bem-estar através da alimentação saudável e orgânica a preços populares.

Ou seja, é no acesso ao conhecimento científico e na valorização do conhecimento popular que o político se encontra com as práticas do Movimento, justamente por possibilitar que os sujeitos sem terra possam agir e falar sobre suas vidas, e assim, enfrentar as contradições postas pelos problemas estruturais que a produção de alimentos enfrenta no Brasil e mundo. A formação técnica da base sem terra de jovens e adultos também faz parte do enfrentamento às estruturas de hegemonia vigentes e da construção do MST enquanto um Movimento que se coloca como parte da proposta de solução para o debate dos agrotóxicos, da concentração fundiária e das transformações sociais.

4. CONSIDERAÇÕES PARA PENSAR A (DES)POLITIZAÇÃO E SUAS INTERSEÇÕES

“É necessário entender de onde vem a violência, quais são suas raízes e quais são os processos sociais, políticos e econômicos que a sustentam para entender que mudança social é necessária.” - Silvia Federici

Observando a fluidez das discussões citadas, proponho uma mescla entre teoria e análise ao longo de todo o trabalho a partir dos levantamentos documentais descritos, e da construção do capítulo analítico desta dissertação. Assim, as reflexões teórico-metodológicas adaptadas ao contexto brasileiro se conectam aos atores sociais analisados durante todo o percurso de pesquisa, trazendo mais concretude às inferências teóricas, ao mesmo tempo que estas reflexões influenciam na forma como os dados foram coletados e analisados.

Visando não separar teoria, metodologia e análise, apresento, para fins didáticos, a retomada e interconexão da análise do MST e do governo Bolsonaro, os apontamentos teórico-metodológicos que a dissertação traz para a (des)politização e as relações que a história da questão agrária no Brasil, considerando suas interseções com gênero, raça e classe, trazem para pensar o conceito nos governos e movimentos sociais.

No capítulo anterior, foram discutidas as dinâmicas de (des)politização das Bruxas Sem Terra e do governo Bolsonaro de modo a compreender como esses atores sociais constroem seus posicionamentos públicos e disputas por hegemonia através de discursos e práticas. Conforme explicitado anteriormente, a (des)politização permite, enquanto operadora teórico-metodológica, pensar as interseções e as relações entre os sujeitos políticos em seus posicionamentos sobre determinadas pautas na sociedade. Na análise proposta, observa-se que existe uma relação de oposição entre o pensamento sistêmico e ‘estrutural’, presente no MST, e o pensamento simplificador, ligado ao tecnicismo e ao ‘não-problema’ do governo Bolsonaro:

Bruxas Sem Terra - Implicação, questão estrutural e viés educativo	Governo Bolsonaro - Não problema, responsabilização individual e demonização da diferença
Questão Sistêmica: ao se colocar como parte da solução, o MST aponta para a necessidade de repensar a sociedade como um todo para resolver o problema, desde a formação técnica e política à produção de alimentos em larga escala com incentivos de políticas públicas, por exemplo	Não problema: ao reafirmar através das políticas de governo que não há outra forma de produção no campo que não a do agronegócio, com uso de agrotóxicos, o governo não admite a existência de outras formas e de questionamento e portanto naturaliza o debate da produção de alimentos, não abrindo espaço para outras formas
Causa Estrutural: apontamento da hegemonia do agronegócio em seu domínio ideológico, que passa pela educação e pelas políticas públicas, mas também pela não abertura para outras formas de agricultura	Causa Natural: apontamento de que não há outra forma de conter pragas e produzir em larga escala sem o uso de agrotóxicos sem análise das causas e culpas da existência das mesmas
Solução Social: compreensão de que os	Solução comportamental: responsabilidade individual

agrotóxicos são um problema para quem usa e quem consome	pelo uso de agrotóxicos de forma correta
Interdisciplinaridade: novas formas de produzir, formação política e técnica através da educação, já que a forma de produzir alimentos tem a ver com a política e com o projeto de campo proposto	Tecnicismo: debate não-político, que deve ser determinado por pessoas técnicas formadas e não em diálogo com os sujeitos envolvidos no trabalho rural e com a sociedade

QUADRO 23: Dinâmicas MST e Bolsonaro. Fonte: A autora, 2021.

Essa relação se dá na medida em que os argumentos de ambos os atores sociais se configuram como uma estratégia para abrir ou fechar o campo de diálogo sobre determinado tema. Ao propor que as esferas discursiva, social e governamental se integrariam de maneira não ordenada, Wood e Flinders (2014) pontuam que a todo momento é preciso reafirmar esses lugares e que os movimentos de politização e despolitização acontecem constantemente e simultaneamente.

O presente trabalho demonstra que estes conceitos estão em disputa em ambos os atores sociais analisados, e há uma relação de oposição entre eles, ainda que nem sempre de maneira direta. Os argumentos mobilizados pelas falas do Governo Bolsonaro, de maneira geral, visam o fechamento e/ou a redução do debate acerca dos agrotóxicos. Já os argumentos do MST tentam promover diálogo a partir da formação política, da educação e da ação concreta na produção de alimentos saudáveis.

A abertura e o fechamento do espaço de discussão aparecem nos discursos do MST e do governo, mas também nas práticas: enquanto as mulheres sem terra ocupam empresas e destroem mudas transgênicas, o governo libera agrotóxicos massivamente; enquanto o MST propõe novos cursos técnicos formais e não formais para camponeses e camponesas, o governo fecha escolas do campo; enquanto o MST demonstra, junto a diversos outros atores sociais, que os agrotóxicos trazem malefícios para a saúde, o governo não coleta dados sobre o assunto e naturaliza o uso dos mesmos afirmando a necessidade de conter as pragas da natureza, tidas como inevitáveis de outra maneira.

A tentativa de redução do debate dos agrotóxicos a uma questão técnica, não relacionada à política ou à saúde das pessoas é constante no governo. No caso do MST, aparece a tentativa de problematizar as questões e propor um novo projeto para o campo e para a sociedade. Um dos exemplos dessa oposição são as manchetes do G1 “Ministra defende mais registros de agrotóxicos e diz que consumidor não está sendo intoxicado” e do site do MST “Agroecologia, bioenergia e ervas medicinais são um projeto de vida”, de agosto de 2019.

A todo momento, o MST aponta caminhos para trazer o debate para a sociedade e instigar soluções no campo das políticas públicas, enquanto o governo se isenta deste papel ao

apontar caminhos técnicos e não relacionados às suas ações, e essa relação pode acontecer divergindo ou disputando conceitos. Além dessa oposição dicotômica, se faz presente também a repetição de termos e enquadramentos nas duas análises, que ao se constituírem de maneiras distintas, apontam as ressignificações e concepções dos atores sociais analisados. É o caso das definições de causas econômicas e legais e da solução legal:

Bruxas Sem Terra	Governo Bolsonaro
Causa Econômica: problema ligado ao lucro das empresas e ao modelo de produção no agronegócio e/ou afetação da saúde para fins econômicos	Causa Econômica: o governo coloca a discussão atrelada ao preço dos agrotóxicos e à falta de oferta, compreendendo o problema como a necessidade de liberar mais agrotóxicos e diversificar o mercado
Causa Legal: o problema tem a ver com as propostas de Leis que flexibilizam o uso dos agrotóxicos, como o PL do Veneno, e as relações institucionais da banca do boi com essas leis	Causa Legal: há uma tentativa de subversão do problema sob o viés de ‘crítica à burocratização’: o problema passa a não ser a aprovação e uso dos agrotóxicos, mas a falta de regulamentação, a fiscalização, as regras, as leis, etc.
Solução Legal: Propor novas leis e/ou alterar regras em relação ao uso de agrotóxicos	Solução legal: Solução ligada à mudança de normas e classificações; flexibilização.

QUADRO 24: Causas e Soluções MST e Bolsonaro. Fonte: A autora, 2021.

Ao observar a repetição dos termos, nota-se a transversalidade que a implicação e a visão sistêmica do MST e o tecnicismo e o discurso do ‘não problema’ do governo se fazem presentes. No caso das causas econômicas, o governo desloca o debate para a necessidade de ampliação da concorrência de mercado dos agrotóxicos, como se não houvesse problema no seu uso, enquanto o MST aponta para as estruturas políticas e hegemônicas no interesse de sobrepor o lucro à saúde da população.

Nas causas legais, o governo retira a sua responsabilidade com a fiscalização e regulamentação dos agrotóxicos, apontando as mesmas como algo ‘a ser feito’, sem dizer como/por quem. Além disso, há novamente o enquadramento dos agrotóxicos no lugar do ‘não problema’, pois a aprovação e o uso não são debatidos ou questionados. O MST apresenta a causa legal como ligada a interesses de políticos ligados ao agronegócio, que aprovam massivamente agrotóxicos para benefício próprio, em uma relação estrutural de dominação de uma maneira de produzir alimentos no campo. Ao pensar as soluções, o MST se coloca como implicado a barrar as liberações em massa de agrotóxicos e a pensar novas leis e políticas públicas sobre o tema, enquanto o governo afirma que há um problema de não flexibilização dessas leis, que só se resolve facilitando ainda mais o uso dos agrotóxicos.

O problema, para o governo, está em não conseguir avançar ainda mais com o uso dos agrotóxicos de maneira ampla e irrestrita, com menos burocracia, já que não há nenhuma questão em relação ao seu uso, que é tido pelo mesmo como inevitável. Para o MST, o debate começa na defesa de um modelo de campo diferente, que trabalhe relações mais humanas e

livres de exploração, abrangendo também a discussão sobre a agroecologia e o não uso de agrotóxicos. Não haveria, então, como debater e propor uma normatização adequada dos agrotóxicos, por exemplo, se estes não são vistos como necessários. Sendo assim, as posições, as visões de futuro, as estratégias de legitimação do governo e as estratégias de mudança do MST também divergem:

Bruxas Sem Terra – problematização, implicação, sociabilização e responsabilização	Governo Bolsonaro – negação, omissão, simplificação, relativização
Visão de Futuro: um desenvolvimento sustentável para o campo, que passa por propor um novo modelo de produção que envolva a agroecologia e a reforma agrária, a fim de construir uma nova sociedade	Visão de Futuro: aprovação massiva e contínua de agrotóxicos, em um cenário de ampla difusão dos mesmos a baixo custo para os agricultores, para alimentar a população; uso da terra para o agronegócio que produz / intolerância às lutas sociais
Estratégias de mudança: reafirmar a importância de políticas públicas, sem perder de vista a necessidade da mobilização social para sua garantia e pautar a formação técnica e a mudança de hábitos de consumo como formas de chegar à mudança de matriz de produção agrícola	Estratégias de legitimação: utilizar de dados deslocados e relativizados para reforçar determinado ponto de vista, através de especialistas técnicos do próprio governo e de analogias simplificadoras e figuras de linguagem para reafirmar o ponto de vista do governo
Posições: tratar o agronegócio como inimigo, responsabilizando-o junto ao governo pelo uso excessivo de agrotóxicos, visto como um problema cuja solução passa por reforma agrária e pela atuação do MST	Posições: desconsiderar o agrotóxico como um problema a ser debatido, negando-o constantemente, se omitindo do debate e atacando os discursos divergentes a partir da simplificação e da relativização do problema, ao propor soluções técnicas e/ou ao questionar se a natureza da oposição é ‘ideológica’

QUADRO 25: Posições e estratégias MST e Bolsonaro. Fonte: A autora, 2021.

Ao longo da construção de sua argumentação, o MST se coloca o tempo todo como interessado em debater a questão dos agrotóxicos e da produção de alimentos, enquanto o governo nega a necessidade de debate, se omite, e trata o tema como não passível de questionamento, pois é de natureza técnica e/ou imutável. O não debate, no caso do governo, tem relação com as estratégias de legitimação que permitem que a construção de um futuro com a liberação massiva de agrotóxicos se torne concreta, a partir da manutenção da relação hegemônica vigente, e da não abertura para outras formas. É preciso se negar a debater, omitir dados e relativizar as problemáticas ligadas à saúde, para que a defesa dos agrotóxicos se torne viável.

O não problema é uma estratégia que se acirra na postura de Jair Bolsonaro, mas está para além de sua figura. O presidente é, pois, fenômeno de seu tempo. Do esvaziamento das responsabilidades de governo, das disputas por hegemonia por vias coercitivas, dos antagonismos. Sendo assim, o governo se enquadra na definição de pós-política enquanto esvaziamento do sentido político de interesse e participação civil, e enquanto forma de organização da sociedade.

Em posição desfavorável em termos institucionais, o MST se vê no lugar de oposição ao modelo apoiado pelo governo, pelos veículos de comunicação e pelos grandes mercados de consumo de alimentos, restando apenas a disputa discursiva para que as questões de saúde ligadas ao consumo de agrotóxicos repercutam na sociedade. O trabalho é feito, então, apontando os limites do modelo vigente, formando sujeitos que possam debater técnica e politicamente esta questão, e propondo soluções que passem pela construção de soberania alimentar através da distribuição de terras, um dos principais objetivos do Movimento.

Essa oposição é construída a partir da própria contradição que faz com que existam as lutas por terra no Brasil, que advém da colonização, e cria o problema agrário brasileiro, nunca solucionado. Dessa falta de reforma agrária, nasce o MST, mas também são construídos modelos de exploração do campo que se configuram e convergem no agronegócio. O mesmo fator histórico favorável aos exploradores que cria a lógica de exploração da terra tal qual como na atualidade, é responsável pela organização das lutas sociais em oposição a esse modelo, estabelecendo uma dinâmica em que ora avança-se na consciência sobre a terra, a saúde e o meio ambiente, ora avança-se na retirada de direitos e na exploração exacerbada dos recursos naturais para fins político-econômicos.

Desse balancear de processos políticos conflitantes, pode-se dizer que se apontam e se acirram as estratégias de politização e despolitização. Simultâneas e ininterruptas, estas tem suas origens na história da humanidade e da exploração, e talvez seu fim não se dê nem na superação do capitalismo enquanto modelo de sociedade, já que as tentativas de abertura e fechamento de debates continuariam presentes, e são positivas para a construção ética e dialógica da sociedade.

Ao analisar os atores sociais, este trabalho compreende que o conceito de (des)politização é útil para explicar fenômenos individualmente, mas também para pensá-los em relação, de maneira sistêmica. No caso dos movimentos sociais, as três esferas propostas em Hay (2007) aparecem interconectadas, e tem interferências nas relações governamentais acerca da pauta dos agrotóxicos. Essa relação de mútua afetação dos discursos é um dos potenciais de se utilizar o conceito enquanto teoria e metodologia, de maneira relacional, e contribui para que este agregue ao campo dos estudos em comunicação social.

Maesele et al (2015) afirma que “a despolitização é nem uma manifestação de uma objetividade mais profunda, nem ligada a práticas e instituições e procedimentos específicos, mas deve ser pesquisada caso a caso (p.19)”, mas que é um conceito caro “por formular uma crítica substantiva do papel tanto ideológico quanto lógico da mídia e do estado na política democrática na democracia liberal das sociedades do século XXI (p.19)”. Ao teorizar sobre os

movimentos sociais e as políticas contenciosas, Tilly e Tarrow (2015) apontam que o estágio da democracia indica mudança nos repertórios de ação coletiva, mas que as articulações com outros movimentos, com parceiros internacionais e com o próprio Estado, também configuram repertórios a serem considerados, já que “a política de contenção varia e muda em conexão próxima com o poder político, e este organiza tanto entre quanto fora das veias institucionais (p.49)”.

Ainda que a história forneça modelos do passado utilizados pelos futuros desafiantes – movimentos sociais, grupos políticos e outras organizações – para avançar nas suas reivindicações, é preciso considerar o caráter de contenção de um regime hegemônico. Este exige que as ações considerem a capacidade governamental e a extensão (ou falta de) da democracia para buscar as rupturas da ordem social cotidiana almejadas, ou mesmo acumular forças e atuar dentro dos limites do regime. Pensada desta forma, a (des)politização trataria, então, dessa contínua relação entre contenções e aberturas, disputas de modelos antagônicos e propostas de mudança e manutenção de ordens, pensamentos e discursos, de maneira circular, havendo espaço para reposicionamentos, repactuações e recomeços.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abers, R., Serafim, L., & Tatagiba, L. (2014). Repertórios de interação Estado-sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência na era Lula. **Dados-Revista de Ciências Sociais**, 57(2), 325-357.
- ACSELRAD, H. Políticas ambientais e construção democrática. In: VIANA, G.; SILVA, M. (Orgs.). O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.
- ALVES, Cândice Lisbôa. **Direito à Saúde: efetividade e proibição do retrocesso social**. Editora D'Plácido, 2013.
- ARROYO, Miguel G. Movimentos sociais e o conhecimento: uma relação tensa. **Seminário Nacional do MST e Pesquisa. Cadernos do Iterra. Veranópolis-RS, ano VII**, n. 14, p. 3543, 2007.
- AYOUB, Hannah. Mídia e movimentos sociais: a satanização do MST na Folha de S. Paulo. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, v. 4, n. 1, p. 79-93, 2007.
- BALLESTRIN, Luciana. O debate pós-democrático no século XXI. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 4, n. 2, p. 149-164, 2018.
- BATISTA, Marina Fenicio Soares; ALBUQUERQUE, Paulette Cavalcanti. A produção da saúde e a população do campo: uma experiência no assentamento de reforma agrária em Pernambuco–Brasil. **Tempus Actas de Saúde Coletiva**, v. 8, n. 2, p. 173-194, 2014.
- BERTH, Joice. *Empoderamento*. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- BIROLI, Flávia. Cuidado e responsabilidades. In: *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. Boitempo Editorial, 2018.
- BRAVO, Maria Inês Souza; PELAEZ, Elaine Junger; DE MENEZES, Juliana Souza Bravo. A Saúde nos governos Temer e Bolsonaro: Lutas e resistências. **Educação**, v. 153, p. 170. 2020
- BRYANT, R.L.; BAILEY, S. **Third World Political Ecology**. London, New York: Routledge, 1997.
- CARDOSO, Antônio Sidnei Ribeiro; DE SOUSA, Raimunda Aurea Dias; REIS, Leandro Cavalcanti. O agro é tech, é pop, é tudo: o (des) velar dessa realidade. **Geosul**, v. 34, n. 71, p. 836-857, 2019.
- CAVALCANTI, Ana Rodrigues Alves. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffé. **Lua Nova**, n. 80, p. 71-96, 2010.
- CHÃ, Ana Manuela de Jesus. *Agronegócio e indústria cultural: estratégias das empresas para a construção da hegemonia*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- CIOCCARI, Deysi; PERSICHETTI, Simonetta. A campanha eleitoral permanente de Jair Bolsonaro: O deputado, o candidato e o presidente. **Lumina**, v. 13, n. 3, p. 135-151, 2019.
- CIOCCARI, Deysi; PERSICHETTI, Simonetta. Armas, ódio, medo e espetáculo em Jair Bolsonaro. **Revista Alterjor**, v. 18, n. 2, p. 201-214, 2018.
- COMPARATO, Bruno Konder. A ação política do MST. **São Paulo em perspectiva**, v. 15, n. 4, p. 105-118, 2001.
- DA CRUZ, Fábio Souza. A cultura da Mídia no Rio Grande do Sul/Brasil: o caso MST e Jornal do Almoço. *Intexto*, n. 15, p. 88-104, 2006.
- DE ALMEIDA, Lúcio Flávio; SÁNCHEZ, Félix Ruiz. Um grão menos amargo das ironias da história: o MST e as lutas sociais contra o neoliberalismo. **Lutas Sociais**, n. 5, p. 77-91, 1998.
- DE FARIAS, Ludmila Bandeira Pedro. A voz das bruxas! A fala das mulheres do MST do setor de saúde da zona da mata mineira. **Retratos de Assentamentos**, v. 19, n. 1, p. 303-322, 2016.
- DELGADO, Guilherme C. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo. Brasília: IPEA**, p. 51-90, 2005.
- Deliberador, L., & Vieira, A. C. (2006). Comunicação e educação para a cidadania em uma cooperativa

de assentamento do MST. *Comunicação & Educação*, 11(3), 341-352.

DI CARLO, Josnei; KAMRADT, João. Bolsonaro e a cultura do politicamente incorreto na política brasileira. *-Teoria e Cultura*, v. 13, n. 2, 2018.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva**. Editora Elefante, 2019.

FLINDERS, Matthew; BULLER, Jim. Depoliticisation: Principles, tactics and tools. **British politics**, v. 1, n. 3, p. 293-318, 2006.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Formação socio-espacial e questão ambiental no Brasil. Geografia e meio ambiente no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1995.

HARVEY, David (1996): Justice, nature, and the geography of difference. Cambridge: Blackwell Publishers.

HAY, Colin. **Why we hate politics**. Cambridge: Polity, 2007.

JENKINS, Laura. The difference genealogy makes: Strategies for politicisation or how to extend capacities for autonomy. **Political Studies**, v. 59, n. 1, p. 156-174, 2011.

KEMPF, Renata Borges; WEDIG, Josiane Carine. Processos de resistência de mulheres camponesas: olhares pela perspectiva decolonial. **Mundo Agrário**, v. 20, n. 43, p. e111-e111, 2019.

KENIS, Anneleen; MATHIJS, Erik. Climate change and post-politics: Repoliticizing the present by imagining the future?. **Geoforum**, v. 52, p. 148-156, 2014.

LEFF, Enrique (1994): Ecología y capital. Racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable. México, D. F.: Siglo Veintiuno (México)/ UNAM. Instituto de Investigaciones Sociales (Ambiente y democracia).

LEVINE, Daniel H.; MOLINA, José E. The quality of democracy in Latin America. London: Lynne Rienner Publishers, 2013.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Zahar, 2018.

MAESELE, Pieter et al. In Flanders Fields: De/politicization and democratic debate on a GM potato field trial controversy in news media. **Environmental Communication**, v. 11, n. 2, p. 166-183, 2017.

MAFORT, Kelli Cristine de Oliveira. A hegemonia do agronegócio e o sentido da Reforma Agrária para as mulheres da Via Campesina. 2013.

Mainwaring, Scott; Pérez-Liñan, Aníbal. Democracias e ditaduras na América Latina: emergência, sobrevivência e queda. Nova York: Cambridge University Press, 2013.

MARANDOLA JUNIOR, Eduardo; HOGAN, Daniel Joseph. Vulnerabilidade do lugar vs. Vulnerabilidade sociodemográfica: implicações metodológicas de uma velha questão. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p.161- 181, jul. 2009.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. Boitempo Editorial, 2015.

MIRANDA, Ary Carvalho de et al. Neoliberalismo, uso de agrotóxicos e a crise da soberania alimentar no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, p. 7-14, 2007.

MOUFFE, Chantal. Por um modelo agonístico de democracia. **Revista de Sociologia e Política**, p. 11-23, 2005.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Caderno de Saúde nº 01 – Lutar por saúde é lutar pela vida. 1999

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Caderno de Saúde nº 02 – Programa Terra e Saúde. 1999

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Caderno de Saúde nº 04 – Cultivo de plantas medicinais. 2000

- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Caderno de Saúde nº 05 – Construindo o conceito de saúde do MST. 2000
- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Cartilha Mulheres, agroecologia e as lutas por saúde. 2018
- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Coletivo Nac. de Saúde. Boletim Agentes Populares de Saúde no Campo. 2020
- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Coletivo Nac. de Saúde. Boletim Informativo. 2007
- MUNIZ, Túlio. “IMPEACHMENT”, EUFEMISMO PARA O GOLPE. Capoeira Humanidades e Letras, v. 2, n. 2, p. 20-28, 2016.
- MURRAY, Jon Beasley; CAMERON, Maxwell A.; HERSHBERG, Eric. Latin America’s left turns: A tour d’horizon. **Latin America’s left turns: Politics, policies, and trajectories of change**, p. 1-20, 2010.
- NUNES, Márcia Vidal; MENEZES, Antônio Simões; CARVALHO, André Gurjão. Auto-imagem do MST na “Revista sem Terra”: a Guerra Simbólica através da Mídia. In: XXXII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. 2009.
- PAULA, J. A. ; GUERRA, C. ; BRITO, F. ; BARBOSA, F. ; BRANDÃO, M. R. N. . Dinâmica Capitalista, Divisão Internacional do Trabalho e Meio Ambiente. In: De Paula J. A.. (Org.). Biodiversidade, População e Economia. Belo Horizonte: , 1998
- PELBART, Peter Pál. Estamos em guerra. **Texto do site “Outras palavras”, publicado em**, v. 19, n. 01, 2017.
- PORTO, Marcelo Firpo. O trágico Pacote do Veneno: lições para a sociedade e a Saúde Coletiva. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, p. e00110118, 2018.
- RÜCKERT, Bianca. As práticas de saúde no MST do Vale Do Rio Doce, MG: normas e valores na atividade. 2012.
- RUNCIMAN, David. **Como a democracia chega ao fim**. Editora Todavia SA, 2018.
- SACHS, Wolfgang. **The rise and decline of and ideal**. Wupperdalpapers, No. 108, 2000.
- SANTOS, Ana Julia Vaz dos. Os primeiros meses da agenda socioambiental de Jair Bolsonaro e o que esta nos diz sobre nossa ontologia. **Sociologias Plurais**, v. 5, n. 2, 2019.
- SANTOS, Anderson David Gomes; DA SILVA, Danielle Viturino; MACIEL, Kleciane Nunes. A campanha publicitária “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo”, da Rede Globo de Televisão, como difusora da propaganda sobre o agronegócio no Brasil. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura**, v. 21, n. 1, p. 46-61, 2019.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2019. (Epub, n.p.)
- SCHWENDLER, Sônia Fátima. Dia internacional da mulher no campo brasileiro: novas formas de protesto político e de resistencia. **Revista da Faculdade de Direito da UFG**, v. 38, n. 01, p. 50-80, 2014.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & realidade**, v. 20, n. 2, 1995.
- SILVEIRA, Cristiane Amaro da; ALMEIDA, Jalcione Pereira de. Biossegurança e democracia: entre um espaço dialógico e novos fundamentalismos. **Sociedade e estado. Brasília. Vol. 20, n. 1 (jan./abr. 2005), p. 73-102**, 2005.
- SOLANO, Esther et al. (Ed.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. Boitempo Editorial, 2018.
- STOREY, John. **Teoria cultural e cultura popular: uma introdução**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015.

TABOAS, Isis Menezes. *É LUTA! Feminismo Camponês Popular e enfrentamento à violência*. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018. v. 1. 186p .

TILLY, Charles, and Sidney G. TARROW. 2015. **Contentious politics**. Oxford University Press.

VALÊNCIO, Norma. Quem tem medo da remoção? A violência institucional contra moradores de “áreas de risco”. In: 34º Encontro Anual da ANPOCS, 2010, Caxambu. 2010. p. 1-22.

VIOLA, Eduardo J. e LEIS, Héctor R. A Evolução das Políticas Ambientais no Brasil, 1971-91: Do Bissetorialismo Preservacionista para o Multissetorialismo orientado para o Desenvolvimento Sustentável". In: HOGAN, Daniel e VIEIRA, Paulo F. (Orgs.). *Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável*. Campinas : Ed. UNICAMP. 1992

WILSON, Japhy; SWYNGEDOUW, Erik. Seeds of Dystopia: Post-Politics and the Return of the Political. In: E. Swyngedouw e J. Wilson. **The Post-Political and Its Discontents: Spaces of Depoliticisation, Spectres of Radical Politics**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2014.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *O campesinato brasileiro: uma história de resistência*. 2014.

WOOD, Matt; FLINDERS, Matthew. Rethinking depoliticisation: Beyond the governmental. **Policy & Politics**, v. 42, n. 2, p. 151-170, 2014.

WOOD, Matthew. Politicisation, depoliticisation and anti-politics: Towards a multilevel research agenda. **Political Studies Review**, v. 14, n. 4, p. 521-533, 2016.

ANEXO 1 – Roteiro de perguntas entrevista semiestruturada MST

Saúde e o cotidiano

- Qual a dimensão da saúde coletiva que o setor de saúde traz?
- Como é a preparação para fazer parte do setor de saúde?
- Qual o trabalho do setor no cotidiano dos assentamentos e acampamentos?
- Como o setor de saúde atua nos territórios e faz trabalho de base?
- Como o setor de saúde contribui na organização interna das áreas de acampamento e assentamento?
- O setor de saúde faz formações com os moradores das áreas de acampamento e assentamento?
- Quais você acha que foram as principais mudanças de saúde na vida das famílias depois de se inserir na luta do MST?
- Como a saúde está relacionada à participação da vida em comunidade nos acampamentos e assentamentos?

Saúde e Agroecologia

- O que se produz no setor de saúde?
- Como se organiza a produção e comercialização no setor?
- Como são as relações econômicas e a divisão dos recursos financeiros no setor?
- Qual a relação entre o setor de saúde e o meio ambiente?
- Qual a relação entre agroecologia e saúde para o MST? Como você vê essa relação no dia a dia?
- Como a luta contra os agrotóxicos está presente nas práticas do setor de saúde no dia a dia?

Saúde e Cuidado

- O que é e qual a importância do cuidado para o setor de saúde?
- Como você vê o cuidado na prática?
- Como você percebe a relação entre cuidado, natureza e a nossa sensibilidade?

Saúde e Gênero

- Como você vê o protagonismo das mulheres no setor de saúde?
- Quais os principais desafios que o setor de saúde enfrenta na questão de gênero?
- Qual o papel do setor de saúde no combate a opressão?
- O setor de saúde faz referência às bruxas para falar de suas práticas. Como você vê esse símbolo?
- O que é ser uma bruxa sem terra?

Saúde e Política

- Quais as principais pautas de saúde que vocês debatem na regional?
- Quais são as instâncias políticas que o setor de saúde atua na regional?
- Qual a intenção do setor de saúde ao participar dos atos, ocupações e demais atividades do MST?
- Qual a relação do setor de saúde com o SUS e as políticas públicas de saúde?
- Quais as relações entre a conjuntura política e o setor de saúde?
- Quais as principais pautas do setor de saúde nesse contexto político?
- Como o setor de saúde atua politicamente?
- Como o setor de saúde incide politicamente no MST?